



João Fabio Bertonha

# O Integralismo e sua história

memória, fontes, historiografia



João Fabio Bertonha

# O Integralismo e sua história

Memória, fontes, historiografia

Prefácio de Giselda Brito Silva

Salvador  
Editora Pontocom  
2016

Copyright © 2015 João Fabio Bertonha

Preparação: Sérgio Holanda

Revisão: André Gattaz

Diagramação e capa: Helena Jansen

## Editora Pontocom

CONSELHO EDITORIAL

José Carlos Sebe Bom Meihy

Muniz Ferreira

Pablo Iglesias Magalhães

Zeila de Brito Fabri Demartini

Zilda Márcia Grícoli Iokoi

COORDENAÇÃO EDITORIAL

André Gattaz

### CIP - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

B545 Bertonha, João Fabio

O Integralismo e sua história: memória, fontes,  
historiografia / João Fabio Bertonha. – 1ª ed.

Salvador: Editora Pontocom, 2016.

212 p. ; 21 cm.

Prefácio de Giselda Brito Silva

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-66048-58-2

1. Integralismo. 2. Movimentos políticos - Direita. 3.  
História do Brasil Contemporâneo - Política. - I. Título.

CDD: 981(06)

CDU: 94(81)

# Sumário

Prefácio	7
Apresentação	13
<b>1. Arquivos e memórias integralistas</b>	
Integralismo: memória e esquecimento	19
A construção da memória através de um acervo pessoal: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP)	25
Além das palavras e do discurso: questões metodológicas para o estudo do antissemitismo integralista	37
O fundo Carmela Patti Salgado: um outro olhar sobre o Integralismo	53
<b>2. O Integralismo no processo político brasileiro</b>	
Os integralistas pós-1945: a busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985)	69
Plínio Salgado, os integralistas e o regime militar: os herdeiros do fascismo no regime dos generais (1964-1975)	89
A direita radical brasileira no século XX: do monarquismo e das ligas nacionalistas ao fascismo e à ditadura militar (1889-2011)	111
<b>3. Historiografia e tendências historiográficas</b>	
Historiografia integralista: novos rumos e debates (1)	135
Historiografia integralista: novos rumos e debates (2)	141
O Ceará na historiografia e na história do Integralismo	145
Integralismo, Neointegralismo e o Antissemitismo	149
O Integralismo, o Estado Novo e a batalha dos discursos	153
Entre as direitas e os “ismos” da História	157

#### **4. Direita e direitas no Brasil atual**

Fascismo: um risco real para o mundo de hoje?	165
Fascismo de esquerda? Sobre a necessidade de revisão conceitual de um termo perigoso	169
A direita na TV: a propósito de um programa recente da Globo News	181
Considerações finais	195
Bibliografia citada	199

# Prefácio

GISELDA BRITO SILVA (UFRPE)

Em 1992, João Fabio Bertonha nos enviou pelo correio (de Campinas para o Recife) um texto intitulado *A Máquina simbólica do Integralismo: controle e propaganda política no Brasil dos anos 1930*, dando início a nossos diálogos acadêmicos sobre o Integralismo no Brasil. Na ocasião, eu estava no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), pesquisando o tema “A Ação Integralista Brasileira (1932-1938)”, que defendemos em 1996.

Daquele momento até hoje, temos acompanhado de perto o percurso de Bertonha em torno do tema do Integralismo, sendo sempre uma grande honra para nós referendar seus trabalhos que, é senso comum entre os historiadores do Integralismo, tornaram-se leituras obrigatórias aos estudiosos do tema porque ele, além de ser um dos pioneiros dos estudos do Integralismo de nossa geração que vem acumulando amplo conhecimento sobre os movimentos da direita e da extrema direita, tem sido um dos mais preocupados em reunir os vários trabalhos, abordagens e enfoques acerca do Integralismo no Brasil.

Uma característica das últimas obras de João Fabio Bertonha tem sido organizar e reunir numa única obra informações historiográficas que tendem a facilitar a orientação, a pesquisa e a leitura dos interessados no tema. A partir de seus trabalhos historiográficos, tanto os conhecidos pesquisadores do tema como os iniciantes encontram um panorama da evolução dos estudos do tema, das abordagens e enfoques já trabalhados e as atuais perspectivas e possibilidades de estudos. É importante destacar que suas obras não são apenas

orientativas do que se tem escrito sobre o tema, mas também nos oferecem uma compreensão e análise de como tem sido escrita a história do Integralismo no Brasil, oferecendo aos interessados mais do que um mapeamento do que se tem escrito.

Esta obra, intitulada *O Integralismo e sua história: memória, fontes, historiografia*, constitui certamente mais uma de suas grandes contribuições a todos nós pesquisadores e interessados no tema, particularmente porque se constitui como um trabalho de análise e reflexão acerca do tema e de algumas abordagens e documentos com os quais se buscam algumas compreensões da presença do Integralismo na vida política brasileira.

A obra está organizada em quatro partes que sugerem a reunião de quatro abordagens do tema. Trata-se de uma abordagem analítica da evolução do Integralismo. Uma, que tem um enfoque metodológico sobre a constituição da memória arquivística do movimento integralista, focalizando no acervo do Arquivo Histórico e Municipal de Rio Claro. Nesta parte do trabalho a meta foi analisar o lugar de memória de Plínio Salgado e o papel de sua companheira, Carmela Patti Salgado, na constituição arquivística do acervo, como “um outro olhar sobre o Integralismo”. Nesta parte, o leitor ainda se depara com questões metodológicas para o estudo do antisemitismo na perspectiva integralista.

Numa outra parte do trabalho, o autor faz advertências relevantes quando nos lembra do caráter político do arquivo pessoal de Plínio Salgado, que tende a conduzir a “resultados distorcidos se não for suplementada por pesquisa em outras fontes e documentos. Afinal de contas, ele reuniu a sua documentação com um fim muito específico, ou seja, o de construir a sua memória para a posteridade e isso nos obriga a utilizar seus papéis com imensa cautela”. Advertências estas que ampliamos, porque, como leitora de alguns dos documentos deste arquivo, podemos confirmar que são documentos que tendem a conduzir leituras desavisadas e sem a devida contextualização e intenções dos organizadores da memória de Plínio Salgado. Por outro lado, também não podemos deixar de reconhecer que as



possibilidades de leituras sobre tais documentos são bastante amplas e que ainda há muito o que se fazer com tais documentos, especialmente para aprofundar análises às quais o autor nos chama a atenção na obra.

A segunda parte da obra trata de momentos políticos dos integralistas, que vão do pós-1945 até o momento atual. No primeiro momento, o destaque é para a presença do Integralismo no regime democrático (1945 a 1964). Nesta parte do trabalho, o autor chama a atenção para a expansão dos estudos que teriam evoluído para abordar os anos 1950 e 1960, particularmente a participação integralista no golpe e no regime de 1964. Paralelamente, outros historiadores também vinham se interessando pelos adeptos do movimento ainda ativos na sociedade brasileira, representando a herança contemporânea do Integralismo.

Na sequência, Bertonha enfatiza os momentos de ascensão e integração política do movimento entre a proposta da democracia pós-1945, com o retorno de Plínio Salgado de Portugal sob os discursos do PRP, e em seguida seus ajustes para a ditadura militar pós-1964, numa posição de constante luta pelo poder que nunca veio até sua morte. O autor, contudo, ressalta em sua posição de análise que procurara tratar do tópico específico da conquista do poder, sendo impossível fazer uso da imensa massa de dados bibliográficos e de fontes primárias que estão disponíveis sobre a temática nestes momentos de tomada de poder. Por outro lado, temos aqui mais uma de suas contribuições e que é bem seu perfil: dicas e orientações, estímulos a outros pesquisadores para que aprofundem seus estudos nestes períodos ainda carentes de pesquisas, ainda que nos prometa novos estudos do tema enfocando o regime militar. Lembrando, com o autor, que mesmo os períodos anteriores não estão esgotados.

Uma abordagem que chama a atenção do leitor, nesta parte do trabalho, é a afirmativa do autor acerca da constante busca pelo poder encabeçada por Plínio Salgado em momentos diferentes das ações integralistas que, desde 1937, sofriam os reveses dos governos e regimes que discursivamente apoiavam, ainda que esperando sempre

um dia assumir o poder. Do nosso ponto de vista, expectativa essa comum a todo grupo que se insere no campo da política e procura doutrinar outros para suas bases de sustentação e poder.

Tanto nesta parte como na seguinte, temos na obra uma abordagem de análise da situação do Integralismo em momentos-chave da política brasileira, enfocando os esforços de sobrevivência dos ex-integralistas nestes momentos, orientados por Plínio Salgado até sua morte. Bertonha chama a atenção para as tentativas de alguns integralistas no sentido de influenciar a ditadura e nela buscar um lugar de prestígio para o Integralismo, que nunca veio. O autor destaca, constantemente, esses fracassos das tentativas do Plínio e seus fragmentos de seguidores que acreditavam ter encontrado no regime militar um lugar para eles.

Na terceira e na quarta partes do trabalho, Bertonha, com base nas contribuições e referenciais teóricos de Bobbio e outros autores, procura destacar algumas questões acerca do perfil da direita radical e do fascismo no Brasil contemporâneo, analisando o lugar do Integralismo entre eles a partir de uma abordagem da historiografia integralista, apontando os novos rumos e debates, lembrando alguns eventos e obras representativas de seus estudos e campos de análises. Particularmente, interessante é o item “o Ceará na historiografia e na história do Integralismo”. Sob nosso ponto de vista, trata-se de uma contribuição para os que têm investido em destacar as atividades integralistas em outras regiões. Lembro aqui sobre este estado no campo da ação integralista, o trabalho do professor José-nio Parente que tive o prazer de conhecer e integrar em um de nossos Simpósios Temáticos, bem como a professora Emilia, preocupada com os estudos acerca do lugar de Severino Sombra no Integralismo.

O autor destaca, nesta parte do trabalho, alguns autores que trouxeram contribuições em eventos e obras que oferecem diversas perspectivas de abordagens sobre o tema, que reafirmamos seu valor. Em seguida, Bertonha procura concluir seu trabalho mostrando a amplitude de possibilidades que se pode ainda obter nos estudos do Integralismo, especialmente no viés regionalista, além

de historiográfico e cultural. Lembra o autor que, apesar de já termos alguns trabalhos para vários estados do Brasil, ainda temos muitas lacunas, especialmente no tocante ao Centro-Oeste e a região amazônica, a serem preenchidas. Por outro lado, os trabalhos que aponta já sinalizam um novo momento de estudos da atividade integralista no Brasil.

Enfim, deixaremos que o leitor verifique por suas leituras mais este importante trabalho de síntese de nosso conhecido pesquisador do Integralismo no Brasil. Trata-se, como dissemos de uma obra que nos oferece um enfoque analítico de uma série de questões que constituem ainda a base de carência de muitas possibilidades de estudos, posicionamentos metodológicos a refletir, apreciação documental e evolução da historiografia. Por fim, reafirmamos o que diz nosso autor, temos aqui uma tentativa bem sucedida de unificação de textos originais, que são indicadores do momento atual da produção histórica relacionada ao movimento integralista, como uma “necessidade atual”, diante do que hoje temos como resultados de estudos e pesquisas, ampliadas pelas nossas necessidades mais urgentes de organizar, analisar e estabelecer um vínculo entre esses resultados e a memória construída pelos militantes do movimento e/ou seus herdeiros nos dias atuais.



## Apresentação

O presente livro reúne alguns artigos publicados entre 2007 e 2015, a maioria no Brasil, mas também na Espanha e na Rússia. A decisão de reuni-los em um único volume deriva de dois fatores. O primeiro é a praticidade, permitindo a um leitor interessado ter acesso a todos os textos de uma vez, sem a necessidade de busca em várias revistas ou livros. O segundo fator, contudo, é ainda mais importante. Os artigos abordam temas diversos, mas respondem à mesma preocupação, ou seja, dar sentido à experiência do Integralismo brasileiro. Os artigos isolados, assim, acabam por adquirir um novo sentido quando agrupados, pois discussões apenas esboçadas em um texto adquirem um novo significado em outro. O valor do conjunto, aqui, é bem maior do que a soma das unidades.

O primeiro eixo desse livro é a da produção do conhecimento a respeito do Integralismo, tanto no seu aspecto memorialístico como no acadêmico. Nesse sentido, além de um texto mais geral sobre a memória produzida pelos integralistas, apresento outros dois nos quais faço um diálogo entre dois acervos pessoais deixados por integralistas (o casal Plínio e Carmela Salgado) e a produção memorialística, e discuto as armadilhas com que o historiador do movimento tem que se defrontar quando esse procura converter as informações depositadas nesse tipo de acervo com a metodologia do historiador profissional. Do mesmo modo, inclui um artigo no qual trabalho os problemas metodológicos enfrentados pelo historiador quando procura trabalhar com um tema espinhoso, o do antissemitismo integralista, frente a fontes que não permitem uma avaliação precisa do fenômeno.

Acompanhar e avaliar a trajetória dos integralistas dentro da história do processo político brasileiro é a preocupação dos textos seguintes, os quais focam menos no Integralismo em si e mais na

inserção da AIB dentro da história política brasileira no século XX. Nesse sentido, há artigos que procuram situar a experiência integralista dentro da história da direita nacional como um todo e outros que avançam a discussão sobre a herança integralista para o período posterior à Segunda Guerra Mundial, com ênfase para a época do regime militar.

O terceiro eixo do livro, por fim, é a historiografia do movimento, para a qual reúno vários textos que discutem aspectos da produção histórica do movimento, com ênfase em questões regionais, especialmente nos Estados do Paraná e Ceará. São reflexões com limites claros e que devem ser suplementadas, no futuro, por um livro específico sobre a historiografia relacionada à AIB. Não obstante, fornecem alguns *insights* a respeito dessa historiografia que podem ser de utilidade para os interessados no tema.

Para finalizar, um eixo final do livro incorpora alguns estudos mais isolados sobre a presença do fascismo na sociedade contemporânea e, especialmente, no Brasil atual. Fiquei na dúvida se eles seriam relevantes para um livro que se centra, como indicado, na experiência integralista. Considerei, contudo, que boa parte das reflexões neles contidas pode ser estendida sem dificuldades para o estudo específico do Integralismo ou do Neointegralismo. Além disso, um dos objetivos desse livro foi colocar o Integralismo dentro da história maior da direita brasileira e abordar uma das facetas contemporâneas é colaborar nessa direção. Por essa razão, considero que tais textos formam uma parte talvez menos homogênea do livro, mas suficientemente integrados a ele para não se constituírem numa inserção sem sentido.

Um problema com o qual tive que me confrontar foi o fato que, já que os artigos aqui presentes foram escritos num arco temporal limitado, de cerca de sete anos, e abordando questões semelhantes, as repetições de temas e argumentos são inevitáveis, assim como a bibliografia utilizada. Para ao menos aliviar as notas, providenciei uma bibliografia unificada, ao final do volume, englobando e substituindo as individuais de cada artigo. Mesmo assim, algumas repetições

textuais foram mantidas, até para que os artigos possam ser lidos de forma isolada, assim como em conjunto.

Além disso, mesmo com meus estudos relacionados ao tema prosseguindo e, portanto, tendo à disposição novos dados e informações sobre o tema em questão, optei por não atualizar os artigos, deixando-os, em essência, como foram publicados na primeira vez. Dessa forma, além de uma revisão gramatical e estilística, fiz modificações apenas nas citações e notas, uniformizando-as. Esses textos, afinal, representam um momento da pesquisa do autor relacionada ao tema e, pela sua própria historicidade, devem ser deixados como eram, sendo o espaço correto para correções ou novas reflexões novos livros e artigos a escrever e publicar.





1

Arquivos e memórias integralistas



# Integralismo: memória e esquecimento

Resenha de Victor, Rogério. *O Integralismo nas águas do Lete: História, memória e esquecimento*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2005. Publicada originalmente em *Diálogos* – Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, 10, 2: 191-195, 2006.

A problemática da memória e as suas múltiplas abordagens tem se tornado um tema recorrente na produção da História nas últimas décadas. A historiografia que aborda o movimento integralista não foge desse novo enfoque, com vários trabalhos tendo sido produzidos, nos últimos anos, para analisar desde a forma com que os militantes da Ação Integralista (novos e velhos) interpretam e reelaboram o seu próprio passado, como a maneira com que outros agentes políticos e sociais interpretam o movimento dos camisas verdes.

Trabalhando nessa seara, o jovem pesquisador Rogério Lustosa Victor apresenta uma importante colaboração ao tema. No livro ora resenhado, o qual foi apresentado inicialmente como dissertação de Mestrado na Universidade Federal de Goiás em 2004 e publicado no ano seguinte, a questão da memória integralista é trabalhada nos mais diferentes ângulos, com importantes reflexões sendo oferecidas ao estudioso do tema.

Nos dois primeiros capítulos do livro, o autor analisa, essencialmente, a construção de uma memória a respeito do Integralismo por aquele que o venceu em 1937-1938, ou seja, o governo de Getúlio Vargas, assim como aquela que foi construída no período da redemocratização, ou seja, pós-1945.

Analisando a imprensa e outras fontes, ele demonstra como se definiu o que deveria ser rememorado sobre o movimento. Com relação ao Estado Novo, ele indica como o regime usou os instrumentos de poder do Estado não apenas para eliminar o Integralismo

enquanto opção política e um rival, como também para criar um discurso anti-integralista e uma nova memória. Nesta, o movimento é algo patético e Salgado um chefe covarde, enquanto o Estado Novo é apresentado como racional e defensor do progresso. Vargas e o Estado Novo seriam a contraposição positiva de Salgado e do Integralismo.

Com relação ao pós-1945, o autor demonstra como a imprensa e várias forças políticas da época tinham interesse em destruir as chances políticas dos ex-integralistas (agora agrupados no Partido de Representação Popular) e de marcá-los como os únicos simpatizantes do fascismo e do autoritarismo no Brasil, o que daria credenciais democráticas a Vargas, a Dutra e outros. Para tanto, procurou-se associá-los ao nazismo. Exemplo disso é o famoso texto de David Nasser sobre 1938, construído justamente para formar uma memória na qual os integralistas voltavam a ser vistos como covardes e também nazistas e traidores. Teria sido bem sucedida a construção. Os sentimentos simpáticos ao nazismo do Estado Novo foram esquecidos, Vargas foi reeleito presidente em 1950 e, no mesmo ano, Salgado não conseguiu se eleger senador. A batalha pela memória teria sido perdida pelo Integralismo e seus herdeiros.

No capítulo 3, o autor se afasta do período entre os anos 1930 e 1950 e caminha para o presente, estudando a maneira como o movimento é visto pelos livros didáticos. Sua conclusão é óbvia, mas não menos reveladora, ou seja, que eles reproduzem e fazem circular a memória histórica dos vencedores. Ele analisa livros de várias épocas para chegar a essa conclusão, indicando como, também aqui, o Integralismo é visto como algo absurdo, fora de lugar e até mesmo ridículo.

Já no capítulo final, Victor faz uma elaborada análise de como os remanescentes do Integralismo, em várias épocas, rememoraram o movimento. Ele estuda em detalhes o esforço de líderes como Plínio Salgado para levar a sua versão dos acontecimentos para o domínio público (como fez, por exemplo, nas sessões da Câmara em 1959 ou 1972, quando tentou incluir, sem sucesso, os mártires integralistas

na galeria de heróis da nação e o Manifesto de 1932 na lista de datas históricas nacionais) e a abundante literatura produzida pelos ex-militantes e/ou novos adeptos para trabalhar essa memória.

O interessante e original na abordagem de Victor é que ele consegue demonstrar que não apenas uma, mas várias memórias integralistas convivem, de forma nem sempre coerente, entre si. Assim, para os que abandonaram o movimento, como Miguel Reale, era mais fácil admitir, por exemplo, que o Integralismo era algo próximo ao fascismo. Como ele não estava mais ligado a esta memória, o passado era simples passado e assim ficava mais reconhecer o erro e esquecê-lo. Para os que ainda estavam ou estão no movimento, contudo, e querem revivê-lo, a situação é mais complexa, pois o passado ainda não acabou e não pode, pois, ser superado, sob pena de colapso interno das próprias crenças.

Além disso, ele indica, de maneira inovadora, como a própria memória (ou memórias) do Integralismo acabaram, num certo sentido, por absorver a do vencedor. Quando os integralistas, por exemplo, recusam a pecha de fascistas ou admitem que o putsch de 1938 foi um erro, eles acabam por concordar inicialmente com a visão do vencedor de que o fascismo é negativo ou de que o golpe de 1938 foi extremamente mal organizado para só então tentarem se afastar dessa crítica.

Novamente, haveria variações entre uma memória integralista mais oficial, que tende a absorver partes da memória do vencedor para construir a sua, alternativa, e uma menos enquadrada, que resiste a absorver os padrões gerais da memória histórica dominante. Ainda assim, é impossível não concordar com o autor que, em linhas gerais, a memória integralista ficou fora da memória oficial e que é por isto que nos espantamos com suas manifestações atuais, pois eles parecem deslocados no tempo, fantasmas.

Em resumo, é possível, através do livro de Rogério Lustosa Victor, aprender muito tanto sobre os processos de construção da memória, como sobre vários aspectos da história do movimento. Efetivamente, muitas vezes, mesmo historiadores treinados podem ser

iludidos pela força da memória do vencedor, seja na análise das fontes produzidas pelo Estado, seja na leitura de obras que apenas reproduzem a história oficial. O livro de Lustosa Victor colabora para que fiquemos mais atentos a este problema.

Um risco, contudo, na abordagem de Victor é que, ao indicar a maneira como a memória a respeito do Integralismo foi construída pelos vencedores, e destrinchá-la, pode-se levar algumas pessoas a acreditarem que tudo o que foi afirmado pela memória oficial está automaticamente errado e desautorizado, o que poderia levar, no limite, a justificar a autorrepresentação do Integralismo.

Assim, se algum historiador pesquisar um assunto relativo ao movimento e encontrar informações que aproximem a sua análise da história oficial, ele pode acreditar que tudo não passa disso e recusar as evidências, sem analisá-las corretamente. Ou pode aceitar as evidências e deixar que sua avaliação se aproxime da memória do vencedor, o que vai fazer com que ele seja imediatamente chamado, pelos herdeiros do Integralismo, de ignorante, enganado pela história dominante. Tal postura lhes dá um instrumento de enorme eficácia para a luta contra seus opositores e contra os historiadores que não reproduzam a sua versão do passado. Não é à toa que o livro de Victor, conforme indicado no Prefácio, foi quase recusado por parecer um livro de defesa do Integralismo.

Não é certamente este o caso e teria sido uma pena a recusa de publicação de um trabalho tão interessante, mas há realmente um risco de, ao destruímos uma memória, simplesmente abrirmos caminho para a sua rival, mesmo que isso não tenha sido a intenção do autor. Mas é um risco que existe e deve ser levado em conta, e que só pode ser afastado, pelo historiador, por um rigoroso trabalho de reconstrução do seu tema de pesquisa.

Um exemplo pode facilitar o entendimento do que quero dizer. Victor demonstra como a AIB é pouco mencionada nos estudos gerais sobre os anos 1930, ao contrário de Vargas, porque um venceu e outro perdeu. Correto, sem dúvida, e o Integralismo mereceria no mínimo ser mais bem estudado. Mas isso significa que, para romper

com a memória oficial, devemos colocar Salgado e Vargas no mesmo nível, quando a trajetória do segundo foi efetivamente mais importante para compreender os caminhos do país no período?

Do mesmo modo, entender que a construção do golpe de 1938 como algo patético ou que chamar o Integralismo como “fascista” foram construções ideológicas e políticas utilizadas contra o movimento é algo mais do que correto. Mas admitir isso não significa que efetivamente o golpe de 1938 não possa ser visto dessa forma ou que qualquer análise conceitual do Integralismo como uma forma de fascismo seja reflexo da memória dominante. Cabe ao historiador, com o uso criterioso dos documentos, analisar as várias memórias e verificar o que tem um pé na realidade e o que é apenas construção.

Este, na verdade, é o grande problema dos trabalhos que abordam o tema da memória, ou seja, o de perder o foco e começar a ver todos os tipos de reconstrução do passado como memórias, empírica e epistemologicamente equivalentes, negando até mesmo um real que pode ser ao menos em parte reconstruído. A partir daí, a História se converte numa coleção de memórias e não há nenhum critério para separar o que tem uma base no real e o que não tem, o que é altamente preocupante ao dar credibilidade a todo tipo de construção, mesmo as que não tem nenhum fundamento comprovável.

O livro de Lustosa Victor com certeza não chega nesses limites de negação do real e, como já indicado, oferece uma colaboração consistente para os avanços no estudo do tema. Mas é sempre útil recordar como o historiador não é apenas o colecionador de memórias e que História e Memória são perspectivas complementares, mas não equivalentes.





## A construção da memória através de um acervo pessoal: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP)

Publicado originalmente em *Patrimônio e Memória (UNESP – Assis)*. 3, 1: 1-9, 2007.

Nas últimas décadas, a historiografia tem procurado compreender, dentro dos mais diferentes temas, como os vários agentes históricos (pessoas, classes, grupos políticos, movimentos sociais, etc.) interpretam e reelaboram o seu próprio passado, assim como a maneira com que estes agentes procuram difundir e popularizar esta memória dentro da sociedade.

A historiografia que aborda o movimento integralista não foge desse novo enfoque, com vários trabalhos tendo sido produzidos, nos últimos anos, para analisar desde a forma com que vários agentes políticos e sociais (como o Estado Novo ou a Igreja) interpretaram o movimento dos camisas verdes até a maneira como se constituiu a memória oficial (expressa nos livros didáticos e no senso comum) sobre o movimento (Carneiro, 1997 e 2002; Christofolletti, 2001).

Além disso, ainda trabalhando dentro do tópico da memória, é impressionante a própria produção dos herdeiros do Integralismo e do seu sucessor pós-1945, o Partido de Representação Popular, assim como dos novos militantes contemporâneos. Efetivamente, tanto os antigos militantes que vivenciaram o passado, como os jovens que têm dele apenas referências, procuram rememorar-lo e reinterpretá-lo da maneira que consideram verdadeira (Salgado Loureiro, 2001).

Essa memória nem sempre é coerente e una. Pelo contrário. Como bem demonstrado por livro recente de Rogério Lustosa Victor (2005), não existe apenas uma, mas várias memórias integralistas convivendo, de forma nem sempre coerente, entre si. Assim, para

os que abandonaram o movimento, como Miguel Reale, era mais fácil admitir, por exemplo, que o Integralismo era algo próximo ao fascismo. Como ele não estava mais ligado a esta memória, o passado era simples passado e assim ficava mais reconhecer o erro e esquecê-lo. Para os que ainda estavam ou estão no movimento, contudo, e querem revivê-lo, a situação é mais complexa, pois o passado ainda não acabou e não pode, pois, ser superado, sob pena de colapso interno das próprias crenças.

Ainda assim, em que se pese essa variação extrema, alguns pontos chave na memória integralista são mais ou menos comuns. Realmente, no que se refere ao Integralismo, foi criada, no decorrer dos anos, uma memória particular por parte dos militantes. Eles formularam uma versão própria do acontecido, esqueceram algumas coisas convenientes de ser esquecidas, remontaram os acontecimentos e o resultado é a verdade pura. Tudo o que saía desse roteiro pré-estabelecido, mesmo que seja por um milímetro, é imediatamente atacado como mentira, deturpação, má fé, etc.

Nessa memória, alguns pontos são mais importantes do que outros. Em primeiro lugar, é absolutamente essencial garantir que os integralistas não são fascistas e nunca tiveram nada a ver com o fascismo. Do mesmo modo, recusa-se a qualquer preço a ideia de que os integralistas queriam implantar uma ditadura no Brasil, que eles tiveram algo a ver com o golpe varguista de 1937 e que o *putsch* de 1938 tenha sido algo mais do que uma tentativa de reconduzir o país à democracia.

Por fim, cria-se uma imagem mítica do líder Plínio Salgado. As qualidades do intelectual, do literato e do bom cristão são enfatizadas, ao mesmo tempo em que se cria uma imagem de um idealista, avesso ao poder e que só queria o melhor para o Brasil, golpeado e caluniado sem parar pelos expoentes do regime varguista e pelos comunistas. Ele teria pagado um preço alto, em termos de necessidades financeiras e ataques morais, por suas ideias e seria, por isto, uma vítima de um mundo cruel, um verdadeiro paladino da virtude num mundo que não o compreendeu (Bertonha e Possas, 2001; Bertonha, 2004).

Meu objetivo neste texto, contudo, não é trabalhar com a memória integralista em geral, mas com aquela que transparece num fundo documental particular, ou seja, o “Fundo Plínio Salgado” (FPS), abrigado no Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro/SP.

Este acervo se destaca pelo seu volume (cerca de 60 mil documentos), sua variedade e complexidade, compreendendo desde documentos e objetos do titular e dos seus familiares, material de propaganda político-partidária, originais manuscritos de livros e artigos, documentos variados da Ação Integralista Brasileira e do Partido de Representação Popular, periódicos, etc. De especial importância é a série “Correspondência”, a qual é composta por 40.970 unidades, incluindo as correspondências ativas e passivas de Plínio Salgado entre 1926 e 1975 (Costa, 2004). Um arquivo que certamente não contém toda a documentação recolhida e armazenada por ele em sua vida, mas que, mesmo assim, impressiona pela sua riqueza.

Realmente, se analisarmos a maneira pela qual o fundo veio parar em Rio Claro (Costa, 2004, p. 7-8), parece evidente que, antes de chegar a esta cidade, em 1985, ele passou por vários locais, sendo impossível determinar o que se perdeu, o que foi considerado inconveniente e removido por pessoas que a ele tiveram acesso depois da morte de Plínio, etc. É de se elogiar eternamente, aliás, a decisão de D. Carmela Patti Salgado, viúva de Plínio Salgado, em doar o acervo a uma instituição séria e não aos próprios herdeiros do movimento, pois, nesse caso, não apenas a descaracterização do fundo poderia ser maior, como provavelmente o seu acesso seria restringido.

Esse rico material tem servido, de qualquer forma, como subsídio para as mais diferentes pesquisas relacionadas à figura do titular e a seu percurso intelectual e ideológico, como sua relação com o universo feminino ou a importância da tradição nacional no seu pensamento.\* Também tem apoiado trabalhos que estudam temas como o golpe de 1964, o movimento modernista, o Estado Novo,

---

\* Para um trabalho que utiliza centralmente a documentação do Fundo Plínio Salgado para a sua análise, ver Possas (2004).

além, é claro e preferencialmente, de estudos sobre o PRP e a Ação Integralista. Enfim, um acervo único e de fundamental importância.

Falta um pouco mais de reflexão, todavia, sobre as próprias características desse arquivo e sobre a memória que dele emana. É uma reflexão necessária tanto para pesquisadores que pretendam trabalhar com este fundo, como para todos aqueles que se proponham a pensar a construção da memória e a sua relação com a História.

Antes de tudo, convém recordar brevemente alguns aspectos da vida do titular, que podem nos ajudar a entender seus objetivos quando da construção de seu acervo pessoal. A construção de um fundo pessoal não pode, efetivamente, ser desconectada dos objetivos que seu titular tinha para ele, o que nos obriga a compreender melhor a sua própria biografia.

Plínio Salgado nasceu em 1895, em São Bento do Sapucaí/SP, era filho de um líder político local ligado ao Partido Republicano Paulista (PRP). Foi nesse partido, também, que ele iniciou a sua militância política, sendo eleito deputado estadual em 1927. Concomitantemente, teve febril atividade como escritor e intelectual, tendo participação relevante no movimento modernista e na Semana de 22. Foi também importante ensaísta, num engajamento na vida política e intelectual brasileira de enorme relevância e que só se ampliaria com a chegada dos anos 1930 e a fundação da Ação Integralista Brasileira em 1932.

Líder do movimento integralista, Plínio Salgado se tornou figura de primeiro plano na cena política nacional. De fato, não só ele foi o “Líder Nacional” deste que foi um dos primeiros grandes movimentos de massa do país, como teve participação chave nos acontecimentos que marcaram a vida brasileira daqueles anos, como a Intentona Comunista de 1935, o Estado Novo de Vargas em 1937 e o golpe integralista de 1938.

Exilado por Vargas em Portugal, retornou ao Brasil nos anos 1940, quando criou o Partido da Representação Popular (PRP), de ativa participação na política brasileira dos anos 1940 a 1960. Por esse partido, foi várias vezes deputado federal e apoiou o golpe de

1964, tendo sido inclusive um dos oradores da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, realizada em São Paulo em 19 de Março. Como deputado da ARENA, teve voz ativa no regime militar. Também nesse período, teve um papel de relevância nos bastidores do golpe e na organização do regime, incluindo seu sistema de censura, até sua morte em 1975.\*

A vida de Plínio Salgado, assim, foi extremamente rica, tanto nos aspectos intelectual como político. Não espanta, assim, que ele tenha reunido um acervo tão rico e tão importante para a compreensão do período em que ele viveu. Uma análise sequencial da sua documentação, revela claramente, contudo, que a sua escolha e seleção do que deveria ser preservado para a posteridade não foi nem aleatória nem neutra, mas refletiu um cuidadoso esforço de construção da memória. Ou seja, apesar do seu arquivo ter sofrido, como já indicado, algum grau de interferência por parte das pessoas que dele tomaram conta antes do encaminhamento do material para Rio Claro, a sua formatação não se deveu somente a este esforço posterior, mas também foi fruto da ação do próprio titular, nas mais diferentes fases de sua vida.

A meu ver, são três os elementos centrais que conduziram à construção do seu acervo: uma tentativa de apresentar, à História, uma imagem positiva de si e de tudo o que construiu; um esforço para acertar as contas com os seus, muitos, inimigos e, ao mesmo tempo, deixar uma explicação, para si e para os outros, do porquê de ele não ter conseguido a posição de destaque no campo intelectual e o poder que imaginava ser seu direito.

O seu fundo documental não é, assim, aquele de um cidadão comum que arquiva suas contas para referência futura ou seus tíquetes de viagem como recordação. Também não é o do intelectual que guarda os manuscritos de suas obras, as cópias das cartas dos

---

\* As informações biográficas disponíveis sobre Plínio Salgado se concentram, normalmente, em seu período integralista. Ver, por exemplo, Trindade (1974), Vieira (1978), Broxson (1972) e Chasin (1978).

seus Editores e as resenhas dos seus livros por orgulho próprio. Não é, igualmente, o arquivo de alguém apaixonado pela História, que quer guardar testemunhos do seu tempo para que os registros não se percam para a posteridade. O Fundo Plínio Salgado é tudo isto, mas também é mais.

Em outras palavras, parece óbvio que, em muitos momentos, Plínio guardava seus papéis para uso futuro, por curiosidade histórica e/ou para preservar a sua produção como escritor e político. Mas o que realmente está presente é uma tentativa de acertar as contas com o passado e construir a memória com que ele gostaria de ser lembrado ou, nas palavras de Renato Janine Ribeiro, de perpetuar uma identidade que se imaginava gloriosa (Ribeiro, 1998).

Segundo as informações do arquivo, ele não chegou até a instituição previamente organizado ou seguindo um ordenamento já previsto pelo titular, como aconteceu, por exemplo, com o de Gustavo Capanema no CPDOC. Também não há sinais de que ele tivesse interesse em utilizar o material ali constante para escrever suas memórias (ainda que alguns esboços autobiográficos estejam presentes) ou que se tivesse dedicado obsessivamente a ele para construir a sua imagem, como fez Capanema (Fraiz, 1998).

Mas o próprio fato de manter um arquivo tão amplo indica claramente o esforço de Plínio de deixar uma expressão individual, uma imagem para o futuro. Ele tenta claramente construir uma unidade entre os seus vários “eus”, recompondo os vários passados e unificando-os na sua experiência de vida. Como não podia deixar de ser, esse esforço é repleto de incoerências e indefinições, pois não arquivamos nossas vidas de uma vez por todas, mas fazemos e refazemos os nossos arquivos sem parar, à medida que nossa própria autoimagem muda.

É possível perceber, contudo, que, para muitas pessoas, existe o que eu chamo de “tempo referencial”, aquele em que a pessoa vive o seu momento chave, especial e a partir do qual todas as suas experiências posteriores são comparadas ou avaliadas. No caso de Plínio, este momento é o período entre 1932 e 1938, quando ele esteve em

evidência na política nacional. A partir daí, desse momento áureo de sua vida, toda a sua existência, anterior e posterior, foi repensada. Não espanta, assim, que a maior parte dos elementos do passado que ele procurou trabalhar seja referente a este período, como a recusa da classificação de “fascista”, a questão do *putsch* integralista de 1938 ou a sua relação com Getúlio Vargas. Para Plínio, o passado que nunca terminou foi o daqueles seis ou sete anos em que ele foi líder da AIB e toda a sua existência posterior foi reformulada a partir dessa sua experiência, o que se reflete nos papéis que ele acumulou.

Plínio parece ter vivido toda a sua vida política posterior em função desse seu “grande momento” e tentando continuamente recuperar o seu espaço dentro da política nacional. Ele foi bem sucedido até um certo ponto (tendo sido eleito deputado federal várias vezes, um escritor reconhecido em vários círculos e desfrutando de um certo respeito em certos setores da sociedade, notadamente na direita), mas nunca voltou a ter um espaço de destaque tão acentuado como nos anos 1930. Assim, ele parece ter tentando reverter essa derrota pela via documental, deixando registros que levassem os futuros pesquisadores a concluir o contrário, ou seja, que ele nunca saiu dos holofotes do poder.

Dessa forma, são numerosos, no seu fundo pessoal, os documentos preparados ou coletados por ele através dos quais ele busca deixar claro o seu papel central na história brasileira do século XX. Ele tenta passar a imagem de um líder político que estava no centro das decisões em momentos chave da história do Brasil, como durante a crise da renúncia de Jânio Quadros ou o golpe de 1964. Que ele teve algum papel, parece claro, mas o que uma análise mais refinada indica é que ele superestima claramente a sua influência nestes e em outros momentos da história da República. Centenas de documentos, por exemplo, tentam demonstrar que ele era uma força fundamental na condução dos destinos do país durante o regime de 1964. Há entrevistas nas quais ele diz que o “Integralismo está no poder”, listagens de militares e civis que estavam em posições de destaque no regime e que tinham sido integralistas, etc. Ora, apesar

dessas redes de relacionamento darem, a Plínio, algum prestígio em certos círculos do regime, não há sinais de que sua influência tenha sido tão importante assim, o que indica claramente o cuidado com que devem ser lidos e analisados os documentos que ele deixou.

Não obstante esse esforço, foi ficando evidente, a partir de um certo momento, que ele não estava conseguindo, efetivamente, voltar ao primeiro escalão da política nacional. Assim, seu esforço passou a se dirigir, de forma complementar ao anterior, a explicar, para si e para os outros, como isso podia ter acontecido. Assim, através dos seus papéis, emerge claramente a imagem que ele tentou construir, ou seja, a de um homem incompreendido, um grande intelectual e idealista que sacrificou a vida pelo país e que foi amado pelos que compreenderam a sua luta, mas odiado por todos os outros incapazes de pensar tão alto como ele e/ou pelos inimigos da nação brasileira, como os comunistas e a esquerda em geral. Não é este o espaço para discutir se essa imagem é real ou não. O importante é perceber que, em linhas gerais, foi essa a maneira com que ele quis ser lembrado e que aparece e reaparece continuamente em seus papéis.

A maneira com que ele trabalhou o seu arquivo para conduzir esta batalha e formar as imagens de si que ele considerava dignas de serem lembradas revela muito dos mecanismos da construção da memória, não apenas a do Integralismo ou a de Plínio Salgado. Em essência, ele mantém um diálogo com as pessoas do futuro através de uma série de mecanismos, como responder diretamente aos críticos, deixar provas das suas posições, interpretar da maneira adequada dados e informações e, acima de tudo, selecionar com cuidado o que deveria ser esquecido.

A resposta direta aos críticos é efetivada, normalmente, pelo recurso de reunir documentos ou citações destes, aos quais ele agregava comentários escritos na margem ou em documento anexo. Do mesmo modo, não é incomum ele acumular recortes de jornal ou outros documentos que defendessem a sua visão dos acontecimentos, numa clara tentativa de dialogar com os futuros leitores daquele material.



Mas não há dúvidas de que o recurso mais utilizado é o de não mencionar o que não é interessante e/ou eliminar todo o passado que não interessa. Como já mencionado, os contatos do Integralismo com o mundo fascista, por exemplo, apesar de perfeitamente aceitáveis nos anos 1930, não eram mais convenientes para a memória construída pós-1945, o que levou à necessidade de reconstruir, fisicamente falando, o passado. Assim, por exemplo, muitos livros integralistas dos anos 1930 que se desdobravam em elogios aos fascistas europeus e à ideologia de base fascista tiveram que ter palavras ou frases inteiras substituídas nos anos 1950, quando essa associação, antes meritória, se tornou depreciativa e devia ser esquecida (Calil, 2001). Não espanta, assim, que não exista praticamente nenhuma referência, em todos aquelas dezenas de milhares de documentos, sobre estes contatos.

O mesmo pode ser dito das reuniões de Plínio Salgado com agentes nazistas e fascistas em Portugal em 1942, documentadas pela historiografia (Seitenfus, 1985; Hilton, 1977 e 1983; Bertonha, 2001 e 2001a), e/ou da participação deste no golpe que levou ao Estado Novo em 1937 e no *putsch* integralista de 1938. É realmente frustrante para qualquer pesquisador abrir as pastas de correspondência ou documentos relativos a estes anos, pois, normalmente, não trazem mais do que futilidades e são incrivelmente pouco volumosas, o que indica claramente a limpeza a que foram submetidas.

Na verdade, todos os acervos pessoais ou diários têm, em menor ou menor grau, esta característica. Todo acervo pessoal é, por definição, seleção entre a massa de registros que forma uma vida (Artières, 1998; Heymann, 1997) e, no caso de políticos, o acerto de contas com a História ou a intenção autobiográfica são preocupações longe de serem raras, como demonstram casos como os de Gustavo Capanema e sua preocupação quase que obsessiva com seu “papalório” (Fraiz, 1998). No caso de Plínio Salgado, contudo, esta questão é ainda mais evidente, pela própria biografia e psicologia deste.

Efetivamente, com a exceção do breve período do Integralismo, quando ele esteve em primeiro plano na política brasileira e

quase atingiu o poder, sua trajetória é marcada por uma posição de certa marginalidade. Afinal, depois de 1945, seu espaço político, como já indicado, apesar de não desaparecer, se restringiu notavelmente, com ele se transformando em mais um dos políticos do período populista que depois se uniriam ao regime militar.

Essa posição menos importante incomodava bastante a Plínio, cujo fundo está repleto de reflexões e observações relacionadas ao seu lugar na História e de como este lugar especial teria sido negado a ele pela canalhice de Getúlio Vargas, pelos comunistas, etc. Além disso, no decorrer da sua vida, Plínio colecionou uma quantidade imensa de inimigos, os quais o demonizavam e atacavam nos mais diversos locais.

Assim, Plínio, assim como seus aliados e adeptos, tentou responder a seus inimigos utilizando os mais diversos meios, como jornais, entrevistas, etc. Também procurou levar a sua versão dos acontecimentos para o domínio público, como fez, por exemplo, nas sessões da Câmara em 1959 ou 1972, quando tentou incluir, sem sucesso, os mártires integristas na galeria de heróis da nação e o Manifesto de 1932 na lista de datas históricas nacionais. O seu acervo pessoal, contudo, se revelou campo de batalha central nesse combate, como uma maneira de continuar a luta mesmo depois de sua morte.

Esse campo de batalha era especial para Plínio, especialmente, porque ele parecia temer que a sua posição de relativa marginalidade o deixasse fora da memória nacional ou que, no mínimo, a sua versão dos acontecimentos não sobrevivesse a ele. Afinal, um Getúlio Vargas ou Ernesto Geisel já tinham garantido, para si, um lugar na História e não precisavam se preocupar, obrigatoriamente, com a sua “monumentalização” (Ribeiro, 1998). Já Plínio não podia ter esta certeza, o que parece tê-lo levado a um cuidado especial na construção do seu acervo pessoal, se não na organização, ao menos na seleção cuidadosa do que deveria permanecer.

De qualquer modo, apesar do arquivo de Plínio ter sido claramente ordenado para apresentar uma visão particular do passado e da História, isso não significa que os historiadores não possam olhar

para ele de outros ângulos. Seja na própria organização do material, seja na observação do “lixo histórico” que ele contém – na definição de Luciana Heymann (1997) – o historiador pode aprender muito tanto sobre o homem que selecionou e preservou todos aqueles papéis, como sobre a realidade que o cercava.

Veja-se, por exemplo, a imensa massa de cartas acumuladas por Plínio referentes a pessoas que lhe pediam ajuda e auxílio ou que lhe escreviam para elogiá-lo e indicar a sua confiança nele. A ideia de Plínio ao arquivar isto era claramente a de deixar para a posteridade uma imagem de líder adorado pelo povo simples e/ou prestigiado pelos políticos e outros membros da elite. Mas, a partir daí, podemos inferir melhor como funcionavam as suas redes de relações pessoais e políticas, o que pode nos fazer compreender melhor como funcionava a cultura política da AIB, do PRP ou do próprio sistema político do Brasil no período.

Depois, numa massa documental como esta, mesmo tendo sido cuidadosamente selecionada, sempre é possível encontrar documentos e informações que fogem da memória desejada pelo titular e que permitem ao historiador, com uma análise criteriosa do documento e com a mobilização de outras fontes e do aparato bibliográfico necessário, ampliar bastante o conhecimento sobre o período e os acontecimentos vividos pelo titular.

Em resumo, o caso do fundo Plínio Salgado revela claramente o potencial e os limites dos arquivos pessoais. Potencial, pois eles conservam documentação dificilmente encontrável em outros arquivos e permitem uma reconstrução dos fatos a partir do ponto de vista de protagonistas que os viveram efetivamente. Mas limites, pois, sem o trabalho cuidadoso do historiador (investindo em outros acervos, analisando criteriosamente os documentos, etc.) para evitar as armadilhas deixadas pelo titular, ele corre o risco de apenas reproduzir a memória ali preservada. E, nunca é demais recordar, o historiador não deve se limitar a reproduzir a memória, seja de quem for, mas problematizá-la e discuti-la. História e Memória são perspectivas complementares, mas não são exatamente a mesma coisa.



## Além das palavras e do discurso: questões metodológicas para o estudo do antissemitismo integralista

Publicado originalmente em *Boletim Tempo Presente (UFRJ)*, v. 7, p. 1-15, 2012 e reproduzido, a pedidos, em Schuster, Karl *et al. Velhas e Novas Direitas: a atualidade de uma polêmica*. Recife: Editora da Universidade Católica de Pernambuco, 2014, p. 233-242.

Poucas questões são tão polêmicas quanto a do preconceito e do ódio aos judeus e do Holocausto. Como não podia deixar de ser, dado que uma das facetas do Integralismo é indubitavelmente hostil aos judeus, o tema do antissemitismo tem sido uma constante na produção histórica sobre o movimento. E, o que é mais importante, com posições conflitantes, de difícil conciliação e cheias de pontos em aberto.

O eixo central neste debate é, com certeza, Gustavo Barroso. Creio haver pouca dúvida de que Barroso foi antissemita e que pode ser considerado, senão o maior, ao menos um dos mais importantes ideólogos do antissemitismo no Brasil. Não obrigatoriamente pela originalidade do seu pensamento (já que, em geral, ele apenas reproduzia e reelaborava “clássicos” do antissemitismo europeu), mas pela sua capacidade em difundir o ideal antissemita dentro do Brasil e mesmo fora do país, como indicam seus inúmeros artigos reproduzidos em jornais do Cone Sul, do Canadá, da Europa, etc.

A discussão começa quando se tenta compreender a gênese do antissemitismo de Barroso. Uma corrente, representada por Tucci Carneiro (1988 e 1993), tende a ver nele um antissemitismo de caráter moderno, não copiado do nazismo, mas por este influenciado e potencialmente genocida. Ela reconhece que o foco do antissemitismo de Barroso é contra o judeu conspirador, símbolo do mal, e não

obrigatoriamente contra a raça judaica, mas deixa entender que ele estava mais próximo do modelo nazista do que do católico, medieval. Na mesma linha, autores como Carlos Nóbrega de Jesus (2006, p. 103-112 e 2010) afirmam que este Barroso defenderia um antissemitismo racista, de ódio ao povo judaico tanto pela sua capacidade de dominação mundial como pela sua raça.

Já outra corrente, de autores como Rago Filho (1989), tende a dissociar o antissemitismo de Barroso do racismo nazista. Segundo esta ideia, o judeu odiado por Barroso era um judeu simbólico, que representava o mal do mundo moderno. O alvo do ódio, pois, não era necessariamente a raça judaica, mas todos aqueles que seguissem o “espírito judaico”, ou seja, materialista, anticristão, etc. Também dentro desse inimigo a ser combatido, estariam as organizações secretas (como a Maçonaria) fundamentadas no “espírito judaico” e todas as ideologias que dele derivariam, como o iluminismo, o liberalismo, o protestantismo, a democracia, o capitalismo, o socialismo, o caos e a anarquia. Uma perspectiva centralmente de viés católico tradicionalista contra o mundo moderno, em resumo.

Para essa corrente, Barroso podia até entender e aprovar algumas ações contra a raça judaica adotadas pelo nazismo, mas não medidas como o confinamento dos judeus em guetos ou a sua eliminação física. O mal judeu seria combatido pelo crescimento do espiritualismo e não pela extermínio da raça judaica. Assim, o antissemitismo se encaixaria na visão maior de Barroso, caracterizada pelo culto às tradições, à autoridade e ao nacionalismo, e por um tradicionalismo de fundo católico. Ou seja, o antissemitismo barroso seria, para Rago Filho, expressão do seu anticapitalismo romântico, sendo o nó que daria sentido à sua concepção de mundo e não elemento central dessa.

Marcos Chor Maio (1992; 1996) e Roney Cytrynowicz (1992) também estão próximos dessa corrente, ainda que identifiquem, no antissemitismo de Barroso, uma mescla do tradicional, católico com o moderno, totalitário. Eles também propõem que o antissemitismo, dentro da AIB e em Barroso, era, acima de tudo, um instrumento de

luta pela liderança do movimento; algo discursivo, mas longe das reais preocupações do movimento e do próprio Barroso. Retomarei esse ponto logo a seguir.

Outro texto que merece destaque dentro desse tópico é o de Natália dos Reis Cruz (2004, p. 147-221), no qual se afirma que Barroso se aproximaria do ideário antissemita nazista e defenderia a eliminação do judeus. A autora, inicialmente, reconhece que o tema do antissemitismo dentro do Integralismo é cheio de nuances, podendo ser considerado, até, o menos consensual dentro de suas fileiras. Ela, contudo, rejeita a ideia de que haveria realmente uma ala menos radical no movimento. Assim, quando Reale e Salgado, por exemplo, rejeitavam o antissemitismo, o faziam para não deixar explícita a intolerância do movimento, para que não pudessem ser colocados fora do âmbito cristão e para terem armas na sua disputa de poder com Barroso. Para ela, o Integralismo tinha duas preocupações centrais com os judeus: eles eram quistos ameaçando a homogeneidade racial da Nação e também conspiradores mundiais. Uma ala da AIB enfatizaria a primeira e outra, a segunda.

No primeiro grupo, estariam Miguel Reale e Plínio Salgado, que compartilhavam reflexões comuns nas elites governantes da época, preocupadas com a formação da identidade nacional e os “imigrantes bons” para o Brasil. Eles queriam que o sangue judeu inassimilável e perigoso fosse “lavado” pelo europeu, formando uma sociedade branca una. Assim, para ela, nestes autores também haveria racismo, antissemitismo e intolerância, ainda que disfarçados pelo discurso.

Na ala liderada por Barroso, o judeu seria visto como o símbolo do mal, um perigo conspiratório e responsável por todas as desgraças modernas. Ela sugere que ele se aproximaria do ideário antissemita nazista e defenderia a eliminação física dos judeus. Negando a perspectiva de Chor Maio, ela afirma que a perspectiva do antissemitismo de Barroso era racista, biológica. Na sua visão, assim, não haveria tanto diferença assim entre esse, Salgado ou Reale. O primeiro seria antissemita e racista de forma explícita, enquanto os outros seriam apenas mais discretos. A autora também dialoga com

Cytrynowicz, recusando a sua ideia de que Barroso queria excluir os judeus da comunidade nacional, enquanto Plínio Salgado proporia que eles fossem integrados a esta. Para ela, mesmo na perspectiva de Salgado o Integralismo acabaria chegando a uma atitude exterminadora, já que os judeus, na visão do movimento, não queriam ser integrados.

A tese de Natália Cruz é questionável, pois, ao mesmo tempo em que admite a diferença de posicionamentos a respeito do antissemitismo dentro do Integralismo, releva todas a partir de um pressuposto teórico, ou seja, o de que os integralistas estavam sempre procurando esconder suas reais intenções e que essas eram antisemitas e caminhavam na direção de medidas contra os judeus em si e, no limite, do Holocausto.

Claro que as afirmações e publicações dos integralistas têm que ser avaliadas com cuidado e que, muitas vezes, o discurso deles não refletia de forma alguma o que eles pensavam ou tencionavam fazer quando no poder. Mas a visão de Natália Cruz é exagerada, como se tudo o escrito e pensado pelo movimento e seus líderes fosse discurso vazio. Além disso, se as fontes disponíveis não refletem a realidade, torna-se metodologicamente impossível descobrir o que eles realmente queriam, o que abre espaço para que coloquemos toda e qualquer intenção que desejemos neles.

Num balanço dessa bibliografia e examinando os textos publicados pelo intelectual cearense, fica claro como, na obra de Barroso,\* o tom era, claro, ferozmente antissemita, mas não na direção da raça judaica, com ideias de segregação ou eliminação. O que existe é uma identificação do judaísmo com o capitalismo financeiro internacional, ao comunismo e ao materialismo em geral. Ele até menciona com clareza (Barroso, 1936a, p. 120-133) que o judaísmo a ser combatido era o espírito materialista judeu destruidor de povos e não a raça ou a religião judaicas.

---

\* Dentre a sua vasta obra, os textos mais relevantes sobre o tema do antissemitismo encontram-se em Barroso (1933, 1934, 1935, 1935a, 1935b, 1936, 1936a, 1936b e 1937 e 1938).



O tom da sua obra, porém, é tão antissemita que a perspectiva do seu ódio atingir os judeus enquanto povo é mais do que provável, se as condições o permitissem. Ele chamava os judeus de “lixo humano” (Coutinho, 2001, p. 574) e, nos seus livros e artigos, termos como “liberalismo peçonhento e comunismo judaico”, “piolheira judaica e comunista” ou “parasitismo judaico” (Barroso, 1935a, p. 37, 58 e 60) são comuns.

Do mesmo modo, quando ele criticou, com uma virulência intensa, José Américo de Almeida e Armando de Sales Oliveira, candidatos potenciais às eleições presidenciais de 1938, os identificou como lacaios do judaísmo, de espírito materialista judeu, apoiados pela colônia judaica e que destilavam “fedor judaicus” (1937a, p. 141). Ali, fica clara a sua associação do judaísmo como sinônimo de liberalismo, comunismo e maçonaria, mas que esse ódio, potencialmente, podia se voltar contra a raça ou o povo judeu.

Tudo isso, claro, facilitava o seu diálogo com os nazistas, por exemplo, e não é à toa que Berlim o visse com simpatia, convidando-o inclusive para eventos na própria Alemanha. Mas diálogo e simpatia não significavam, automaticamente, igualdade de pensamentos e, ao examinar a sua obra, os sinais maiores são de que a corrente de Rago Filho ou Chor Maio esteja mais próxima da realidade, ainda que o ódio contra os judeus propriamente dito não estivesse ausente.

Uma prova de que algo do antissemitismo de Barroso também era dirigido ao povo judeu em si está nos próprios regulamentos da Milícia integralista, comandada, como se sabe, por ele. No Estado Maior da mesma, havia uma seção encarregada de espionar os “inimigos” e, ao lado de comunistas, maçons e liberais, havia um departamento próprio para os judeus. O regulamento era claro ao exigir vigilância contínua sobre os judeus, os membros da comunidade judaica, e não sobre um “judeu etéreo”, indefinido:

Quanto aos judeus, convém organizar um fichário completo dos mesmos. É importante, na ficha do judeu, conseguir, sendo possível, qual o ramo do seu

negócio, o valor provável do seu negócio, atividades financeiras do indivíduo comparando-as com as suas possibilidades de fortuna, etc. Desde que, em relação ao judeu, se conclua que o mesmo leva vida de fausto, é necessário assinalar sua ficha de modo especial e procurar saber de onde vem o dinheiro” (Regulamento provisório para a instrução da Milícia integralista. *Monitor Integralista*, 11/7, agosto de 1934).

O maior problema, na verdade, ao estudarmos o antisemitismo de Barroso é avaliar, como já indicado acima, o que estava por trás do seu pensamento e das suas palavras. É sempre possível levantar a hipótese de que o seu cuidado em não defender o extermínio ou a segregação dos judeus fosse apenas um disfarce, a ser abandonado no caso de condições favoráveis, como a vitória mundial da Alemanha.

Os próprios nazistas, na verdade, não pensavam no extermínio do povo judaico antes do início da Segunda Guerra e realizaram o Holocausto sobre um manto de relativa discrição. Seria difícil encontrar publicações defendendo abertamente o Holocausto completo do povo judeu na própria Alemanha dos anos 1930. Pessoas como Julius Streicher já se aproximassem do desejo de extermínio físico dos judeus e expressavam isso, mas o regime, como um todo, procurava ser cuidadoso nas suas intenções e, especialmente, na sua publicação. Não espantaria, assim, que Barroso tivesse sido cuidadoso com suas palavras, mesmo tendo um ódio homicida por trás.

Enfim, ele escreveu o que realmente pensava e era um antisemita mais católico do que nazista, odiando mais o “judaísmo” do que os judeus, ou um genocida em potencial, cem por cento nazista, a espera do momento certo para o extermínio dos judeus brasileiros? Se a História fosse uma ciência exata, um laboratório em condições controladas permitiria que investigássemos as várias variáveis, mas isso é impossível.

Do mesmo modo, as suas disputas pelo poder com Plínio Salgado (a serem vistas a seguir) e o desaparecimento do tema do judaísmo da sua obra pós-1938 podem ser interpretadas de forma diferente. Ele teria abandonado o tema porque o seu antissemitismo era apenas instrumental e não haveria mais necessidade de mobilizar esse tema para a disputa de poder com Salgado ou porque não havia mais condições práticas para seu desejo de eliminar os judeus e, portanto, ele preferiu o silêncio? Nunca saberemos, salvo se nova documentação dele for encontrada.

Enfim, o debate em torno do antissemitismo de Barroso se trava muito no campo das ideias e da leitura textual de seus livros. Como ele nunca pôde colocar em prática suas ideias, numa posição de poder, fica difícil saber o que ele faria ou deixaria de fazer com os judeus brasileiros. Do mesmo modo, suas intenções práticas mudariam, provavelmente, conforme o contexto nacional e mundial. Assim, qualquer análise do antissemitismo de Barroso há de ser, inevitavelmente, parcial, pois está mais no plano das ideias do que da prática.

Em boa medida, o mesmo pode ser dito a respeito do estudo do antissemitismo presente nos outros líderes integralistas. Há certo consenso de que Salgado e Reale tinham traços antissemitas muito menos pronunciados do que em Barroso. Ambos identificavam, nos judeus, símbolos de problemas maiores (como o materialismo ou o capitalismo internacional) e os traços de ódio à raça judaica são limitados e explicáveis pelo contexto e pela retórica.

Salgado, por exemplo, acreditava que o problema judaico seria resolvido pela assimilação dos judeus e a derrota do materialismo pelo espiritualismo. Ele também fez esforços para acalmar a comunidade judaica, controlou os excessos de Barroso (Tucci Carneiro, 1988, p. 353-354) e, em vários artigos e trechos de livros, foi explícito na sua denúncia do antissemitismo.

Muitas vezes, claro, ele falava de “ouro judaico” ou de “Rússia judaica” e, no seu livro *O Estrangeiro*, surgem referências ao judeu como tendo “garras de vampiro e olhar vulturino” (1926, p. 120). Em

conferências, ele também atacava os judeus como agiotas desde a época dos faraós (Goês, 1983, p. 91-92). Mas são, a meu ver, detalhes retóricos para consumo interno e externo e menos importantes do que parecem.

Ele, igualmente, não tinha pudores em permitir a continuidade da campanha antissemita de tantos jornais e militantes integralistas se isso representasse vantagens para ele e para o movimento. Também não via problemas em incluir tons antissemitas explícitos aos seus discursos se identificasse que a plateia podia ser receptiva a eles, como fez em palestras em Blumenau (Klein, 2004, p. 35).

O mesmo pode ser dito de Miguel Reale. Em vários dos seus livros e nas suas memórias, ele recusou a ideia do judeu como problema racial e o antissemitismo como combate à raça judaica (1935a; 1986, p. 63 e 93-99). Termos e expressões de cunho antissemita – como quando ele elogiou Hitler por eliminar o “núcleo comunista-judeu” que ameaçava a Alemanha (Reale, 1935, p. 102) – surgem aqui e ali (Tucci Carneiro, 1988, p. 379-381), mas me parecem mais forma do que de substância.

Mesmo autores menores do Integralismo podem ser vistos, ou não, como antissemitas. Arci Tenório d’Albuquerque, por exemplo, era muito simpático ao nazismo e sua obra tinha tons antissemitas extremamente fortes, mas ele mesmo afirmava que o Brasil era uma raça em formação e que não era possível, pois, ser contra a raça judaica (1937). Martino Filho (1935, p. 104-107) também se manifestou contra o antissemitismo e Venceslau Jr. (1935, p. 139-146) era explícito na sua defesa do combate ao temperamento e ao espírito judeus, mas não aos judeus em si. Para ele, o Integralismo combateria os brasileiros de espírito judeu, mas não os judeus de espírito brasileiro.

Novamente, fica difícil saber a profundidade do sentimento antissemita apenas analisando as obras. Arci Tenório d’Albuquerque, em caso de vitória do nazismo, se tornaria rapidamente um Streicher brasileiro? Todos esses autores que combatiam o “espírito judaico” pensavam realmente isto, ou eram ferozes genocidas a espera do momento justo de deixar cair as máscaras? Difícil saber.

Outros exemplos desse problema poderiam ser elencados. Em 1957, por exemplo, quando o Partido de Representação Popular recebeu o controle do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Plínio Salgado teria facilitado a entrada, no Brasil, de 6 mil judeus que estavam tendo dificuldade para obter vistos (Lima, 1980, p. 89-90). Se isso for verdade, como interpretar? Um sinal de que ele nunca tinha sido mesmo antissemita ou um esforço para esconder seu ódio aos judeus, não mais politicamente aceitável?

Outro exemplo: em 1936, Salgado publicou, na revista *Panorama*, um famoso artigo no qual denuncia o antissemitismo:

Não sustentamos preconceitos de raça, pelo contrário, afirmamos ser o povo e a raça brasileiros tão superiores como quaisquer outros. Em relação ao judeu, não nutrimos contra essa raça nenhuma prevenção. Tanto que desejamos vê-la em pé de igualdade com as demais raças, isto é, misturando-se, pelo casamento, com os cristãos. Como estes não são intransigentes nesse sentido, desejamos que tal inferioridade não subsista nos judeus, porque uma raça inteligente não deve continuar a manter preconceitos bárbaros.

Nessas condições, não podemos querer hoje mal ao judeu, pelo fato de ser o principal detentor do ouro, portanto principal responsável pela balbúrdia econômico-financeira que atormenta os povos, especialmente os semicoloniais como nós, da América do Sul. O judeu-capitalista é igual a um cristão-capitalista; sinais de uma época de democracia liberal. Ambos não terão mais razão de ser porque a humanidade se libertará da escravidão dos juros e do latrocínio do jogo das Bolsas e das manobras banqueiristas. A animosidade contra os judeus é, além do mais, anticristã e, como tal, até condenada pelo

próprio catolicismo. A guerra que se fez a esta raça na Alemanha, foi, nos seus exageros, inspirada pelo paganismo e pelo preconceito de raça. O problema do mundo é ético e não étnico. (Salgado, Plínio. “Trechos de uma carta”. *Panorama – Collectanea mensal do pensamento novo*. 1, 4/5, p. 3-5, 1936)

Qual o significado deste texto? Simples argumentação tática, que escondia profundo antissemitismo, para lutar contra o desafio de Barroso à sua liderança ou conseguir o apoio da comunidade judaica? Ou uma prova de um nível de antissemitismo menos “denso” do que em Barroso e muito menos do que em um Streicher ou um Heydrich?

Como sempre, sem um laboratório que permitisse a realização de experiências em condições controladas, tudo se torna difícil, pois trabalhamos além das fontes e passamos para o mais nebuloso terreno do que estaria, ou não, escondido nas entrelinhas. O problema se repete, ainda uma vez, quando tentamos analisar a questão do antissemitismo como instrumento de disputa pelo poder dentro do Integralismo.

A disputa pelo poder entre Salgado e Barroso foi real e ela se expressou em vários momentos e ocasiões. Os dados disponíveis deixam claro como o tema dos judeus e do antissemitismo era utilizado, instrumentalmente, na disputa entre os dois líderes.

Realmente, Salgado se manifestou, como visto acima, contra os excessos antissemitas de Barroso e entrou em polêmicas jornalísticas com este dentro do próprio movimento. Também impediu Barroso de publicar no *A Offensiva* por seis meses, em 1936, porque seus textos antissemitas atrapalhavam seu contato com os empresários judeus. Outros relatos dos conflitos e tensões entre os dois sobre esse tópico estão disponíveis (Klein, 2004, p. 43-45; Cytrynowicz, 1992, p. 205-219).

Nos próprios livros de Barroso, nota-se todo um esforço para envolver Plínio no antissemitismo mais explícito. Num livro de 1937,

por exemplo, Barroso afirmava que nunca tinha sido antisemita, mas que o Integralismo (e Plínio Salgado) o teriam feito abrir os olhos para o problema.

Neste livro, ele afirma categoricamente, no que parece ser uma tentativa de resposta a Salgado e à militância, que o Chefe estaria de acordo com a visão de uma conspiração judaica internacional e que

[...]os que nos criticam não estão documentados, nem seguros, nem certos. Estão errados dentro da doutrina e em relação às lições do nosso Chefe. De propósito, somente recorremos aos textos de Plínio Salgado compendiados em volume. Se quiséssemos respingar nos seus artigos através da “A Offensiva” as claras, desassombradas e claras afirmações contra os judeus, teríamos citações para meia dúzia de páginas. Depois da morte de Caetano Spinelli e Jaime Guimarães, em consequência da emboscada judaico-comunista da Praça da Sé, o Chefe Nacional escreveu um artigo de “guerra aos judeus”. É a palavra de ordem que obedecemos em nossa campanha. (Barroso, 1937a, p. 165)

O grande dilema é entender a dinâmica entre o antisemitismo e a disputa interna pelo poder. Para Maio, Cytrinowicz e Klein, o antisemitismo servia para dar coesão e mobilizar as massas integralistas e, acima de tudo, para a luta interna para o controle do movimento, sendo mais discursivo do que outra coisa. Cytrynowicz (1996) contudo, também observa como, mesmo instrumental, o antisemitismo de Barroso era uma parte tão importante no seu projeto de poder que ele poderia ter levado à perseguição direta do povo judeu, com resultados potencialmente trágicos.

Que o antisemitismo, em algum nível, era usado como arma de Barroso para a conquista de espaço dentro do movimento, é um fato. Aliás, esse uso do antisemitismo como um “diferencial” para

mobilizar as massas e garantir apoios na luta pelo poder não foi nada incomum, tendo o fenômeno se reproduzido com Farinacci no fascismo italiano, com Arcand no canadense, etc.

Barroso foi realmente uma liderança alternativa que quase sobrepunha a de Plínio e que mereceria ser investigado nesta ótica, em vez de, como sempre, como líder antissemita. Uma hipótese é que a disputa entre ambos não tenha sido focada no antissemitismo, mas no privilégio do comando e na estratégia para atingir o poder. Como chefe das milícias, abertamente mais radical nas suas ideias e menos interessado em compromissos, Barroso pode ter ambicionado a liderança para uma ação direta pelo poder e não era a toa que ele era chamado, por alguns, do Rohm brasileiro, numa alusão ao chefe das SA nazistas. Já que a discussão sobre como atingir o poder foi crucial no Integralismo por quase todo o tempo, a hipótese de Barroso capitanear a resistência ao projeto mais legalista de Plínio e utilizar o antissemitismo de forma a ter elementos nessa luta é algo mais do que razoável.

O problema é saber se Barroso usava o antissemitismo de forma completamente instrumental para tentar o comando do movimento e do país ou se queria o poder para dar ao movimento um tom mais antissemita. Só saberíamos a resposta para a questão se Barroso tivesse ascendido ao poder na AIB e no Estado. Como isso não aconteceu, novamente estamos mais no campo das especulações do que nos fatos documentáveis.

Saindo do mundo dos líderes e das ideias, podemos afirmar que o ideário antissemita era parte do cotidiano e da socialização ideológica dos integralistas. Conforme o indicado por Cavalari (1999, p. 110), os jornais integralistas publicavam continuamente listas de livros a serem lidos e, entre eles, além dos antissemitas de autoria de Gustavo Barroso, constavam os *Protocolos dos Sábios de Sião*, o famoso texto antissemita de Henry Ford e livros de autoria de nazistas alemães como Gottfried Feder.

Os integralistas também utilizavam termos antissemitas para atacar seus adversários. Eles acrescentavam o nome “Moretzohn” ao



de Armando Sales de Oliveira para acusar o liberalismo paulista de “judaico” (Cohen, 1997, p. 264) e antigos integralistas, em seus depoimentos, confirmam que Barroso era muito lido e admirado nas hostes do movimento.

Os integralistas também fizeram, em seus jornais, forte propaganda para impedir a imigração judaica e atacando os judeus por todos os problemas do mundo. Basta recordar, por exemplo, como Gerardo Mello Mourão, em 1937, criticou a imigração de judeus poloneses para o Brasil, pois isso significaria uma obra profilática do governo de Varsóvia, que transferiria o problema da “judiaria” para o Brasil, que deveria recusar esse papel (Mourão, Gerardo Mello. Momento internacional. *A Offensiva*, n. 385, 12/1/1937).

Alguns jornais também publicizavam temas e argumentos antijudaicos e muitos dos livros antisemitas de Barroso começaram como artigos nesse jornal, o que indica sua difusão e popularidade (Tucci Carneiro, 1998, p. 403-417; 1996, p. 512). Mesmo em locais isolados como Olímpia (SP), o tema do antisemitismo estava sempre presente, no dia-a-dia das células e dos militantes (Ribeiro, 2004).

Nesse contexto, é impossível negar que foram os integralistas os maiores divulgadores do antisemitismo no Brasil dos anos 1930. Mesmo hoje em dia, como indicado nos trabalhos de Odilon Caldeira Neto (2011) e Carlos Nóbrega de Jesus (2006), o antisemitismo no estilo de Gustavo Barroso tem utilidade como mobilizador da massa pelos neointegralistas, ainda que, muitas vezes, rearticulado discursivamente em termos de antissionismo.

O grande problema é definir o quanto a questão era realmente central para seus militantes e como motivação de ingresso no movimento. Uma hipótese é que o antisemitismo era forte e muito presente em setores da classe média brasileira, os quais aderiram ao Integralismo justamente por ser o primeiro partido a se assumir publicamente como tal. A outra é que as pessoas se aproximavam do Integralismo por motivos outros e que recebiam algum nível de doutrinação contra os judeus no mesmo.

É óbvio que nunca saberemos a proporção de pessoas que entraram no Integralismo centralmente por motivações antissemitas e nem os que adquiriram sentimentos contra os judeus no movimento. Mas já o livro seminal de Héliog Trindade (1974, p. 146-153) indicava como o antissemitismo era fator secundário como motivação de ingresso dos militantes na AIB e que estes recebiam doses do sentimento dentro do movimento. Ele observava, também, como o antissemitismo, em geral, não era essencial na definição ideológica dos camisas-verdes.

Outro dado nesse sentido é o trabalho de Rodrigo Oliveira (2004, p. 90), no qual ele faz uma amostragem de artigos de jornal publicados em vários jornais integralistas do país entre 1933-1937 em busca dos principais temas e assuntos discutidos. Ainda que com variações regionais e temporais, a temática predominante é a anticomunista e antiliberal, com artigos antissemitas totalizando apenas pouco mais de oito por cento do total. A mesma proporção relativamente baixa de artigos antissemitas foi identificada por Murilo Paschoaletto (2012) no tocante ao *A Offensiva*. Um sinal, possivelmente, de que o movimento tinha, como é inegável, fortes traços antissemitas, mas que o Integralismo não via, no combate ao judaísmo, a sua razão única de existir.

Tendo realmente à conclusão que, no Brasil dos anos 1930, havia antissemitismo, mas essencialmente discursivo e em alguns atos do Estado, não sendo um problema para o grosso da população. Bernardo Sorj (1997) fez uma crítica nesse sentido a Tucci Carneiro, contestando a sua visão do antissemitismo como arraigado no Brasil e criticando a extrapolação de alguns atos do Estado ou de escritos de alguns intelectuais para o grosso da sociedade. Tendo a pensar que o mesmo pode ser dito do Integralismo como um todo: seu antissemitismo ajudava a mobilizar as pessoas, dava um sentido unificado à sua luta e facilitava os contatos com alguns movimentos fascistas do exterior, especialmente os próximos do nazismo. Mas não era um elemento definidor central na identidade daqueles que dele se aproximavam e nele permaneciam.

Aqui, aliás, revela-se outro grande problema nos estudos sobre o antissemitismo, não só o integralista, que é a dificuldade em reconhecer a imensa gama de posições que existem dentro do termo “antissemita”. Uma coisa é ver nos judeus símbolos dos problemas do mundo e desejar que eles sejam dissolvidos na massa brasileira. Uma bem diferente é pregar que eles sejam fisicamente eliminados. Sem distinções entre as várias maneiras que o antissemitismo pode se expressar, tudo se torna antissemita e o conceito perde o sentido.

Um exemplo deste problema pode ser identificado quando Natália Cruz defende a ideia de que o Integralismo, por suas próprias características ideológicas, precisava de um “outro” para se definir e que, muitas vezes, esse outro foi o judeu. É uma realidade e, aliás, esta busca de um “outro” a se contrapor ao “nós” é um elemento que aproxima o Integralismo e o nazismo e que indica como ambos estão realmente dentro da definição mais geral de fascismo. Mas o lidar com o “outro” pode implicar em discriminá-lo, segregá-lo, forçar a sua assimilação ou a sua destruição. Todas estas atitudes são, claro, pouco tolerantes ou democráticas, mas não são a mesma coisa e esquecer isso realmente complica nossa avaliação a respeito dos vários antissemitismos que conviviam dentro da AIB.

Em resumo, problemas conceituais (uma definição mínima do que é ser antissemita e suas gradações) e metodológicos (a diferença entre teoria e prática, entre o escrito e o realmente pensado) tornam o tema do antissemitismo dentro da AIB de difícil avaliação e não creio que um consenso será um dia estabelecido. O fato de esse tema também ter implicações políticas mais do que claras também complica o quadro.

De qualquer forma, talvez uma ou mais pesquisas sobre o contato, real, dos integralistas com a comunidade judaica trouxessem alguma luz sobre a questão. René Gertz (1984, p. 22), por exemplo, afirma que em alguns núcleos integralistas das cidades de origem alemã de Santa Catarina haveria uns poucos judeus como filiados. Schweidson (1989, p. 214-219) também escreveu que um tal Heller, judeu rico, teria entrado para a AIB em Joinville, tendo se suicidado

quando descoberta a sua origem judia. Dados vagos e pouco consistentes, que deveriam ser verificados e aprofundados.

O mesmo pode ser dito de possíveis choques e conflitos entre integralistas e judeus nas ruas das cidades brasileiras. Schweidson (1989, p. 222-230) afirma que nazistas e integralistas o perseguiram (com boicotes e até um atentado) em Desterro (SC), pelo que ele ajudou a organizar a luta contra eles, participando da fundação da Confederação Israelita Brasileira (CIB), em 1933. A informação, contudo, não tem nenhuma comprovação e Sandra Deutsch (1999, p. 280) afirma que, salvo por um caso isolado, não há nenhum registro de violência integralista contra os judeus.

Os contatos do Integralismo com lideranças judaicas também são praticamente desconhecidos. Deutsch (1999, p. 278) escreveu que Plínio teria tentado acordo com a comunidade judaica e Schweidson (1984, p. 234-237) afirma que dinheiro da CIB seguiu para o Integralismo, o qual teria aliviado seu antissemitismo por causa disto. Já Lesser (1995, p. 115) confirma o encontro de Plínio Salgado com o rabino Isaiah Raffalovich no Rio de Janeiro em outubro de 1934, quando este teria prometido que os integralistas deixariam os judeus fora do seu programa em troca de apoio financeiro, o qual teria sido concedido. A promessa de Plínio, contudo, não teria sido cumprida. Dados soltos e pouco confiáveis, mas cuja exploração é crucial se queremos acrescentar novas facetas ao relacionamento do Integralismo com os judeus e o judaísmo.

Em resumo, sabemos muito pouco sobre a materialidade do relacionamento entre a comunidade judaica e a AIB e essa é uma lacuna que, se preenchida, nos daria muitos elementos para rediscutir o tema do antissemitismo integralista, o qual, como visto, está sendo estudado, até hoje, mais no plano das ideias do que na sua necessária materialidade.

# O fundo Carmela Patti Salgado: um outro olhar sobre o Integralismo

Publicado originalmente em Dotta, Renato; Campos, Maria Teresa Arruda de. *Dos papéis de Plínio: contribuições do Arquivo de Rio Claro para a historiografia brasileira*. Rio Claro: Oca Editora, 2013, p. 57-69.

## Introdução

Ao ser convidado para escrever a respeito do material disponível sobre o Integralismo no Arquivo do Município de Rio Claro, meu primeiro pensamento foi o mais óbvio, ou seja, fazer alguns apontamentos sobre o fundo Plínio Salgado, a imensa massa documental a respeito dele abrigada naquele arquivo e que é ponto obrigatório de passagem para todos os interessados na problemática do Integralismo, do PRP e correlatas.

No entanto, dado o fato que já escrevi algo a propósito e que o fundo Plínio Salgado é mais ou menos bem conhecido por todos os que se aventuram no tema, optei por abordar um fundo que encontrei por acaso, nas minhas inúmeras visitas à agradável cidade de Rio Claro: o fundo Carmela Patti Salgado.

Minha abordagem a respeito desse fundo não será, contudo, arquivística, como um preâmbulo da redação de um – muito necessário, aliás – inventário. O que pretendo é apresentar sucintamente algumas hipóteses e perspectivas que levantei ao folhear aqueles papéis e indicar, a outros pesquisadores, a validade de voltar a esse fundo com mais cuidado e tempo. Assim, abordarei inicialmente a história de gênero e suas implicações no estudo do Integralismo, já que o acervo de D. Carmela reflete a sua condição feminina e a validade historiográfica de trabalhar com esse acervo e com essa vida

está claramente relacionada, ainda que não de forma exclusiva, com a sua posição de esposa do Chefe Nacional integralista. Feito isso, apresentarei um pouco o fundo e, especialmente, as hipóteses e perspectivas que levantei examinando a memória de D. Carmela registrada naqueles papéis e documentos. Se isso servir para ressaltar a importância desse fundo e desse tipo de abordagem e estimular a curiosidade de outros colegas, já estarei satisfeito.

## A história de gênero e o Integralismo

A história de gênero se afirmou, nas últimas décadas, como um filão historiográfico cada vez mais importante. Ela procurou romper com a pouca atenção que outras escolas (como o marxismo clássico ou a primeira geração dos *Annales*) davam à problemática feminina e responder às demandas colocadas à História pelo feminismo, a partir dos anos 1960, especialmente.

A história do gênero também oferece, contudo, vários problemas. Um deles é mais restrito e tem ver com a própria definição do objeto. Se há tantas mulheres diferentes e se o grande problema é definir a construção cultural das diferenças sexuais, o que definiria “mulheres” como campo de estudo? Haveria uma “experiência feminina” comum que transcende classe ou raça e que seria passível de recuperação e conversão em conhecimento histórico? E nesse estudo da construção cultural da diferença, haveria espaço para algo mais do que as representações que formam essas construções?

Outro risco a que a história de gênero pode nos levar é a perda de contato com o mundo maior, renunciando ao conhecimento histórico em favor de uma arqueologia do saber, capaz de descrever realidades e objetos isolados, mas não de dar algum sentido à experiência humana.

Esse preâmbulo mais geral é necessário, até porque o dilema da história das mulheres integralistas é, em boa parte, uma réplica, em escala menor, das questões maiores acima apresentadas. A história

de gênero, em boa medida, debateu com a velha história política e social e isso se refletiu no estudo do Integralismo.

A grande contribuição dos autores (e, especialmente, autoras) que trabalham com esta temática foi a sua demonstração de que o discurso integralista relativo às mulheres – e que as colocava, em essência, em funções subordinadas, no lar e sempre sobre o controle masculino – podia ser lido de forma diferente pelas próprias mulheres. Um enorme avanço e que explica uma contradição clara entre um discurso machista e uma participação bastante expressiva das mulheres no movimento.

Realmente, quando pensamos no quanto o discurso integralista insistia na imagem da mulher como a “guardiã do lar” e nos papéis plenamente definidos de homem e mulher e vemos tantas mulheres (aproximadamente vinte por cento dos militantes) vestindo a camisa (ou a blusa) verde, fica a impressão de que elas ou compartilhavam plenamente esta visão machista ou que foram totalmente envolvidas ou enganadas pela propaganda do movimento.

Um avanço da nova historiografia é demonstrar como o Integralismo não era simplesmente um movimento machista, mas que utilizava questões de gênero para exemplificar e ressaltar as diferenças entre eles e os comunistas e também para ressaltar e explicar sua doutrina. Ele também oferecia, com a sua defesa da mulher não como inferior, mas como “diferente” (cf. Salgado, 1946), um espaço potencial para a participação feminina, o qual foi aproveitado.

A visão feminina, especialmente como evidenciada nos trabalhos de Lídia Possas (1993, 2002, 2004 e 2004a), Sandra Deutsch (1997, 1999, 2002 e 2004) e outras autoras, nos permitiu, assim, superar a contradição acima indicada e entender que, para muitas mulheres, militar no Integralismo, mesmo numa posição menos importante, era uma forma de superar os limites impostos pela sociedade e agir na mesma, de forma ativa e não passiva.

A partir daí, como bem indicado por Deutsch (1997), podemos apreender aspectos relacionados ao movimento que uma visão masculina, provavelmente, não conseguiria captar. Fica clara, por

exemplo, a adaptabilidade ideológica do movimento. Se, em teoria, a democracia é algo negativo e as mulheres devem ficar em casa, na prática a questão era diferente e mobilizavam-se as mulheres em busca de seus interesses eleitorais.

Consegue-se, também, perceber a diferença entre os ideais conservadores, mais avessos a mobilizar as mulheres e dar a elas outros papéis, e os integralistas que, desejosos de mobilizar efetivamente a massa (criando um novo estilo de vida e um novo homem) e menos conservadores, abriam mais espaço para as mulheres. O fato de grupos próximos ideologicamente à AIB, como a Legião Cearense do Trabalho, não terem um movimento de mulheres (Cordeiro Jr., 1992, p. 200-249) é emblemático deste diferencial.

O olhar feminino nos permitiu, igualmente, perceber como os ideais eugênicos, muito difundidos naquele período, acabaram por ser incorporados ao padrão de família e sociedade defendido pelo Integralismo, fundindo-se e mesclando-se com os mais tradicionais, católicos, conforme indicado na dissertação de Mestrado de Endrica Geraldo (2001).

Estes avanços reais só se tornaram possíveis, a meu ver, pela absorção, pelas novas historiadoras, da reflexão teórica produzida pela história de gênero e que procurou enfrentar seus dilemas, como indicado acima. Os cuidados metodológicos tomados por Lídia Posas, por exemplo, indicam a reflexão frente aos dilemas gerais deste campo historiográfico.

Nesse sentido, ela ressalta, em seus vários textos, como a participação feminina é repleta de ambiguidades (participação e subordinação; aceitação da visão tradicional da mulher e defesa de um papel diferente dela na sociedade) e que “mulheres” é um conceito amplo, a ser trabalhado com cuidado, já que havia mulheres de várias origens e tipos e que assumiam a militância por motivos diversos.

Sandra Deutsch também é cuidadosa ao não deixar a questão do gênero ser desvinculada de outras, maiores. Em texto de 2004, por exemplo, ela indica que a maior abertura integralista para a participação feminina tinha relação, provavelmente, com a crise de poder



e do sistema político e as chances reais de conquista do poder via eleições. Nesse contexto, as mulheres não podiam ser desprezadas como eleitoras, num quadro diferente do de outros países latinos.

Em resumo, com os cuidados metodológicos devidos, a história de gênero trouxe avanços para o nosso conhecimento a respeito do tema, avanços estes que eu mesmo demorei a compreender e avaliar, o que me levou, em resenhas publicadas anos atrás, a uma visão crítica em excesso sobre a nova abordagem. Não obstante, algumas críticas ainda são mais do que necessárias, até para o desdobramento dos estudos.

O grande problema, na verdade, é quando se iniciam extrapolações que não são baseadas em pesquisa empírica e/ou fogem do bom senso. No trabalho de Emma Grant (1996), por exemplo, há sugestões de que as mulheres integralistas lutavam centralmente pelo ideal feminista da igualdade e só aceitavam o machismo integralista de forma instrumental, o que parece pouco razoável e ignora as inúmeras mulheres que deviam compartilhar do ideal integralista sobre o papel feminino e que se mobilizaram justamente para defendê-lo.

Em outro momento, Grant (1996, p. 21) afirma que o Integralismo “feminilizou” sua doutrina para atrair as mulheres, vendo o Estado como fraco, suscetível, a ser defendido como a mulher pelo homem, dando a ele uma origem na família, etc. Tanto que teriam começado, como sinal de “feminilização” do discurso, a utilizar os termos “A Nação” ou “A Pátria” ao invés de “O Brasil”. Uma extrapolação absurda, sem embasamento empírico e que indica uma busca de questões de gênero onde elas não existem. Ou, o que é ainda mais complicado, uma aparente tentativa de reduzir o Integralismo essencialmente a uma arena para a “luta de sexos”, o que ele não era.

Esse me parece um ponto fundamental. Olhar o Integralismo com uma visão feminina pode ter nos ajudado a compreender aspectos do movimento que não compreendíamos. Mas o olhar feminino é apenas mais um e a ser integrado – e avaliado – dentro de uma totalidade. Sem isso, ele corre o risco de ser um olhar vazio e incapaz de ver seu próprio objeto.

Ao final de todos os escritos, além disso, o grande problema de fundo permanece, sem ser resolvido. A luta feminina, neste caso, tinha como sair da contradição de fundo que era participar politicamente e no espaço público, mas num movimento que negava a elas o status de igual? Ao aceitar a noção hierárquica do Integralismo, elas continuaram em posição subordinada e essa subordinação fica evidente no fato que havia apenas uma mulher no Conselho Supremo integralista e que apenas cinco mulheres estavam na Câmara dos quatrocentos. O fato de poderem se expressar na esfera pública compensaria essa admissão tácita de aceitação do seu “lugar devido”?

Em resumo, o Integralismo, apesar de dar algum espaço à ação feminina, reforçou a sua dominação ou, ao contrário, apoiou a sua luta de emancipação mesmo dentro de um discurso hierárquico no qual o homem era diferente, mas superior? No caso desse campo de pesquisa, a definição entre “apesar de” ou “mesmo” é fundamental, mas quase sem solução. Uma saída para esses dilemas seria explorar figuras femininas de carne e osso e avançar nas suas vidas e trajetórias com mais rigor. E a figura de D. Carmela Patti Salgado seria, a meu ver, perfeita para essa exploração.

## O fundo Carmela Patti Salgado em Rio Claro

Carmela Patti nasceu em Taquaritinga (SP) em 1902 e faleceu em 1989, tendo se casado com Plínio Salgado em 1936. Antes do casamento, era a presidente do Departamento de Arregimentação Feminina do núcleo daquela cidade. Ela foi presença contínua na vida de Plínio por quase quatro décadas e menções a ela são constantes na documentação deste, armazenada em Rio Claro. Não há estudos específicos sobre a atuação dela dentro da estrutura da AIB e nem sobre sua influência nas decisões do marido. Tradicionalmente, tendemos a imaginar que seu papel foi passivo, de apoio a Plínio na esfera doméstica, liberando-o para a vida pública. Uma imagem que não deve destoar muito da realidade, ainda que eu acredite que

a sua influência – direta ou indireta – nas ações de Salgado não tenha sido nula.

Reconstruir a vida e as ações dessa mulher talvez fosse de utilidade para pensar o feminino, na teoria e na prática, dentro da Ação Integralista. Para isso, além da utilização de fontes diversas e da própria documentação de Plínio Salgado, a própria produção documental de D. Carmela seria de extrema utilidade. E, felizmente, ao menos uma parte dessa documentação está disponível no próprio Arquivo Municipal de Rio Claro.

O fundo presente em Rio Claro consiste em 15 caixas de arquivos, com milhares de cartas, cadernetas, recortes de jornais e anotações pessoais, incluindo algumas no formato de diário. Não sei exatamente as condições de chegada do fundo a Rio Claro. É possível que o grosso do material tenha sido encaminhado junto com a doação do fundo de Plínio, em 1982, mas houve, com certeza, envios posteriores, pois há documentos até 1989, pouco antes da morte de Dona Carmela. Quando o consultei, alguns anos atrás, os papéis estavam desordenados, sem um inventário e com os papéis sem ordem, sem numeração nas caixas, etc. Isso explica, inclusive, porque os documentos aqui citados o são apenas pela sua data, inexistindo números de caixa ou de classificação a serem mencionados.

É muito provável que essa documentação não represente a totalidade do acumulado pela protagonista no decorrer da sua vida. Também é óbvio que esse fundo apresenta os mesmos problemas de construção da memória, seleção documental e outros que estão presentes no do seu marido. Não obstante, é um material interessante e ainda pouco explorado, inclusive pelas historiadoras de gênero, pelo que vale a pena indicar algumas possibilidades e hipóteses de trabalho.

## Hipóteses e sugestões de trabalho

Efetivamente, é impressionante o quanto podemos apreender da trajetória política de Plínio Salgado através das anotações e documentos

arquivados pela sua esposa. De forma curiosa ou irônica, uma boa parte desse material acaba, na verdade, por se voltar contra a memória construída pelos próprios integralistas e seus herdeiros no período posterior, o que, aliás, acontece com o acervo do próprio Plínio.

O exemplo dos anos de exílio de Plínio em Portugal é exemplar. Em toda a memorialística integralista do pós-guerra, sobram referências às dificuldades financeiras do mesmo em Lisboa. Isolado e sem recursos, teria sofrido privações imensas por falta de dinheiro, tendo que morar em pensões modestas, se alimentando mal e ficando doente por isto. Só com a publicação de *A Vida de Jesus*, em 1942, a situação teria melhorado. Sem querer mencionar a suposta “mesada” enviada por Vargas a Salgado durante o exílio (não confirmada empiricamente), os próprios documentos de Plínio indicam como os integralistas do Brasil enviavam somas imensas de dinheiro para ele nesses anos. Tais somas atingiram um total de 240 contos de réis (ou 230 mil escudos) apenas entre junho de 1939 e dezembro de 1940 (Fundo Plínio Salgado/Rio Claro, Caixa 52, livro da Tesouraria da AIB). Tal soma talvez não garantisse uma vida de luxo, mas não significava exatamente fome.

Dona Carmela corrobora esse raciocínio ao registrar, na sua caderneta de despesas da casa do ano de 1941, um gasto de mais de 67 contos de réis, dos quais um conto e meio para despesas postais e quase 15 contos para despesas de saúde e particulares. Frente à realidade da maioria das famílias brasileiras e portuguesas do período, dispor de tais somas para o gerenciamento da sua vida em Lisboa parece indicar que a suposta carência financeira de Plínio em Portugal deve ser, no mínimo, relativizada.

Os integralistas também gostavam de ressaltar, no pós 1964, que Plínio continuava a ser um líder nacional, com ampla popularidade e poderes, mas há claros sinais de que o poder de Plínio na política nacional e dentro do governo era bastante limitado. Em 1970, na sua eleição para deputado federal, ele recebeu apenas 31.646 votos, e com um perfil de votação que indica uma base restrita a certas regiões do interior paulista. Em vários papéis e anotações espalhados

pelas caixas do seu fundo documental, Dona Carmela registra como Plínio quase perdeu a eleição daquele ano e como a região de Taquaritinga (SP), da sua família, era fundamental para a sobrevivência política de Plínio, confirmando o escrito acima.

Há também, no seu acervo, vários documentos isolados sobre o *putsch* de 1938, registrando o clima anterior à primeira tentativa de golpe e como tanto ela como Maria Amélia, a filha de Plínio, teriam sido mantidas na casa de amigos, protegidas e incógnitas. Também existem muitas menções a outros líderes da AIB e sua relação com Plínio Salgado, antes e depois de 1938, além de informações biográficas e familiares a respeito dela e de Plínio. Assim, temos cartas e documentos de ex-militantes discutindo aspectos da história do movimento e comentando livros e personalidades. O material enviado a ela por Raimundo Padilha e Abel Rafael Pinto, nos anos 1970 e 1980, são especialmente interessantes nesse aspecto.

Uma parte fundamental do material de Dona Carmela, com certeza, é o relacionado não ao líder político, mas ao seu marido, o homem Plínio Salgado. A visão que ela tem de Plínio é, com certeza, a da esposa avaliando seu companheiro, com o qual ela conviveu por anos a fio. Acabamos por saber, assim, que, na visão de Dona Carmela (registrada em uma caderneta com anotações de março de 1965), Plínio era um muquirana e que ela se sentia muito sozinha, já que o temperamento do marido acabava por impedi-lo de uma intimidade maior com ela.

Tais dados não passam de curiosidades, mas a sua visão de esposa também nos permite uma janela para a intimidade e para o mundo interior do líder integralista que talvez fosse difícil obter por outros meios. Nessa intimidade, acabamos por apreender elementos da sua personalidade que, longe de ser meros factoides sem significado, acabam por iluminar o próprio papel de Plínio na política brasileira no século XX e algumas de suas opções.

Em 4 de fevereiro de 1961, por exemplo, Dona Carmela embarcava com Plínio para uma viagem aos Estados Unidos. Já no avião, ela sacou uma caderneta e fez as seguintes anotações:

Talvez o esgotamento da noite diluviana, talvez o excesso de álcool (do qual vem abusando a ponto de ser comentário não só na família como entre os amigos), o fato é que ele, tanto em casa quanto no aeroporto falou alto, gesticulou descontroladamente, gritou meu nome a bordo a torto e a direito e deu show, pondo a nu a sua falta de classe e perdendo a linha em público. Cenas como essa tiram o prazer da viagem e acompanhá-lo se torna mortificação [...]. De temperamento reservado e tímido, Plínio Salgado precisa beber, para se vencer. A bebida o atrai, irresistivelmente.

A atração de Plínio pela bebida não é exatamente uma novidade e muitos contemporâneos, incluindo seus simpatizantes, já mencionaram esse seu vício. Até o ex-ministro Jarbas Passarinho, homem da direita, se referiu a sua decadência física e ao odor alcoólico que ele emanava ainda nos anos 1960 e 1970 (Passarinho, 1997, p. 43).

O vício na bebida, contudo, não é apenas algo pessoal. Em organismos como a AIB ou o PRP, o poder da liderança era tão grande que traços da personalidade individual dos líderes tinham (ou podiam ter) importância fundamental no destino dos seus movimentos. Um líder capaz de agregar e negociar, com dons especiais de retórica ou um faro especial para o jogo político podia ser capaz de levar seu movimento muito além do que seria possível em outras condições, enquanto uma liderança hesitante, fraca, manipulável ou excessivamente agressiva podia ser um desastre.

Plínio Salgado tinha qualidades para a liderança. Era um bom orador, era hábil na tarefa de costurar alianças e tinha certo prestígio como escritor. Além disso, sua decisão, em 1931-1932, de criar o jornal *A Razão* e a SEP foi fundamental para aglutinar as forças da extrema-direita em torno de um homem e de um projeto.

Não obstante, não são poucos os integralistas e ex-integralistas que se referem ao caráter tímido e hesitante de Salgado como

fundamental para a fácil eliminação da AIB em 1937-1938. Arrogante nos momentos de triunfo, seria incapaz de assumir a atitude firme que teria sido necessária em alguns momentos, se tornando mero seguidor de ordens oficiais nos momentos adversos e perdendo o controle dos acontecimentos. Os comentários de Dona Carmela sobre a sua personalidade tímida e passiva e o seu recurso ao álcool como forma de compensação talvez confirmem esse diagnóstico e permitam uma interface entre o Plínio homem e o Plínio político.

O mesmo pode ser dito de um caso extraconjugal que esse teve na década de 1950 e o qual jamais foi mencionado em nenhuma fonte. O tema aparece numa troca de cartas entre Dona Carmela e Maria Amélia entre 1958 e 1959 e, numa carta de 15/12/1959, de forma explícita, pelo que convém transcrevê-la, ao menos em parte:

Rio, 15 de dezembro de 1959

Maria Amélia

Deve V. saber, senão em detalhes, pelo menos por alto, o que tem acontecido desde janeiro de 1958. Desnecessário, portanto, o relato. A verdade é que, hoje, vítima de circunstâncias que não criei, transformei-me, sem o desejar, numa inibição ao espírito do seu Pae, numa pedra no seu caminho, num entrave na sua vida. Tenho consciência disso e não obstante os esforços para desfazer essa realidade, o impositivo dela me acabrunha e esmaga, trazendo-me em permanente conflito [...].

Depois do que presenciei em S. Paulo em que nenhuma atitude, nenhum gesto, nenhum olhar escapou à minha observação, depois da correspondência, fotografias e outros “souvenirs” encontrados, nenhuma ilusão poderia eu alimentar. O romance continua. Clandestinamente. Mas continua. E nem pode deixar de continuar enquanto existirem sobre a terra homens que para atingirem os fins a que se

propõem não escolhem os meios, ou melhor, usam de todos os meios.

Mas... Não quero tecer comentários sobre esse “affaire” que me traz sacudida por contraditórias emoções desde janeiro de 1958.

Quero, apenas, que v. saiba que este ano não irei passar o Natal com V. deixando plena liberdade a P.S. de atender aos compromissos sociais que assumir e se entregar, sem peias nem constrangimento ao deleite da companhia amável e tonificante para o seu coração de “certas criaturas”. [...]

Receba, Maria Amélia, no meu pensamento amigo, a expressão do meu inalterável afeto. E creia na sua “mãe postiça”.

O fato de Plínio ter tido ou não um caso fora do casamento é, com certeza, problema pessoal seu. O que é interessante é que, na década de 1950, Plínio fazia todo um esforço para se apresentar – ainda que sem muito sucesso – como um líder católico ou, no mínimo, como o político mais digno a receber os votos dos católicos. A revelação do seu adultério poderia se constituir num verdadeiro terremoto político, eliminando as poucas chances que ele tinha de ganhar o apoio católico. Não espanta, assim, o esforço que deve ter sido empregado para ocultar esse fato, tão bem sucedido que só conseguimos ter um vislumbre do mesmo graças aos papéis de Dona Carmela.

Não obstante o escrito acima, o fundo não tem relevância unicamente como forma de atingir aspectos da vida de Plínio Salgado a que talvez não teríamos acesso em outras fontes. Ao contrário da biografia de Plínio escrita pela sua filha (Salgado Loureiro, 2001), na qual ela própria não aparece, a documentação de D. Carmela permite reconstruir aspectos da sua visão do Integralismo e do seu papel neste. Para o período do Integralismo, temos por hipótese que a sua ação naqueles anos tenha sido mais expressiva e ativa do que tradicionalmente se supõe. Mas, infelizmente, a sua documentação



não traz praticamente nada a respeito do período da AIB e nem da época do PRP. Há algumas cartas e documentos a respeito da sua administração de instituições como a Ação Social do Planalto e da Casa do Candango, por ela dirigidas em Brasília nos anos 1960 e 1970 e cartas de mulheres e sacerdotes para ela nos anos 1950, mas nada mais.

O período posterior à morte de Plínio está mais documentado. Ela teve alguma atividade política mais clara, apoiando candidatos em eleições e contribuindo financeiramente com o grupo Tradição, Família e Propriedade a partir de 1982. Foi igualmente ativa em atividades relacionadas à conservação da memória de Plínio e nas tentativas de recriar a AIB, sem, contudo, maior sucesso.

Um tópico interessante sobre as décadas de 1970 e 1980 é que, com a morte de Plínio, Dona Carmela passou a ser vista como a “rainha” do movimento, recebendo ainda mais destaque e atenção do que na época em que aquele estava vivo. Dessa forma, os militantes e pretensos herdeiros de Plínio enviavam muito material e documentos para ela em busca de seu apoio ou reconhecimento, o que abre um canal para o entendimento dos herdeiros de Plínio nessas décadas. São caixas e mais caixas repletas de material muito útil para os interessados em reconstruir a atividade dos herdeiros do Integralismo nos estertores do regime militar e nos primeiros anos da “Nova República”. Mais uma prova da riqueza desse fundo para o estudo não apenas da vida de Dona Carmela ou sobre a participação feminina na AIB e nos seus grupos e organizações sucessoras, mas desses movimentos em si.

Fica, pois, o convite para os pesquisadores que, ao visitarem Rio Claro para o estudo do fundo de Plínio Salgado, dediquem algum tempo também para analisar os documentos de sua esposa, os quais também são de muita utilidade para os que estudam o tema. Mais um mérito para ela e para a sua memória, pois Dona Carmela não apenas tomou a acertada decisão de doar o acervo de Plínio a uma instituição séria e não aos próprios herdeiros do movimento (pois, nesse caso, não apenas a descaracterização do fundo poderia ser maior,

como provavelmente o seu acesso seria restringido), como acumulou documentos que suplementam e complementam esse fundo. Ao fazer isso, ela deu um apoio importante aos historiadores na tarefa de recuperar a história política e social brasileira do século XX.

2

O Integralismo no processo  
político brasileiro



# Os integralistas pós-1945: a busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985)

Publicado originalmente em *Diálogos*. Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. v. 13, n. 1: 63-82, 2009. Uma versão anterior foi publicada em *Anais do XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association (LASA)*, CD-ROM, 2009.

## Introdução

Nos últimos vinte anos, os estudos a respeito do Integralismo têm se consolidado e expandido em ritmo acelerado. Um pesquisador interessado em pesquisar o tema e que iniciasse suas leituras em meados dos anos 1970, por exemplo, só teria, em essência, a bibliografia de época e um ou dois textos produzidos por especialistas para trabalhar. Nos anos 1980, a situação estaria melhor, mas havia ainda uma produção restrita e as lacunas em nosso conhecimento eram bastante acentuadas.

A partir, grosso modo, dos anos 90 do século passado, a situação mudou radicalmente e os estudos do Integralismo não apenas se expandiram de forma acentuada como se consolidaram enquanto campo analítico. Os livros, os artigos e as teses se sucedem e podemos notar como esta é uma temática longe de atingir o esgotamento. Novos temas e abordagens também se tornaram uma característica dos novos estudos. A relação das populações afro-brasileiras com o movimento, seus contatos com os mais variados movimentos fascistas, suas bases sociais e muitos outros temas passaram a receber um novo tratamento.

O que mais chama a atenção, contudo, é a crescente expansão temporal do Integralismo. Anos atrás, conhecíamos apenas o período entre 1932 e 1938, como se o movimento não tivesse uma história posterior e nem antecedentes. Nos últimos anos, porém, os estudos se expandiram para abordar os anos 1950 e 1960, incluindo o Partido de Representação Popular e a participação integralista no golpe e no regime de 1964. Outros historiadores e cientistas sociais têm estudado, igualmente, os neo-integralistas, ou seja, os adeptos do movimento ainda ativos na sociedade brasileira e que, apesar de poucos, representam a herança contemporânea deste.\*

Evidentemente, muito resta ainda a ser estudado sobre os desdobramentos do Integralismo após o seu fechamento, em 1938. Não obstante, já começamos a ter um quadro mais claro do período que vai da formação do PRP à morte de Plínio Salgado, em 1975, e mesmo depois.

Meu artigo busca colaborar neste sentido, mas abordando especificadamente o tema da conquista do poder. Desde seus primórdios, o Integralismo se apresentou como um movimento cultural ou espiritual e essa visão acabou mascarando uma realidade óbvia, ou seja, que os integralistas e seus sucessores sempre tiveram em vista a conquista do Estado, ou seja, o poder.

Esse objetivo, sempre perseguido mas nem sempre assumido, atravessou todas as fases do Integralismo, desde sua fundação em 1932 até sua reformatação como o PRP depois da Segunda Guerra Mundial. Mesmo após o fim do partido e da dispersão dos remanescentes integralistas na Arena, sonhos de poder, ou, ao menos, de algum poder, estiveram presentes nas mentes dos líderes ainda ativos e, especialmente, na de Plínio Salgado. É essa busca pelo poder, com as idas e vindas determinadas pelas conjunturas específicas e

---

\* Para os novos estudos a respeito do Integralismo, vide Dotta (2004) e Silva (2007). Para um panorama da historiografia sobre o movimento, ver Bertonha (2009).

pelas próprias alterações estruturais sofridas pelo movimento no decorrer de anos e décadas, que será vista aqui.

Assim, iniciarei com uma discussão sobre a Ação Integralista no seu período clássico (1932-1938) e sobre os instrumentos por ela mobilizados para a tentativa de conquista do Estado. Apesar de os anos 1930 não serem o foco central desse texto, é uma parte necessária, até para que consigamos fazer o contraponto com o período posterior.

Na duas partes seguintes, procurarei entender como os herdeiros do movimento se rearticularam para uma nova realidade social e política (mundial e brasileira) e procuraram refazer suas estratégias para a conquista do poder. Especialmente para o pós-1965, quando o PRP é dissolvido, juntamente com todos os outros partidos políticos do Brasil, e seus remanescentes se incorporam à Arena, o foco caminha para a figura de Plínio Salgado e seus esforços para exercer influência dentro do regime militar. Uma opção lógica, já que é em Plínio que estarão focadas as últimas esperanças dos integralistas neste sentido.

Ressalto, por fim, que minha discussão será restrita ao tópico específico da conquista do poder e que será impossível citar e/ou fazer uso da imensa massa de dados bibliográficos e de fontes primárias que estão disponíveis sobre a temática. Do mesmo modo, deixo para outros espaços uma imensa pesquisa documental recente que fiz sobre a atuação integralista no regime de 1964 e que não poderei incluir aqui.

Inevitavelmente, assim, o texto será mais analítico do que descritivo, o que implicará numa discussão focada e que não se preocupará em descrever processos e acontecimentos já contemplados na historiografia e que já são de domínio dos interessados no tema. Assim, citarei apenas a bibliografia minimamente necessária, ficando subentendido que a falta de citações reflete mais a escolha do autor do que a não disponibilidade desta.

## A Ação Integralista Brasileira e sua busca pelo poder, 1932-1938

Dentro dos estudos sobre o Integralismo, um ponto obscuro é a estratégia do partido para atingir o poder. Em boa medida, esta dificuldade dos historiadores para delimitar os mecanismos pelos quais a AIB pretendia controlar o Estado é devida ao simples fato do movimento, desde muito cedo, se proclamar como cultural, de mudança de mentalidades, longe dos objetivos imediatos de conquista do poder.

Segundo esta visão, o Integralismo seria algo muito maior do que um simples partido político. Seria um movimento de ideias, que triunfaria inevitavelmente e de forma natural e pacífica, sendo desnecessários quaisquer preparativos ou esforços em direção aos únicos mecanismos que permitiriam a efetiva conquista do poder, ou seja, a vitória eleitoral ou o golpe de Estado.

Ainda em 1936, Plínio Salgado escrevia como a luta integralista era de ideias e que elas não podiam ser paradas pelo terror ou pela força. Sua luta era para renovar uma nação e uma civilização e não para fins pequenos, como chegar ao governo. Ou, segundo suas palavras: “Nossa vitória não virá em consequência de golpes técnicos nem como resultado de conspiratas contra os governos constituídos; virá, automaticamente, pela infiltração poderosa de ideias” (Salgado, 1936, p. 229).

Esta visão, de um desprendimento pelo poder, foi muito reforçada no pós-1937, até para justificar a incapacidade de derrotar Getúlio Vargas. Posteriormente, à medida que os anos e as décadas se passavam sem que o Integralismo se tornasse uma alternativa real de poder, essa justificativa se tornou ainda mais presente no discurso dos integralistas e seus herdeiros. Na famosa carta de Plínio a Getúlio Vargas em 1937, essa visão está mais do que clara:

Os integralistas o que queriam era constituir uma espécie de comunidade cívica de sacrifício pela Pátria, sem caráter político, como sempre foi o nosso desejo



desde 1932, conservando, entretanto, todos os característicos que não são negados até aos clubes de futebol: as exterioridades que exprimem a objetivação concreta de uma comunhão de homens.

Se comparecermos à campanha preparatória das eleições presidenciais, eu esclareci largamente: era porque sendo nós obrigados a votar, por lei, não queríamos misturar-nos aos partidos liberais-democratas, e era só por isso que tínhamos um candidato.

Milhares de vezes declarei, em cinco anos de propaganda: o meu objetivo último não é o Poder, mas a formação da consciência nacional e o início de uma obra civilizadora no Continente.

O Poder, para nós, sempre foi encarado como uma contingência, jamais como uma aspiração. A conquista do Poder, para nós integralistas, esteve sempre subordinada ao imperativo de circunstâncias que nos levariam a isto, por motivos de salvação pública e de dignidade dos nossos próprios propósitos. Nem aspirávamos ao Poder, nem nos furtaríamos à sua conquista, tudo dependendo de circunstâncias históricas imperativas. (Salgado, 1946, p. 227-228)

É discutível, no entanto, essa falta de interesse do movimento integralista pelo poder. Desde a sua fundação, eles trabalharam incessantemente para conquistar o Estado, sozinhos ou associados a outras forças. Está mais ou menos claro, a meu ver, que, depois de 1934, especialmente depois do Congresso de Vitória, a avaliação integralista era de que suas forças eram limitadas e que quaisquer tentativas de dar um golpe de Estado por conta própria seriam inúteis. As milícias integralistas, afinal de contas, poderiam ser úteis como instrumento de propaganda e para brigas de rua com seus opositores, mas não tinham como dominar o Exército e os demais órgãos de segurança.

Assim, avaliou-se que as suas únicas chances de atingir o poder eram ou pela via eleitoral ou por um golpe de Estado, mas em associação com outras forças políticas e militares. Eles trabalharam nesse sentido, participando do processo eleitoral (inclusive lançando a candidatura de Plínio Salgado à presidência em 1938) até o momento em que ficou claro que sua força eleitoral era insuficiente para seus planos e que uma ditadura liderada por Getúlio Vargas iria se instalar no país. A partir daí, eles participaram ativamente na conspiração que criou o Estado Novo em 1937 e com esperanças de uma influência crescente na nova ordem. A ideia era a de se apossar do aparato de Estado aos poucos, dentro do bloco varguista e, com o tempo, eliminar a este e a outros rivais, o que daria o poder a Salgado.

A estratégia integralista, nesse ponto, era similar a que deu o poder a Hitler na Alemanha. Não espanta, aliás, que Getúlio Vargas tenha afirmado que não iria ser o “Hindenburg” do Integralismo (Hilton, 1977, p. 54-55), o que indica como os planos integralistas estavam claros e que o esforço de Vargas para eliminar o movimento logo em seguida refletia uma resposta a estes.

Quando os planos dos camisas-verdes para conquistar o Estado através de uma grande aliança de direita (e sua hegemonização posterior) falharam, aliás, a confusão na liderança integralista foi total. Isso levou a dúvidas sobre como proceder e ajuda a explicar a divisão entre os integralistas, com vários aceitando a derrota e se incorporando ao Estado Novo e outros articulando golpes de Estado, ainda em 1938, para revertê-la, sem sucesso.

Também a atividade de Plínio Salgado em Portugal (1939-1946) e de outras lideranças integralistas exiladas revelam a eterna busca pelo poder, mas com alterações táticas contínuas conforme o momento. Assim, Salgado oscilou entre uma tentativa de acomodação, a qualquer custo, com Vargas, enquanto negociava, com agentes do Eixo, apoio para derrubá-lo e substituí-lo no comando do Brasil. Já perto do fim da guerra, ao ver como a situação internacional e brasileira eram outras, repudiou o Estado Novo e procurou esconder seus laços com o fascismo internacional. Alterações táticas numa estraté-

gia de conquista do Estado que pode não ter dado certo, mas que era contínua.

Em resumo, os integralistas podiam ter seus planos de longo prazo de mudar a mentalidade nacional, e, no caso de Plínio Salgado, com seu romantismo e idealismo, não seria absurdo dizer que ele acreditava realmente em uma revolução espiritual. Mas a conquista do poder sempre foi um objetivo essencial e a recusa integralista em assumir isto se encaixa muito bem no velho ditado “quem desdenha, quer comprar”. Até como corolário dessa teoria, surgiu, no discurso integralista, a ideia de uma relutância do movimento em apelar à força para chegar ao poder, de uma abnegação cristã que, se não chegava ao pacifismo absoluto, não o permitia agir com a força necessária para superar seus inimigos.

Novamente, o discurso precisa ser visto de um ângulo diferente para ser compreendido. Num contexto, especialmente a partir de 1935, em que estava clara a incapacidade integralista em tomar o poder pela força, derrotando as forças militares e policiais, e em que a possibilidade do governo federal utilizar as leis que já haviam fechado a Aliança Nacional Libertadora para desferir um golpe mortal no Integralismo era real, ressaltar o próprio pacifismo era fundamental para a própria sobrevivência. Não é à toa que o movimento tenha reorganizado sua milícia para um padrão menos ostensivo e ressaltado sua total renúncia à violência.

Nas crônicas do período, além disso, há um sem-número de informações a respeito de conflitos entre integralistas e forças antifascistas, com a milícia integralista utilizando cassetetes, armas de fogo e outros métodos violentos. Além dos acontecimentos óbvios e já estudados pela historiografia, como a Batalha da Praça da Sé e os conflitos, seguidos de mortes, de integralistas com esquerdistas em Bauru, Campos e outros locais, há um número imenso de informações sobre tiroteios, brigas de rua e outros conflitos entre os integralistas e seus inimigos.

Segundo Rose (2001, p. 61-62 e 115), os integralistas também teriam listas de pessoas (comunistas, maçons, judeus e outros) a se-

rem eliminadas após a conquista do poder. Uma opinião suspeita, dado a pouca confiabilidade deste autor, mas não totalmente absurda.

Hélio Silva (1971, p. 69), por sua vez, chega a dizer que os milicianos integralistas teriam introduzido o terrorismo no Brasil, ao realizar atos como obrigar o Barão de Itararé a engolir um artigo desfavorável ao movimento. Ainda segundo Silva, Salgado teria dito inúmeras vezes, no rádio, que castigaria implacavelmente os seus adversários e, em 1937, teria pedido armas ao Exército para armar adequadamente a sua milícia (Idem, p.128).

Claro que é possível imaginar que estes atos violentos – que são apenas uma pequena amostra de uma longa série disponível na historiografia e na imprensa – eram mera autodefesa e, em alguns casos, podem muito bem ter sido. Mas não se coadunam com a imagem de pacifismo do movimento e, antes, reforçam a impressão de que a renúncia à violência como meio para chegar ao poder após 1934 era, em essência, uma análise realista das possibilidades e não um princípio ideológico.

Concluindo, podemos afirmar que o movimento sempre ambicionou o poder e que a opção pelas opções disponíveis – a eleitoral, a do golpe de Estado e a tentativa de participação num bloco maior e sua hegemonização posterior – variava apenas por conveniência e viabilidade. Além disso, neste período, os integralistas estavam confiantes o suficiente para acreditarem que podiam mesmo atingir o poder, o que os levou a certa ingenuidade e à sua eliminação sem grandes dificuldades por Vargas.

## O Partido de Representação Popular e a busca pelo poder, 1946-1965

Entre 1938 e 1946, os remanescentes do Integralismo se dividiram na sua relação com o Estado Novo varguista. Alguns foram cooptados pelo regime e se tornaram fiéis funcionários do mesmo. Alguns integralistas optaram pela neutralidade e silêncio, à espera de

melhores dias, enquanto outros procuravam se reunir clandestinamente e manter vivos alguns dos ideais do movimento. De qualquer modo, as possibilidades de maior influência política eram, nesse período, praticamente nulas.

Com a redemocratização, o retorno de Plínio Salgado ao Brasil e a fundação do Partido de Representação Popular, novas possibilidades pareciam abrir-se para o Integralismo, ou para o novo Integralismo. Proclamar a violência ou o golpe de Estado para atingir o poder não eram mais aceitáveis naquele momento, mas a luta eleitoral parecia um caminho viável e que poderia ser percorrido.\*

Num primeiro momento, ao final dos anos 1940, o grande problema dos integralistas era a sua reorganização e a sua aceitação pelo *establishment* político. Não era realmente um problema de fácil solução. O Integralismo era desprezado, ao menos publicamente, por todas as forças do espectro político e, para piorar, muitos dos velhos integralistas, como Miguel Reale e Gustavo Barroso, optaram por permanecer de fora, o que enfraquecia o novo partido.

O nascente PRP respondeu negando as acusações de espionagem e as ligações com Hitler ou Mussolini. Um especial cuidado foi tomado com a questão da democracia, a ser vista logo a seguir, e com a do fascismo, com os novos integralistas ressaltando que o Integralismo não era e nem nunca havia sido fascista. Também Salgado e outros autores produziram um grande número de livros e documentos para ressaltar esses pontos e velhos livros e documentos foram, quando necessário, esquecidos ou adulterados para ressaltar os novos cânones.

Esse ponto, aliás, merece ser ressaltado, até para indicar como a questão da memória foi trabalhada pelos herdeiros do movimento no pós-1945, num esforço de redefinição e reescrita da História que prosseguiu por décadas. Ainda em 1982, por exemplo, os herdeiros

---

\* Para os parágrafos a seguir, a não ser que exista menção em contrário, baseei-me fortemente no trabalho do historiador Gilberto Calil. Ver, entre outros, Calil (2001 e 2005).

do movimento publicaram uma edição dos 50 anos do Manifesto de 1932 e lá está a seguinte frase, publicada como se fosse a original de 1932:

Ou os que estão no poder realizam o nosso pensamento político, ou nós, da Ação Integralista Brasileira, nos declaramos proscritos, espontaneamente, da falsa vida política da Nação, até o dia em que formos um número tão grande que restauraremos os nossos direitos de cidadania, e pela força desse número conquistaremos o Poder da República. (DOREA, 1982, p. 9)

O verdadeiro original, contudo, é bem menos sutil:

Ou os que estão no poder realizam o nosso pensamento político, ou nós, da Ação Integralista Brasileira, nos declaramos proscritos, espontaneamente, da falsa vida política da Nação, até o dia em que formos um número tão grande, que restauraremos pela força nossos direitos de cidadania, e pela força conquistaremos o Poder da República. (CARONE, 1974, p. 312)

De qualquer modo, apesar de resistência generalizada, o novo partido acabou por ser aceito dentro do novo sistema político montado em 1945. Seu registro foi aceito pelo Estado em 9/10/1945 e sua segunda convenção, em 26/10/1946, marcou o retorno de Salgado e sua eleição para presidente. Nesta, reafirmaram-se os novos princípios ideológicos do partido, revelando plena inserção no sistema político e depuração do que não seria mais aceitável do velho Integralismo. Ele continuava, contudo, a defender ideias caras aos integralistas, como o municipalismo, o nacionalismo, o espiritualismo e um anticomunismo quase fanático.

O PRP era adaptado à democracia, até para poder funcionar. Mas como negar sua velha crítica ao sistema liberal? Para tanto, eles criaram a concepção de “conceito cristão de democracia”. Seguindo este conceito, os valores cristãos defendidos pelo partido seriam a chave da verdadeira democracia, enquanto a democracia formal pouco valeria, já que materialista. O partido lutaria pela verdadeira democracia, ao mesmo tempo em que concentraria todas as suas forças nos verdadeiros inimigos desta, ou seja, os comunistas.

Criava-se, assim, um interessante jogo de palavras, o qual permitia que eles continuassem atacando o sistema democrático mesmo, a princípio, o defendendo. Uma ideia próxima do conceito de “democracia defensiva” utilizado, por exemplo, pela conservadora União Democrática Nacional e que indica como o partido estava, também neste ponto, se adaptando aos novos tempos.

No entanto, mesmo com todo o seu contorcionismo conceitual, era difícil para os seguidores de Salgado negarem que, apesar de tudo, estavam agora adaptados ao sistema liberal-parlamentar que haviam tanto atacado poucos anos antes. Essa contradição, aliás, muito provavelmente, ajudou, entre outros fatores, a diminuir o apelo do partido dentro do cenário político pós-1945 e sua credibilidade entre os velhos integralistas.

Efetivamente, nos vinte anos seguintes, o PRP foi um ator constante na política brasileira, mas seus resultados eleitorais nunca foram especialmente consistentes. Era extremamente fraco no Norte e Nordeste, com alguma representatividade no Sudeste. Suas bases mais fortes estavam no Sul e no Espírito Santo e nos agricultores do minifúndio e em parte das classes médias urbanas.

Em alguns Estados, como o Rio Grande do sul, o partido tinha votos suficientes para exercer alguma influência na formação dos governos estaduais, mas sempre em posição subordinada. Em São Paulo, também participou de algumas coalizões e garantiu cargos e empregos a alguns de seus líderes. No Governo Federal, participou do governo de Kubitschek e negociou apoio parlamentar a vários outros – uma força política que deu sobrevida a Salgado e que

representou um sucesso não reproduzido por outros líderes fascistas “reciclados”, como Oswald Mosley na Inglaterra ou Adrien Arcand no Canadá. Não obstante, uma força bem longe do mínimo necessário para alimentar os sonhos de poder de sua liderança.

Isso ficou especialmente claro nas eleições presidenciais de 1955. Preparando a sua candidatura, Plínio falou em umas duzentas cidades entre meados de 1953 e 1954, normalmente como paraninfo de turmas universitárias e do ensino médio, em sociedades de agricultores, associações marianas e femininas, câmaras de vereadores, prefeituras, faculdades de direito, etc. Comitês da candidatura também foram formados, com o objetivo de demonstrar como Plínio era o candidato dos pobres e além partidos, com uma pregação doutrinária e claramente anticomunista.

Se realmente a liderança do PRP esperava a vitória, não está claro. Mas eles pretendiam, com certeza, apresentar um número de votos substancial, o que reforçaria a credibilidade e viabilidade do seu projeto político. Com 714.379 votos (8,3%), o PRP teve a sua melhor votação na história e é claro que o partido se proclamou vencedor. Mas o resultado deve ter frustrado muitos adeptos do PRP, levando a novas mudanças de sua estratégia (Calil, 2007).

Assim, em 1957, num novo Congresso em Vitória (ES), o partido fez um claro esforço para recuperar credibilidade e se relançar, procurando, especialmente, se reaproximar das velhas bases do movimento integralista. Isso já vinha sendo feito desde 1945, mas foi intensificado agora que o PRP claramente não conseguia decolar e vários membros iam abandonando a sigla. Nesse esforço, sigmas, silhuetas do mapa nacional e outros símbolos identificados como integralistas e abandonados entre 1945 e 1950 foram recuperados (Christofoletti, 2001; 2002, entre outros).

Ao mesmo tempo, o PRP procurou reforçar ainda mais sua disposição de se integrar ao sistema democrático (defendendo uma democracia orgânica) e o abandono de perspectivas insurrecionais, ao mesmo tempo em que voltava à política de alianças ostensivas com outras forças políticas que haviam abandonado quando da época



da eleição presidencial. Esses esforços, contudo, produziram resultados pífios e o PRP continuava, no final dos anos 1950 e início dos 1960, como uma organização pequena e de pouca representatividade. A única chance de poder dos remanescentes do Integralismo era, novamente, um golpe em reunião com outras forças políticas e este veio em 31/3/1964.

## Plínio Salgado, o movimento e o regime de 1964

Com a polarização política brasileira no início da década de 1960, Salgado e seus seguidores identificaram uma nova “janela de oportunidades” para atingir o poder. Não mais pela via democrática, a qual havia se revelado além do alcance dos limitados recursos do partido e da sua relativamente pequena popularidade, mas pela participação em um novo golpe de Estado.

Os perrepistas tiveram efetivamente um papel de destaque na formatação do golpe. Os deputados do PRP fizeram inúmeros discursos na Câmara dos Deputados contra João Goulart e membros do Partido colaboraram, em palestras e atos públicos por todo o país, para a criação de uma atmosfera favorável ao golpe. Várias das Marchas da Família por Deus e pela Pátria conservadoras tiveram participação do PRP e Plínio Salgado foi especialmente atuante na de São Paulo. O famoso sistema IPES/IBAD, por isto mesmo, financiou boa parte destas atividades nestes anos iniciais da década de 1960.

Plínio também colaborou, em boa medida aproveitando-se da sua rede de contatos da época integralista, na organização do golpe em si. Afinal, vários dos conspiradores haviam sido integralistas e tinham respeito pela figura de Salgado, o que ajudou no agendamento de encontros e na superação de problemas.

Espanta realmente, a propósito, a forte presença de ex-integralistas no golpe. Basta recordar, a propósito, como um dos seus líderes, o Almirante Hasselmann, que travou tiroteio com marinheiros insubordinados já em 25/3/1964, fora um dos jovens oficiais da

Marinha que tomara de assalto o Ministério da Marinha no putsch integralista de 1938. Aparentemente, era o Integralismo voltando a agir, com décadas de atraso.

Depois da vitória do movimento golpista, Plínio tentou, como era de seu feitio, assumir todos os méritos pelo ocorrido, afirmando que toda a movimentação havia acontecido sob sua coordenação e que 1964 era uma vitória do Integralismo. O fato do general Mourão, que deu início à movimentação militar em Juiz de Fora, ter sido integralista, só colaborou para reforçar esta versão de Salgado (Loureiro, 2001, p. 469-473).

Esta versão é exagerada. Claro que houve integralistas em posição de comando no golpe, mas, em geral, eles não se articularam enquanto herdeiros do movimento e muito menos obedecendo a ordens de Salgado. Ou seja, os remanescentes do Integralismo – filiados ou não ao PRP – tiveram participação importante no movimento e colaboraram para o seu sucesso. Mas não se pode exagerar a mesma (ver análises ponderadas neste sentido em Calil, 2005a e Trindade, 1994).

Do mesmo modo, é preciso ter cuidado com a superestimação da influência integralista no regime militar. Aparentemente, ela foi imensa. Afinal, os ex-integralistas receberam, do regime, acesso a posições de poder em quantidade e importância superiores às que o PRP havia atingido. Efetivamente, Raimundo Padilha chegou a líder do governo no Congresso e governador da Guanabara; Buzaid e Ibrahim Abi Ackel foram ministros da Justiça; João Paulo Reis Velloso do Planejamento e Euro Brandão da Educação e Cultura. Os ex-integralistas também controlaram muitas posições menores em vários ministérios, a Comissão de Moral e Cívica do MEC e a Superintendência de Desenvolvimento do Sul (SUDESUL), com sua máquina burocrática. Plínio, por sua vez, foi líder do governo na Câmara dos Deputados e teve papel importante na aprovação de várias leis enviadas pelos militares ao Legislativo.

Plínio gostava de ressaltar essa relevância integralista. Em entrevistas e documentos, ele afirmava regularmente que os integralistas

estavam chegando ao poder. Ele dizia que o movimento tinha centenas de milhares de adeptos e que estes estariam todos prontos a receber suas ordens. Também mencionava com regularidade como centenas de oficiais superiores, deputados e altos membros do poder Executivo eram integralistas e o obedeciam.

Como bem indicado por Hélió Trindade (1994, p. 135), estes cálculos podem não ser absurdos e, portanto, é verdade que muitos membros do governo eram ex-integralistas e que a AIB forneceu quadros políticos, socializados pelo partido em seus ideais, ao regime. Do mesmo modo, é fato que alguns deles estavam satisfeitos com os ideais da ditadura, como o anticomunismo, no qual viam alguns pontos comuns com a antiga AIB. Não obstante, a grande maioria dos ex-militantes da AIB ou do PRP já tinha se desgarrado ou rompido com o Integralismo, estava desarticulada e, com certeza, poucos obedeciam ao comando de Plínio. Assim, ao contrário do que este dizia, os remanescentes do Integralismo não comandavam e nem influenciavam decididamente o regime, nem abertamente, nem nas sombras.

Provas desta situação são abundantes nos documentos dos remanescentes do Integralismo e no próprio arquivo de Plínio Salgado, onde estão presentes inúmeras palavras de decepção com o poder e a influência que ele esperava ter entre os generais, mas que nunca se concretizaram. Nestes documentos, a frustração pessoal de Plínio por não ter atingido o comando do Estado é mais do que evidente, refletindo, no pessoal, a sua trajetória política.

Vários fatos também comprovam esta situação. Os membros do PRP foram surpreendidos, por exemplo, pela dissolução de todos os partidos políticos em 1965. Plínio optou pelo partido do governo, a Arena, imediatamente, assim como a maioria dos militantes e da liderança nacional. Mas muitos militantes ficaram incomodados e se recusaram a ficar na mesma agremiação que reunia oriundos da UDN, do PL e outros antigos inimigos.

Plínio manteve influência sobre ao menos alguns dos antigos perrepipistas dentro da Arena, mas a dissolução do PRP dentro dela

acabou, no fim, com qualquer autonomia destes, inviabilizando a formação de um projeto político autônomo dos integralistas e acabando de vez com os sonhos destes.

Realmente, o projeto da ditadura militar tinha muito pouco a ver com os ideais de 1932 ou mesmo de 1945 da AIB ou do PRP, com a exceção de pontos de contato eventuais. Seus ex-militantes trabalhavam para ela sem manter sua identidade integralista e nem obedeciam realmente a Salgado.

Uma tentativa de reverter este quadro veio em vários projetos de fornecer ao novo sistema de governo uma base doutrinária que aumentaria, inevitavelmente, a influência de Plínio no mesmo. Já em 1964, ele não apenas fez o que pôde para se afirmar como o “pai” do movimento, como convocou membros do PRP para criarem uma Comissão Interventora de Reestruturação, a qual deveria fornecer embasamento filosófico e doutrinário a este. Nos anos seguintes, ele continuou lutando para que a ideologia integralista servisse de base para o regime dos generais e defendeu uma reestruturação política que eliminaria o Senado e criaria um Parlamento baseado não em eleições, mas em uma representação classista que se aproximava do velho corporativismo dos anos 1930.

Em 1966, numa nova tentativa, abrandou sua proposta e propôs a criação de uma “Câmara Orgânica”, que não substituiria o Parlamento, mas serviria para assessorá-lo. A ideia foi repelida pela Comissão Mista que estudava a nova Constituição, mesmo com todos os esforços de Plínio em sentido contrário, incluindo apelos ao presidente Castelo Branco.

Em 1969, a derradeira chance de aumento de poder. O AI-5 havia fechado o regime e surgiu a possibilidade do ex-ministro do interior, general Albuquerque Lima, posicionado mais a direita no espectro ideológico, disputar a sucessão da Junta Militar. Os radicais de direita, incluindo os integralistas, o apoiaram, assim como parte da oficialidade, mas os outros grupos militares optaram por uma liderança alternativa. O desapontamento dos ex-integralistas foi imenso. O general Jaime Ferreira da Silva, ex-integralista, chegou a dizer

que eles se sentiram traídos, como se, novamente, e repetindo 1937, eles tivessem sido bloqueados nas portas do poder (Trindade, 1994, p. 140).

No governo Médici, apesar da repressão, o regime procurou se dissociar do radicalismo da direita, sempre falando da restauração democrática e não numa nova ideologia. Pessoas como Buzaid continuariam defendendo algum tipo de institucionalização ideológica do regime, mas a proposta não foi em frente.

No governo Geisel e Figueiredo, por sua vez, a lógica liberal/práxis autoritária, para usar os termos de Trindade, transmutada na “democracia relativa” de Geisel e na transição sem fim, venceu novamente a tentação fascista, que nunca se viabilizou politicamente (*Idem*, p. 141). Os antigos integralistas podem ter conseguido empregos, influência e algum respeito, mas nunca chegaram aonde realmente queriam, ou seja, a centros de decisão. Com a morte de Salgado, em 1975, o seu grande foco de aglutinação foi eliminado. Desde então, eles se limitam a militar nos partidos conservadores e o Integralismo como proposta política não tem mais repercussão, apesar da existência, ainda, de grupos isolados que se limitam a debater na Internet e a sonhar com o poder.

## Conclusões

Para Plínio Salgado e os integralistas, um problema eterno foi explicar como um movimento que, a princípio, reunia o que havia de melhor no Brasil em termos de pensamento, ética e contato com a alma nacional não tenha conseguido atingir o poder. Como seria possível que, com tantas qualidades e com um Chefe particularmente iluminado, o movimento não tenha conseguido controlar o Estado?

Até 1937-1938, quando a AIB estava, aparentemente, pronta a atingir o poder, essa questão não era relevante, pois o movimento parecia realmente uma força irresistível e que estava chegando ao objetivo. Depois desse período, contudo, explicações tinham que ser

encontradas para o fato dos anos e décadas se passarem e os remanescentes do Integralismo – Plínio Salgado à frente – estarem longe da posição de condução dos assuntos nacionais que eles ambicionavam.

Uma primeira saída foi culpar a mentalidade pobre dos políticos e até do próprio povo brasileiro, incapazes de entender a grandeza dos ideais do movimento. Outra foi responsabilizar a hipocrisia e a força manipuladora dos políticos com os quais a AIB ou seus sucessores se relacionaram. Seriam estes tão cúpidos e sem escrúpulos que teriam tido a capacidade de enrodilhar os integralistas (que, com sua ética e interesses elevados, não teriam sido capazes de se defender a contento) nos seus esquemas, manipulando-os e, finalmente, descartando-os quando não mais necessários. Para alguns integralistas, o regime de 1964 teria feito isto até certo ponto, mas a figura mais lembrada neste ponto, com certeza, é Getúlio Vargas. Não espanta, aliás, como Getúlio seja o personagem, provavelmente, mais odiado pelos integralistas e neo-integralistas depois de 1937.

Outra saída foi exagerar a própria força, como se afirmassem que haviam conseguido sim atingir o poder e que, portanto, a questão não faria sentido. Quando em Portugal, ao menos por algum tempo, Plínio Salgado foi especialmente enfático neste sentido, quando afirmava que o Estado Novo varguista era a encarnação dos ideais integralistas. Do mesmo modo, quando afirmava que “estamos no poder” nos anos 1960 e 1970, Salgado indicava, como já ressaltado, mais a situação por ele ambicionada do que a realidade.

Em geral, contudo, a resposta mais utilizada para tentar animar os militantes foi assumir uma posição de desdém pelo poder. Este, dada a força do movimento, estaria sempre à mão, mas os integralistas e sua liderança, movidos por seus ideais elevados, nunca o quiseram. Uma justificativa que não parece ter convencido a muitos e mesmo Salgado, nos seus anos finais de vida, o assumia em seus documentos. Não obstante, uma justificativa que era sempre brandida quando a questão se manifestava.

Como visto no decorrer deste artigo, contudo, a realidade era bem diferente. O desejo de poder por parte de Salgado e seus adeptos

era uma constante e o controle do Estado nunca esteve longe das preocupações deles. Claro que o nível de poder ambicionado não foi sempre o mesmo, já que os integralistas não eram cem por cento alheios às possibilidades reais do contexto em que atuavam.

Assim, entre 1932-1937, a possibilidade de conquista total do Estado, com Salgado se tornando o ditador do Brasil, era uma realidade e lutou-se por isto. Como seria este Estado integralista, é uma questão em aberto, mas a hipótese de ele reunir os elementos autoritários do “Estado Novo” varguista e elementos mais totalitários da ideologia integralista, como um partido único e mobilização das massas, parece razoável. A única certeza é que seria uma ditadura, com Salgado no topo e o partido integralista se associando ao Estado, ao contrário de Vargas, que preferiu uma ditadura, digamos, mais tradicional.

Entre 1945 e 1964 e mesmo depois, a ideia de uma ditadura já não parecia mais possível. Na documentação de Plínio, nota-se uma grande fascinação deste pelas figuras de Salazar e Franco, com o sonho oculto, provavelmente, de que ele pudesse reproduzir o franquismo ou o salazarismo no Brasil. Isso é no mínimo irônico, pois Salazar e Franco fizeram, nos seus países, exatamente o que Vargas fez no Brasil, ou seja, eliminaram, a frente de ditaduras conservadoras, os fascismos locais. Salazar e Franco representavam, contudo, o que, no contexto da Guerra Fria, seria aceitável em termos de ditadura de direita conservadora dentro do campo ocidental e não espanta tanto assim que reproduzir o modelo ibérico no Brasil tenha sido um desejo de Plínio. Não obstante, já que esta meta era irrealizável, a eleição de Salgado presidente constitucional e/ou um forte aumento da influência nos governos eleitos já parecia um objetivo razoável. Durante a ditadura de 1964, por sua vez, a ambição dos integralistas não ia além de exercer uma forte influência de bastidores, fazendo as forças armadas e as organizações civis que controlavam o Estado seguirem as suas diretrizes, mas não indo além desse ponto.

De qualquer forma, a busca pelo poder, por algum poder, foi uma constante. Se a opção para atingi-lo era o golpe de Estado, a

vitória eleitoral, a participação em um bloco de poder ou algum tipo de combinação entre esses métodos, dependia da avaliação das forças envolvidas e do contexto político. Mas nunca, em nenhum momento, o objetivo do poder não esteve presente. Em si, nada espantoso e/ou fora do esperado, pois movimentos políticos sempre ambicionam o controle ou influência sobre o Estado. Mas os integralistas foram especialmente ambiciosos e dispostos a todos os métodos, democráticos ou não, para atingi-lo.

Essa ambição não era nada que não estivesse nos ideais dos homens que criaram e mantiveram o movimento por tantos anos e décadas e que sempre foram antidemocráticos, mas sempre camuflada numa névoa de desprendimento e idealismo que não era exatamente verdadeira. Uma realidade que deve ser recordada, especialmente quando seus herdeiros continuam ao nosso redor, proclamando o seu idealismo, mas em busca contínua pelo poder. Um poder do qual, felizmente e ao menos no momento atual, eles parecem estar muito distantes.



# Plínio Salgado, os integralistas e o regime militar: os herdeiros do fascismo no regime dos generais (1964-1975)

Publicado originalmente em *História e Perspectivas*. V. 23, n. 44: 427-449, 2011

## Introdução

Quando pensamos na história das ditaduras militares instaladas na América Latina a partir dos anos 60 do século passado, a tentação de utilizar o termo fascismo para defini-las é imensa e, na aparência, perfeitamente justificável. Vários dos Exércitos, como o do Chile, tinham uniformes e simbologia de origem germânica, muitos dos torturadores exibiam símbolos nazistas, etc. E, acima de tudo, a violência por eles aplicada era tamanha que parecia se justificar que Pinochet, Médici ou Videla fossem colocados ao lado de Hitler e Mussolini.

Mesmo no campo acadêmico, houve pesquisadores que recorreram ao termo “fascismo” para classificá-las sociologicamente. Eles tendiam a ver, nos regimes militares, um equivalente moderno do modelo fascista, normalmente criado a partir de pressupostos marxistas clássicos (Santos, 1972; Schilling, 1981; Silva, 2008).

Mesmo naquele momento, contudo, outros cientistas sociais (David, 1979; Schmitter, 1973) concluíam que era impossível chamar os regimes militares latino-americanos de fascistas, já que não tinham uma característica básica, ou seja, os partidos de massa capazes de mobilizar a população, sendo que não havia como as Forças Armadas assumirem esse papel. Uma ditadura militar-corporativa seria melhor definição para estes regimes do que fascismo.

Estou de acordo com essa reflexão. Os regimes militares latino-americanos eram ditaduras, mas não eram fascistas. Isso não significa que elas fossem melhores ou piores do que o fascismo, mas simplesmente que não podem ser classificadas nesta rubrica. Afinal, todo regime fascista é uma ditadura, mas nem toda ditadura é um regime fascista. E, do mesmo modo, se toda ditadura fosse um fascismo, os dois termos seriam equivalentes, e o segundo não significaria mais nada (Trindade, 2000).

Dizer que, metodologicamente, regimes fascistas e ditaduras militares estão em campos separados não resolve, contudo, a questão. Desde os anos 1920 e 1930, e também posteriormente, os vários grupos, movimentos e regimes de direita estavam permanentemente trocando ideias, perspectivas e modelos. Mesmo em ditaduras militares mais ou menos clássicas como as latino-americanas, o potencial de colaboração e influência da extrema-direita fascista (representada tanto pelos antigos militantes dos anos 1920 e 1930 ainda ativos, quanto pelos novos, contemporâneos) era e é real, e verificar como e em que nível essa colaboração se deu pode ser um exercício interessante para compreender a gênese das mesmas.

Em outro trabalho, em vias de publicação, fiz uma análise comparada dos casos brasileiro, chileno e argentino. O presente artigo pretende aprofundar o caso brasileiro e verificar até que ponto os herdeiros do fascismo colaboraram na formação do regime militar brasileiro. Mesmo reconhecendo que herdeiros ou simpatizantes do fascismo podem ter colaborado com a ditadura sem uma filiação partidária comum ou atuando em outros grupos de extrema direita, como a TFP ou o CCC, a ênfase deste texto será mais específica, concentrando-se nos ex-membros do Integralismo.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi, com efeito, o principal movimento fascista surgido no país, e verificar os seus ecos no regime militar parece ser um caminho metodologicamente válido para verificar a presença da extrema direita no mesmo, ainda que, provavelmente, não seja o único nem esgote a questão. Para tanto, o texto se desdobrará em várias partes. Inicialmente, farei, de forma breve,

uma apresentação do esforço de sobrevivência dos ex-integralistas no cenário político nacional entre 1945 e 1964, de forma a fornecer, ao leitor, o quadro em que os herdeiros do Integralismo se moviam imediatamente antes do golpe. A participação deles no mesmo e a sua tentativa de influenciar a ditadura ideologicamente será vista a seguir, com especial ênfase no papel de Plínio Salgado nestes esforços.

## O Integralismo e o Partido de Representação Popular (1932-1964)

Se formos pensar em termos de fascismo organizado, o país mais próximo do fascismo, nas Américas na década de 1930, seria, provavelmente, o Brasil. O governo do presidente Vargas entre 1937 e 1945, o Estado Novo, com certeza não era fascista (sendo mais uma ditadura autoritária com tons modernizantes), mas vários de seus membros simpatizavam com Hitler e, ainda mais, com Mussolini e Salazar. Não obstante, o principal fator que sustenta esta afirmação é a existência da Ação Integralista Brasileira, o maior partido fascista surgido fora da Europa.

O movimento esteve perto de atingir o poder no Brasil, tendo participado do golpe de Getúlio Vargas que criou o Estado Novo em 1937. Sua força foi insuficiente, porém, para tanto num país onde a direita conservadora (especialmente a Igreja, os militares e as elites políticas e econômicas) manteve o controle do governo. Ao final, o movimento foi expulso do bloco governista e, após tentar um golpe de Estado em 1938, foi formalmente eliminado por Vargas, tendo seu líder, Plínio Salgado, se refugiado em Portugal.

Com a redemocratização do Brasil em 1945, o retorno de Plínio Salgado ao país e a fundação do Partido de Representação Popular (PRP), novas possibilidades pareciam abrir-se para o Integralismo, ou para o novo Integralismo. Proclamar a violência ou o golpe de Estado para atingir o poder não era mais aceitável naquele momento,

mas a luta eleitoral parecia um caminho viável e que poderia ser percorrido.

Sobre o PRP, várias questões poderiam ser levantadas. Após as suas alterações doutrinárias, ele poderia ser chamado de “pós-fascista” ou “neofascista”, tendo se afastado o suficiente do modelo do fascismo clássico da antiga AIB? Ou teria se afastado tanto que poderia ser classificado não mais como um partido fascista ou próximo a ele, mas simplesmente de conservador, ainda que radical? Questões ainda em aberto. Nos vinte anos seguintes, de qualquer modo, o PRP foi um ator constante na política brasileira, mas seus resultados eleitorais nunca foram especialmente consistentes. Era extremamente fraco no norte e nordeste, com alguma representatividade no sudeste. Suas bases mais fortes estavam no sul e no Espírito Santo, entre os agricultores do minifúndio e em parte das classes médias urbanas. Uma força política que deu sobrevida a Salgado, mas bem longe do mínimo necessário para alimentar os sonhos de poder de sua liderança.

Com a polarização política brasileira no início da década de 1960, Salgado e seus seguidores identificaram uma nova “janela de oportunidades” para atingir o poder. Não mais pela via democrática, a qual havia se revelado além do alcance dos limitados recursos do seu grupo nos anos 1950 e 1960 e da sua relativamente pequena popularidade, mas pela sua participação em um novo golpe de Estado.

## Plínio Salgado, o PRP e o golpe de 1964

É fácil identificar a presença de membros do PRP na formação do golpe de 1964. Os deputados do PRP, como Abel Rafael Pinto, Ivan Luz, Osvaldo Zanella, Aníbal Teixeira e o próprio Plínio Salgado fizeram inúmeros discursos na Câmara dos Deputados contra João Goulart, justamente no momento de maior tensão política.<sup>1</sup> Membros

---

1 Arquivo Municipal de Rio Claro, Fundo Plínio Salgado (FPS), Caixa 15, envelope 26, coleção de recortes e discursos da bancada do PRP entre 20/1 e 31/3 de 1964.

do Partido também colaboraram, em palestras e atos públicos por todo o país, na criação de uma atmosfera favorável ao golpe.<sup>2</sup> Outras atividades incluíram a publicação, por parte da Editora GRD (de propriedade de Gumercindo Rocha Dórea, militante do PRP), de obras como *Une – Instrumento de subversão* de Sonia Seganfredo, e um sem número de livros anticomunistas (Dreifuss, 1981, p. 289-290 e 642).

O famoso sistema IPES/IBAD financiou boa parte destas atividades nestes anos iniciais da década de 1960, incluindo o pagamento das campanhas de seus deputados federais e as publicações acima mencionadas. Na direção do IPES/IBAD, aliás, estavam ex-integralistas, como Ivan Hasslocher, o Marechal Inácio de Freitas Rolim, Antonio Gallotti, Adib Casseb, Miguel Reale e muitos outros (Dreifuss, 1981, p. 102 e 330-334).

Plínio também escreveu um número substancial de artigos atacando a presidência de Goulart<sup>3</sup> e, num deles, chegou a afirmar que as “reformas de base” do presidente eram apenas uma cortina de fumaça do Partido Comunista para um novo 1917.<sup>4</sup> Fez também inúmeras conferências contra o governo e, numa delas, chegou a chamar Goulart de “burro” e “mal intencionado”.<sup>5</sup>

Várias das Marchas da Família por Deus e pela Pátria tiveram participação do PRP, como em Minas Gerais (Simões, 1985, p. 88), e Plínio Salgado foi especialmente atuante na de São Paulo. Efetivamente, em 19/3/1964, ele enviou uma mensagem pessoal às mulheres paulistas, apoiando a sua realização,<sup>6</sup> parece ter colaborado na redação do seu manifesto<sup>7</sup> e foi um dos seus principais oradores.

---

2 Ver vários informes do DOPS paulista entre 1962 e 1964 em AESP/DOPS, 24K12, caixa 266.

3 FPS, Caixa 114, E4, recortes do ano de 1963.

4 Artigo de 1962 no jornal *A Marcha*, sem data precisa. FPS, Caixa 3, E7.

5 AESP/DOPS, 24H12, Caixa 264, informe sobre a conferência de Plínio Salgado na Biblioteca Municipal, 4/12/1963.

6 FPS, Caixa 114, E5.

7 FPS, 64.03.28/01, Carta de Plínio Salgado a Alfredo Buzaid, 28/3/1968.

Não espanta que seu nome tenha sido mencionado com destaque como “galinha verde, integralista e traidor, que chefiou a quinta coluna de Hitler no Brasil” no panfleto de 21/3 da Federação paulista dos trabalhadores da alimentação, que criticava a mesma.<sup>8</sup>

Plínio também colaborou, em boa medida aproveitando-se da sua rede de contatos da época integralista, na organização do golpe em si. Segundo seu depoimento, no dia 31/3, ele estava no Rio de Janeiro e ajudou a articular militares e civis, inclusive conversando com os governadores Magalhães Pinto e Ademar de Barros.<sup>9</sup> Não é impossível, pois vários dos conspiradores haviam sido integralistas e tinham respeito pela figura de Salgado, o que ajudou no agendamento de encontros e na superação de problemas.

Espanta realmente, a propósito, a forte presença de ex-integralistas no golpe. Basta recordar, a propósito, como um dos seus líderes, o Almirante Hasselmann, que travou tiroteio com marinheiros insubordinados já em 25/3/1964, fora um dos jovens oficiais da Marinha que tomara de assalto o Ministério da Marinha no *putsch* integralista de 1938. Aparentemente, era o Integralismo voltando a agir, com décadas de atraso

Depois da vitória do movimento golpista, Plínio tentou, como era de seu feitio, assumir todos os méritos pelo ocorrido e afirmou que toda a movimentação havia acontecido sob sua coordenação, e que 1964 era uma vitória do Integralismo. Já em 19/4, ele escrevia:

O Brasil salvou-se porque foi preparada uma geração de militares e civis que se abeberaram nas fontes da doutrina integralista e nos ensinamentos que ministrei sobre a estratégia e a tática do comunismo [...]. Todos os princípios que sustentávamos, todos os fundamentos doutrinários que embasavam nossas

---

8 AESP/DOPS, 24K12, Dossiês, caixa 266, informe reservado de 21/3/1964.

9 Salgado, Plínio. Análise da política brasileira. *Diário de São Paulo*, 31/3/1968. FPS, Caixa 115, E5.

restritas organizações, eram agora proclamados por associações de classe, por alguns partidos políticos, por grupos de militares. Pessoalmente, éramos re-negados, mas a essência do que ensinávamos frutificou.<sup>10</sup>

O fato do general Mourão, que deu início à movimentação militar em Juiz de Fora, ter sido integralista, só colaborou para reforçar esta versão de Salgado, ainda que depois tenha sido confirmado que a participação de Mourão na conspiração foi muito menos importante do que se imaginava, e até indesejada pelos golpistas (Dreifuss, 1981, p. 417-455).

Nove anos depois, em 1973, no convite para a inauguração de um mausoléu aos mortos da intentona de 1938, ele ainda escrevia:

A noite da morte em que se envolveram trouxe a aurora magnífica de 31 de março de 1964, despertada por um integralista, o General Olímpio Mourão [...]. Estes homens dormiram em 11 de maio de 1938 e acordaram em 31 de março de 1964.

Lembro-me de um por um, com a afeição que lhes dediquei e dedico, neste momento em os princípios fundamentais da nossa doutrina são aceitos e correntes pelos responsáveis a testa da administração e da política em nosso país.<sup>11</sup>

No privado, Plínio era ainda mais explícito:

Antes de mais nada, falemos da revolução vitoriosa. Foi obra exclusivamente de integralistas. Faz mais

---

10 Salgado, Plínio. O que fazer?. *Diário de São Paulo*, 19/4/1964. FPS, Caixa 114, E5.

11 Mensagem aos integralistas da Guanabara. FPS, Caixa 11 , E1.

de um ano que venho tendo entendimentos com o nosso companheiro general Mourão, que foi o chefe de Estado maior da milícia dos camisas verdes, quando capitão [...]. Tendo o Jango transferido o Mourão para Juiz de Fora, ali articulou todas as guarnições de Minas. Ao mesmo tempo, o deputado Abel Rafael e Aníbal Teixeira, com discursos e conflitos de rua, criaram o clima propício entre os mineiros.

Concomitantemente, nossos companheiros Pires e Hoffmann, secretários de Estado no governo Meneghetti, agiram no Rio Grande do Sul, articulando o movimento. Na mesma ocasião, agiam os companheiros do Paraná, de Pernambuco e do Ceará, com grande êxito. Nosso companheiro, coronel Astrogildo, da reserva do Exército, viajou por todos os Estados, articulando. Na Marinha, o nosso companheiro, almirante Hasselmann, trabalhava ativamente [...] unindo-se todos os grupos. Conversei com os governadores Meneghetti e Ademar, que estavam firmes em suas decisões, assim como com o Juscelino e o Carlos Lacerda.

Quando Goulart cometeu a insensatez do comício de 13 de março, a bancada do nosso partido foi a única que lançou um manifesto à Nação, de tal maneira corajoso e violento que nos arriscávamos a ser incursos na Lei de Segurança. Em seguida fui a São Paulo, na marcha de um milhão de pessoas, quando todos os oradores falavam em termos vagos, pronunciei um discurso apelando para as Forças Armadas e particularmente para o Segundo Exército. Segui para o Rio, onde fiz a articulação dos sargentos, valendo-me da circunstância de serem os presidentes dos três Clubes de Sargentos nossos companheiros, bons integralistas.



Faltava a iniciativa. Quem a tomou foi o general Mourão, nosso companheiro de ideal. Arriscou sua carreira e sua vida. Levantou Minas Gerais em peso. Cumpre dizer que o comandante da Força Pública em Minas, coronel Geraldo, é velho camisa-verde [...]. Como você vê, a ação do nosso partido foi da maior importância nos acontecimentos. Mais uma vez, correremos para a salvação da nossa Pátria.<sup>12</sup>

Esta versão, que continua a circular na memória integralista (Salgado Loureiro, 2001, p. 469-473), é exagerada. Como visto, houve integralistas (ou ex-integralistas) em posição de comando no golpe, mas, em geral, eles não se articularam enquanto herdeiros do movimento e muito menos obedecendo a ordens de Salgado. No sistema IPES/IBAD, por exemplo, apesar da presença maciça de ex-integralistas, não há sinais de um controle ou influência maior de Plínio sobre as diretrizes da organização, mas, no máximo, um respeito individual dos ex-militantes por ele. E o próprio general Mourão, em suas memórias, não faz nenhuma menção a Plínio Salgado quando procurou defender sua participação no movimento de 1964 (Mourão Filho, 1978).

Ou seja, os remanescentes do Integralismo – filiados ou não ao PRP – tiveram participação importante no movimento e colaboraram para o seu sucesso. Mas não se pode superestimar a mesma e nem imaginar que eles se articularam como ex-militantes do Integralismo. Este forneceu, no máximo, uma experiência comum e uma socialização ideológica, da qual surgiram contatos que colaboraram para o sucesso do golpe, e não mais do que isso.<sup>13</sup>

Curiosamente, a mesma opinião era emitida por um informante do DOPS paulista que, ao assistir uma conferência de Plínio num

---

12 FPS, 64.04.23/02, Carta de Plínio Salgado a Castorino Gomes Ribeiro, prefeito de S. Bento do Sapucaí, 23/4/1964.

13 Ver análises ponderadas neste sentido em Calil (2005) e Trindade (1994).

centro acadêmico paulistano em 2/6/1964, registrou não apenas como este procurava se apresentar como mentor do golpe, como seu objetivo era atrair atenção e glória para si num momento oportuno,<sup>14</sup> o que indica como os próprios contemporâneos entendiam perfeitamente como era falsa a imagem que Plínio e os integralistas tentavam passar.

## Os ex-integralistas, Plínio Salgado e o regime militar

Do mesmo modo, é preciso ter cuidado com a superestimação da influência integralista no regime militar. Aparentemente, ela foi imensa, afinal os ex-integralistas receberam, do regime, acesso a posições de poder em quantidade e importância superiores às que o PRP havia atingido.

Efetivamente, Raimundo Padilha chegou a líder do governo no Congresso e governador da Guanabara; Alfredo Buzaid e Ibrahim Abi Ackel foram ministros da Justiça; João Paulo Reis Velloso do Planejamento e Euro Brandão da Educação e Cultura. Os ex-integralistas também controlaram, segundo algumas fontes (Lima, 1980, p. 92-93), muitas posições menores em vários ministérios, como a Comissão de Moral e Cívica do MEC e a Superintendência de Desenvolvimento do Sul (SUDESUL), com sua máquina burocrática.

O próprio Plínio Salgado se encaixou sem problemas na nova ordem. Ele foi líder do governo na Câmara dos Deputados e teve papel de destaque na aprovação de várias leis enviadas pelos militares ao Legislativo. Ele defendeu ardorosamente o envio de tropas brasileiras à República Dominicana em 1965 e foi, por exemplo, o relator do projeto de Decreto-lei 1077 de 1970 que implantava a censura prévia de livros e periódicos e proibia a circulação de material pornográfico no país.

---

14 AESP/DOPS, 24K12, Dossiês, caixa 266.

Suas ações como deputado eram coerentes com suas ideias,<sup>15</sup> mas também são indicativas da sua subserviência aos militares. Ele fazia críticas ao uso moderado que o regime fazia dos instrumentos repressivos, como a censura, e a políticas como a “convivência pacífica” com o mundo comunista.<sup>16</sup> E, na sua produção jornalística, era contínuo o esforço para demonstrar que o perigo comunista não tinha sido vencido, mas apenas camuflado, e que a Revolução errava em abordar o combate anticomunista apenas pelo lado da força. Mas eram críticas leves, numa adesão quase incondicional.

Esse misto de adesão e crítica leve ao regime aparece, também, na sua propaganda eleitoral para deputado federal nas décadas de 1960 e 1970. Na eleição de 1970, por exemplo, ele escrevia que não ia concorrer, mas que havia decidido aceitar os apelos dado o momento de esperança e temor pelo Brasil – esperança pela “clarividente” ação do presidente Médici e seus ministros e temor pela crescente subversão, degradação materialista e dos costumes e caos na nossa vizinhança, como no Chile.<sup>17</sup>

Como recompensa por sua fidelidade, Plínio conseguiu favores diversos da máquina federal. Ele conseguiu algumas nomeações e favores para amigos,<sup>18</sup> e alguns de seus livros foram reeditados com apoio do Ministério da Educação (como *O Estrangeiro*, publicado em 1972 por iniciativa do então ministro Jarbas Passarinho). Seus

---

15 Ver *Parecer do Deputado Plínio Salgado ao projeto legislativo 135, de 1970, que aprova o decreto lei 1077, de 26-1-70*. Brasília: Imprensa Nacional, 1970, no qual ele associa a decadência moral (pornografia, feminismo, liberação dos costumes) à guerrilha e aos atos de violência de esquerda que pipocavam pelo Brasil.

16 Salgado, Plínio. Carta a Armando Falcão. *Diário de São Paulo*, 16/2/1975 e Rememorando e prevendo. *Diário de São Paulo*, 11/1975. FPS, Caixa 4, E6.

17 Mensagem de rádio da campanha a deputado federal de 1970. FPS, Caixa 27, E6, doc. 15.

18 Ver alguns despachos com Alfredo Buzaid neste sentido em 1972 e 1973. FPS, Caixa 25, E11, doc. 61.

lançamentos de livros ou exposições de gravuras também eram prestigiados por ministros como Jarbas Passarinho, diplomatas como J.O. de Meira Penna, etc.<sup>19</sup>

Ele também conseguiu verbas, como deputado, para várias associações de caridade, operárias e outras e, especialmente, para grupos e associações ligados ao seu pensamento, como a Ação Social do Planalto (DF), a União Operária e Camponesa (RJ) e o Grêmio Cultural Jackson de Figueiredo (SP). Apenas no ano de 1972, estes três grupos receberam 100 mil cruzeiros,<sup>20</sup> o que dava sobrevida a grupos ligados a ele e ao seu pensamento.

Ele também foi favorecido pelo governo em projetos mais pessoais. Em 1969, por exemplo, ele negociou com os ministros Delfim Netto (Fazenda) e Rondon Pacheco (Educação) um esquema para salvar a Editora dos maristas (a FTD) das dificuldades em que ela se encontrava. A solução foi uma compra maciça por parte do governo de livros de sua autoria, de História e Educação Moral e Cívica, publicados pela mesma. No processo, ele apresentou inúmeras cartas de militares ressaltando o valor cívico e ideológico dos livros, pelos quais ele recebeu direitos autorais em montante razoável.<sup>21</sup>

Mesmo assim, o poder de Plínio na política nacional e dentro do governo era bastante limitado. Em 1970, na sua eleição para deputado federal, ele recebeu apenas 31.646 votos,<sup>22</sup> e com um perfil de votação que indica uma base restrita a certas regiões do interior paulista. Já em 1975, em carta a Jader Medeiros, o qual lhe pedia um emprego público, ele se viu forçado a reconhecer que, na verdade, sua influência na máquina federal era limitada e que não conseguia

---

19 FPS, Caixas 6 e 11.

20 O mesmo se repetiu, com pequenas variações na distribuição, todo ano até sua morte. Em 1973, alguns recursos foram para o Instituto Brasileiro de Filosofia, ligado a Reale, e para a Organização Feminina Israelita de Ação Social, entre outros. FPS, Caixa 9, E4.

21 FPS, Caixa 26, E13, docs. vários.

22 Mapa TRE, 1970, FPS, Caixa 27, E10, doc. 1.

arrumar empregos e cargos como na época de Kubitschek, por exemplo, e que a situação tinha piorado gradualmente desde 1964 e muito mais depois que ele havia deixado de ser deputado.<sup>23</sup>

No seu próprio enterro, em 1975, compareceram alguns ex-governadores (Laudo Natel, Raimundo Padilha, Lucas Nogueira Garcez), o Almirante Hasselmann, Euro Brandão (representando o Ministro da Educação, Nei Braga), Miguel Reale, Alfredo Buzaid, os deputados Carvalho Sobrinho e Silveira Sampaio e outras figuras conhecidas da época, como Franco Montoro, o prefeito Olavo Setúbal, o Coronel Erasmo Dias e outras. Mas nenhuma figura realmente de primeiro plano, apenas 100 pessoas presentes e nenhuma ritualística especial, como seria de se esperar.<sup>24</sup>

Nada indica com mais clareza, contudo, os limites do poder de Salgado (e dos ex-integralistas) dentro do regime militar do que o fracasso dos seus inúmeros esforços para imprimir uma marca ideológica integralista dentro do mesmo.

## Plínio Salgado e o esforço para dar uma “base ideológica” ao regime

Plínio gostava de ressaltar a importância do Integralismo dentro do regime militar. Em entrevistas e documentos, ele afirmava regularmente que os integralistas estavam no poder. Ele dizia que o movimento tinha centenas de milhares de adeptos e que estes estariam todos prontos a receber suas ordens. Também mencionava com regularidade como centenas de oficiais superiores, deputados e altos membros do poder Executivo eram integralistas e o obedeciam.

---

23 FPS, 75.05.07/5, carta de Plínio Salgado a Jader Medeiros, 7/5/1975.

24 Plínio Salgado, 1895-1975. *Veja*, 17/12/1975; Plínio Salgado é sepultado em São Paulo. *O Estado de São Paulo*, 9/12/1975. Ver também FPS, Caixa 1, E9, cartões dos que compareceram no velório de Plínio Salgado.

Outros ex-integralistas, como Gerardo Mello Mourão, mesmo anos depois, indicavam que três presidentes, 123 deputados e senadores e outros líderes tinham admiração por Salgado.<sup>25</sup>

Plínio também gostava de ressaltar sua amizade e conversas com ministros e os presidentes da República, como Geisel ou Médici, o qual, segundo ele, teria sido, com a esposa, integralista do núcleo de Bagé.<sup>26</sup> Já outros integralistas, como Jader Medeiros, chefe da União Operária e Camponesa, mantida pelas verbas de Plínio, eram ainda mais ousados e afirmavam que não apenas eles já estavam no poder, como que Plínio poderia, se não tivesse decidido se dedicar aos jovens, ser o líder do Brasil no momento em que quisesse.<sup>27</sup> Afirmações claramente fora da realidade, como vários elementos podem confirmar.

Um primeiro indício neste sentido está na própria reação dos representantes do regime militar às declarações de Salgado. Em 1970, depois de declarações deste ressaltando a afinidade do Integralismo com o regime, o próprio ministro Alfredo Buzaid, simpaticante do Integralismo e amigo de Salgado, declarou que era absurdo afirmar que o Integralismo estava no poder e que era mais do que sabido que ele tinha desaparecido em 1938.<sup>28</sup>

Do mesmo modo, em 1972, quando Plínio iria falar na Câmara sobre os 40 anos do Integralismo, surgiu a informação de que, no seu discurso, ele afirmaria que 100 deputados e oito senadores eram integralistas e de que várias iniciativas do regime, como o Mobral, o BNH e a integração da Amazônia, tinham inspiração integralista.

---

25 Mourão, Gerardo Mello. Quem tem medo de Plínio Salgado? *Folha de São Paulo*, 3/5/1995.

26 Os últimos dias dos integralistas. *Isto É*, 20/5/1981.

27 Medeiros, Jader. O integralismo é uma força irresistível que se firmou no tempo de geração em geração. *Renovação Nacional*, janeiro/fevereiro 1972. FPS, Caixa 117, E1.

28 Buzaid: Assembleia de São Paulo reabre-se até o fim do mês. *Folha de São Paulo*, 8/5/1970. FPS, caixa 116, E2.

O MDB, como seria de se esperar, declarou que protestaria contra o fascismo, mas a própria ARENA manifestou-se dizendo que estaria atenta para, se necessário, contestar Plínio, pois o regime nada teria de integralista.<sup>29</sup>

Em uma entrevista, em 18/10/1972, nota-se um esforço de Plínio para suavizar as suas afirmações. Nela, ele afirmava que o Integralismo, enquanto doutrina filosófica e política, estava vivo e que havia coincidências entre os seus princípios com objetivos do governo: combate à subversão e à corrupção, educação moral e cívica da mocidade, culto dos símbolos da Pátria, concepção integral dos problemas brasileiros. Justamente por isto ele estaria na ARENA e apoiando o patriótico governo do general Médici.

Perguntado sobre a força numérica dos integralistas nos poderes da República, ele afirmava que dezenas de deputados, magistrados, diplomatas, professores e altos funcionários foram formados na cultura integralista e que estes continuavam a consultá-lo. Portanto, o Integralismo não precisaria ser reorganizado, já que, enquanto filosofia, estaria no poder.<sup>30</sup> Nesta mesma entrevista, contudo, ele, no entanto, se recusou a dar os nomes dessas pessoas e disse que nunca havia dito que o Integralismo inspirava as ações do governo, mas que havia apenas unidade de propósitos.

Em outubro de 1972, houve outro acontecimento neste sentido. Ele havia planejado o lançamento, em Belo Horizonte, do Movimento de Renovação Nacional, como uma tentativa de relançar, novamente, o Integralismo quarenta anos depois do movimento de 1932.<sup>31</sup>

Esse fato levou a reações negativas não apenas do MDB e de figuras como o senador Néelson Carneiro, mas da própria ARENA. O

---

29 Plínio fala do integralismo. *Diário de Brasília*, 10/10/1972. FPS, Caixa 116, E5.

30 FPS, Caixa 11, E3.

31 Integralismo: quando a vida não começa aos 40; Plínio Salgado: o integralismo será a doutrina do século. *Jornal do Brasil*, 8/10/1972; Plínio ataca de novo? *O Estado de São Paulo*, 6/10/1972. FPS, Caixa 117, E1.

senador Petrônio Portella (presidente do Congresso) afirmou que não era verdade que o regime estivesse seguindo diretrizes integralistas, e o deputado Geraldo Freire (líder do governo na Câmara) complementou afirmando que não acreditava que existisse uma “ala integralista” na ARENA e que podiam existir, nela, cem ex-integralistas, mas não cem integralistas ativos.<sup>32</sup> Essa avaliação é correta e, efetivamente, a presença de ex-integralistas na máquina do Estado e na alta oficialidade não significava respaldo ao Integralismo ou a seus herdeiros.

Em 1970, por exemplo, Plínio registrava, como “companheiros”, no Rio de Janeiro, cinco generais (Artur Montanha de Souza, Hugo Silva, José Maria Moraes e Bastos, Newton Jordão e Jaime Ferreira da Silva), um almirante (José Oliveira Uzeda) e mais três oficiais de média patente.<sup>33</sup> Mais ou menos no mesmo período, em outro documento, sem data, ele indicava os nomes de oficiais da Marinha que seriam ex-integralistas ou simpatizantes. Constam ali onze oficiais superiores, muitos dos quais são indicados como “ex-guardas marinhas de 1938”, e entre eles há nomes conhecidos, como os almirantes Hasselmann e Rademaker.<sup>34</sup> Não há indícios, contudo, que a possível amizade destes homens tenha significado algo na prática. Até por isto, todos os esforços de Plínio para fornecer ao regime uma base doutrinária que aumentaria, inevitavelmente, a sua influência no mesmo acabaram falhando.

Já em 1964, ele começou a sua pregação de que o 31/3 tinha sido um movimento patriótico, mas que não era uma revolução, já que faltava uma doutrina que a sustentasse e permitisse que o combate ao comunismo não se resumisse ao uso da força, mas incluísse também uma mudança de mentalidades. No mesmo ano, ele convocou membros do PRP para criarem uma “Comissão Interventora de

---

32 Conjuntura cancela a festa integralista em Belo Horizonte. *O Estado de São Paulo*, 7/10/1972 FPS, Caixa 117, E1.

33 “Relação companheiros, RJ”, FPS, Caixa 27, E9, doc. 10.

34 FPS, Caixa 40, E “Memoriais”.



Reestruturação”, a qual deveria fornecer embasamento filosófico e doutrinário ao novo regime.<sup>35</sup>

Nos anos seguintes, ele continuou lutando para que a ideologia integralista servisse de base para o regime dos generais e defendeu, em 1965, uma reestruturação política que eliminaria o Senado e criaria um Parlamento baseado não apenas em eleições, mas também em uma representação classista, que se aproximava do velho corporativismo dos anos 1930. Pela sua proposta, conviveriam uma Câmara corporativa com outra, política, na qual os pequenos partidos estariam representados:

Do ponto de vista da representação, há necessidade de as categorias fundamentais da Economia, da Cultura do país se representarem numa Câmara de técnicos, capazes de não apenas estudar os problemas que são inerentes a cada classe, mas correlacioná-las com seus pares, que representam outras classes, dando-nos, portanto, a medida exata daquilo que se deve fazer e que a Câmara Política deve executar.<sup>36</sup>

Em 1966, após considerar que as propostas da nova Constituição nada traziam de novo, propôs novamente a criação de uma “Câmara Orgânica”, que não substituiria o Parlamento e nem seria igual a do fascismo, mas serviria para assessorá-lo e fortalecê-lo frente aos renovados poderes do Executivo.<sup>37</sup> A ideia foi repelida pela Comissão Mista que estudava a nova Constituição, mesmo com todos os esforços de Plínio em sentido contrário, incluindo apelos ao presidente

---

35 Documento interno do PRP, 28/8/1964. In Idem, Caixa 29, E5, doc. 10.

36 Plínio Salgado sugere: Parlamento exclusivamente de técnicos. *A Gazeta*, 28/7/1965 e Deputados propõem extinção do Senado. *Ultima Hora*, 30/7/1965. In Idem, Caixa 115, E1 e 2.

37 *Projeto de Emenda Constitucional 609, de 15/12/1966*. Câmara dos Deputados, Brasília, 1969. Ver também Salgado (1982, p. 142-163).

Castelo Branco, e a distribuição de cópias da emenda para inúmeros tomadores de decisão, incluindo vários ex-integralistas.<sup>38</sup> No fim, ele acabou aceitando a orientação do regime e aprovando o texto constitucional de 1967 (Salgado, 1982, p. 276-287).

Em agosto de 1968, em Jaú, durante a “Segunda Concentração Nacional dos Centros Culturais da Juventude”, Salgado, no “Manifesto de Jaú”, voltou a defender a democracia orgânica. Na ocasião, ele afirmou que a revolução não estava conseguindo conter a desordem e a anarquia, já que o Estado não teria sido realmente transformado. Sendo assim, muitos oficiais e membros das classes possuidoras estavam descontentes e o Integralismo seria a resposta.<sup>39</sup>

Para sua provável decepção, o próprio general Olímpio Mourão, agora presidente do Supremo Tribunal Militar, disse que a democracia orgânica não funcionaria no Brasil.<sup>40</sup> Mesmo assim, em 1969, ele voltou a propor a transferência dos poderes do Legislativo para o Executivo e a formação da Câmara orgânica, sem sucesso.<sup>41</sup> A partir daí, suas propostas de democracia orgânica foram lentamente desaparecendo do horizonte, apesar de nunca terem sido abandonadas por ele.

Neste mesmo ano de 1969, os remanescentes do Integralismo viram a sua derradeira chance de aumento de poder. O AI-5 havia fechado o regime, e surgiu a possibilidade do ex-ministro do interior, general Albuquerque Lima, posicionado mais a direita no espectro ideológico, disputar a sucessão da Junta Militar. Os radicais de direita, incluindo os integralistas, o apoiaram, assim como parte da oficialidade, mas os outros grupos militares optaram por uma liderança alternativa. O desapontamento dos ex-integralistas foi imenso.

---

38 FPS, Caixa 9, E5, doc. 13. Ele indicava, na listagem, os ex-integralistas (num total de seis) com um pequeno sigma desenhado ao lado.

39 AMRC/Fundo Carmela Patti Salgado, Carta de Antenor Ramos a D. Carmela Patti Salgado, 6/10/1982, não classificada.

40 FPS, Caixa 115, E3 a 5.

41 FPS, caixa 116, E1.

O general Jaime Ferreira da Silva, ex-integralista, chegou a dizer que eles se sentiram traídos, como se, novamente, e repetindo 1937, eles tivessem sido bloqueados nas portas do poder (Trindade, 1994, p. 140-141).

De qualquer modo, depois destas tentativas fracassadas, os ex-integralistas e Plínio pouco conseguiram. No governo Médici, apesar da repressão, o regime procurou se dissociar do radicalismo da direita, sempre falando da restauração democrática e não numa nova ideologia. Nos governos Geisel e Figueiredo, por sua vez, a lógica liberal/práxis autoritária, para usar os termos de Trindade, transmutada na “democracia relativa” de Geisel e na transição sem fim, venceu novamente a tentação fascista, que nunca se viabilizou politicamente.

Plínio também não conseguiu manter o controle sobre os remanescentes do PRP ou seus antigos adeptos. Os membros do partido foram surpreendidos, efetivamente, pela dissolução de todos os partidos políticos em 1965. Plínio, depois de um primeiro momento de defesa da existência dos pequenos partidos,<sup>42</sup> optou pelo partido do governo, a ARENA, imediatamente, assim como todos os deputados e a liderança nacional (Power, 2000, p. 56). Mas muitos militantes ficaram incomodados e se recusaram a ficar na mesma agremiação que reunia oriundos da UDN, do PL e outros antigos inimigos. Plínio teve mesmo de lançar um manifesto ao PRP, em 1965, pedindo que todos compreendessem a situação, e afirmando que a entrada na ARENA seria a maneira de continuarem a influenciar os acontecimentos.<sup>43</sup>

Plínio manteve influência sobre ao menos alguns dos antigos perrepeistas dentro da ARENA, mas a dissolução do PRP dentro dela acabou, no fim, com qualquer autonomia destes, inviabilizando ainda mais a formação de um projeto político autônomo dos integralistas.

---

42 Ver, por exemplo, seu artigo A Sereníssima República. *Diário de São Paulo*, 16/5/1965. FPS, Caixa 114, E5.

43 *Manifesto ao PRP*. FPS, Caixa 119, E4, doc. 8.

Na verdade, o próprio Plínio tinha noção de que seu poder era limitado e suas declarações públicas refletiam mais um desejo do que a realidade. Nos documentos do seu arquivo pessoal, a frustração dele por não ter atingido o comando do Estado é mais do que evidente, refletindo, no pessoal, a sua trajetória política. Não espanta, assim, que, quando da morte de Plínio, o *Jornal do Brasil* assim tenha se pronunciado:

Apesar dos fracassos, Plínio continuou a vida afora a se proclamar o iluminado, o messias, o homem marcado para salvar a Pátria da anarquia e da miséria moral. E, ao chegar a velhice, quando não foi mais capaz de distinguir o sonho da realidade, considerou-se não mais o salvador em potencial, mas o herói vitorioso. E qual a vitória alcançada? O Brasil de hoje – disse ele – que seria o resultado de sua longa e incansável pregação.<sup>44</sup>

Realmente, o projeto da ditadura militar tinha muito pouco a ver com os ideais de 1932 ou mesmo de 1945 da AIB ou do PRP, com a exceção de pontos de contato eventuais. O viés desta era, ainda que existissem várias correntes no seu interior, o autoritarismo modernizante, com especial aversão a qualquer ideia de mobilização popular ou de criação de um partido de massa (Linz, 1980, p. 149). Não espanta que os apelos de Salgado por uma definição ideológica do regime tenham caído no vazio e que os ex-militantes integralistas trabalhassem com e para os generais sem manter obrigatoriamente uma identidade integralista ou uma fidelidade a Salgado.

Em resumo, como bem indicado por Héglio Trindade (1975, p. 135), é verdade que muitos membros do governo eram ex-integralistas

---

44 Plínio Salgado, 1895-1975. *Jornal do Brasil*, 9/12/1975. Ver também a crítica de Roland Corbisier a respeito das ilusões de poder de Salgado em Plínio Salgado: quem te viu e quem te vê. *Politika*, 70: 19-25, 1973.

e que a AIB forneceu quadros políticos, socializados pelo partido em seus ideais, ao regime. Do mesmo modo, é fato que alguns deles estavam satisfeitos com os ideais da ditadura, como o anticomunismo, no qual viam alguns pontos comuns com a antiga Ação Integralista.

Não obstante, a grande maioria dos ex-militantes da AIB ou do PRP já tinha se desgarrado ou rompido com o Integralismo, estava desarticulada e, com certeza, poucos obedeciam ao comando de Plínio. Assim, ao contrário daquilo que este dizia, os remanescentes do Integralismo não comandavam e nem influenciavam de forma decidida o regime, nem abertamente, nem nas sombras. Dessa forma, a presença dos herdeiros do fascismo no regime militar brasileiro não chegou a ser marcante. Em setores das forças de repressão ou nas envolvidas diretamente com a tortura, referências ao nazismo ou a simbologia fascista não foram incomuns, assim como a presença de simpatizantes deste.

O regime, além disso, apoiou indiretamente organismos de extrema-direita (ainda que não fascistas, mas reacionários ou conservadores) como a TFP (Tradição, Família e Propriedade) e o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), e deu, como visto, algum espaço aos ex-integralistas. Mas foram atividades isoladas, que não significam que possamos considerar o regime como dominado por estes grupos.

## Conclusões

A ditadura militar instalada no Brasil entre 1964 e 1985 pode ter sido muita coisa, mas não foi fascista. Isso não significa, contudo, que a extrema-direita fascista (ou herdeira do fascismo) não tenha tido nenhuma influência na formatação desse regime. Como visto, ela colaborou para o golpe que levou os generais ao poder e suas ideias, perspectivas e homens circularam para dentro do regime. Mas esse grupo nunca conseguiu implantar seu projeto, e a ditadura, apesar de claramente de direita, não era fascista.

Explicar como e por que os herdeiros do fascismo e a extrema-direita em geral tiveram tão pouco sucesso dentro do regime militar é algo complexo e que mereceria maior investigação. A sua dissolução dentro do bloco governista nos anos 1960 parece ter sido crucial para diminuir as suas chances de manter alguma identidade e projeto, enquanto a posição passiva de Plínio apenas acelerou o processo. Mais importante que tudo, no entanto, foi a sua incapacidade para influenciar nos subterrâneos as forças que realmente contavam, ou seja, as Forças Armadas e as elites políticas e econômicas em geral e, para tanto, é de importância a sua história anterior, especialmente na década de 1930 (Deutsch, 1999, p. 324).

Efetivamente, ao se institucionalizarem em partido político de massa e, especialmente, ao se voltar contra o poder constituído (em 1938), a direita fascista brasileira se isolou politicamente e perdeu a chance de preservar suas forças e influenciar os grandes agentes que comandariam a ditadura décadas depois, ou seja, as Forças Armadas e a própria direita moderada. Nesse sentido, o próprio sucesso (relativo, mas sucesso) do Integralismo no Brasil dos anos 1930 pode ter colaborado para a diminuição da sua influência nas ditaduras militares anos depois, o que é um fato no mínimo irônico para estes partidos e seus herdeiros.

# A direita radical brasileira no século XX: do monarquismo e das ligas nacionalistas ao fascismo e à ditadura militar (1889-2011)

Publicado originalmente em *Studia Historica – História Contemporânea* (Salamanca), n. 30: 133-150, 2012. Uma versão em russo foi publicada em *Bereginya 777*, n. 25: 242-255, 2015.

## Introdução

O fim do mundo comunista e o emergir da assim chamada *pós-modernidade* provocaram um terremoto na prática e no pensamento político deste início de milênio. A dicotomia esquerda versus direita não podia ficar, obviamente, imune a este momento de questionamentos e um número expressivo de trabalhos tem aparecido na tentativa de demonstrar a sua superação (Fukuyama, 1992; Giddens, 1996) ou, pelo contrário, a sua permanência no mundo que emerge das ruínas do muro de Berlim (Dumont, 1991; Bobbio, 1995).

O trabalho de Bobbio é especialmente interessante. Ele ressalta que dar como superada a oposição direita versus esquerda seria classificar a sociedade de hoje num parâmetro especial e totalmente irreal e que não só a dicotomia continua um instrumento político válido, como que o critério básico para distinguir a direita da esquerda é a questão da igualdade e sua valoração. A esquerda teria sido sempre aquela mais voltada à promoção da igualdade, enquanto a direita seria a defensora da hierarquia e da desigualdade. Seria através de outra dicotomia (moderação/radicalismo) que o pensamento da direita e o da esquerda se aproximariam, mas sempre separados pelo divisor de águas da igualdade.

Não é esse certamente o lugar para uma longa discussão teórica sobre esses autores e suas ideias (Santambrogio, 1998; Revelli, 1996). O que me parece evidente, porém, é que dificilmente poderemos compreender as diferenças entre a esquerda e a direita e a validade da dicotomia como base do pensamento político contemporâneo se pensarmos em categorias formais e abstratas e que não levam em conta a mobilidade temporal que esses próprios conceitos tiveram no decorrer dos últimos duzentos anos.

O presente texto leva em conta esses referenciais teóricos (especialmente o de Bobbio) numa tentativa de definir e entender a formatação e o desenvolvimento de uma direita radical no Brasil desde finais do século XIX até o momento presente. A ênfase do artigo será o momento em que a direita radical adquiriu mais popularidade mundial e nacional (os anos 1930 do século XX), mas os períodos anterior e posterior aos anos 1930 também serão abordados, ainda que lateralmente, de forma a fazer o contraponto com o seu momento de maior visibilidade.

Ainda nesse sentido, cumpre ressaltar que trabalharei, no decorrer do presente texto, com a direita radical\* brasileira como um todo, mas que a ênfase cairá especialmente na Ação Integralista Brasileira (AIB), a versão brasileira do fascismo, fundada em 1932 e formalmente dissolvida pelo governo federal brasileiro em 1938. Esse grupo terá que ser, obrigatoriamente, o foco da nossa discussão, tanto

---

\* Por “direita radical” ou “extrema direita”, entendo um grupo particular dentro do campo da direita que não se contenta com a manutenção da ordem social como os conservadores e nem restaurar um passado mítico como os reacionários, mas visa, ao menos em teoria, criar algo novo a partir das premissas centrais do universo da direita, destruindo a democracia liberal. Nesse sentido, considero os fascistas como membros da direita radical, mas que essa não se limita a eles. O termo, com certeza, é vago e aberto a questionamentos, mas me parece útil para conduzir uma discussão que fale da extrema direita sem se focar única e exclusivamente no fascismo. Para o debate sobre a conceituação das várias “direitas” ver um bom resumo em Deutsch (1999).



pelo fato de ele ter sido, de longe, o mais bem sucedido dos vários grupos da “direita radical” brasileira, como pela sua longevidade, já que seus herdeiros e admiradores continuaram atuantes na política brasileira por várias décadas depois do seu fechamento formal e ainda hoje.

Darei especial ênfase, igualmente, à presença das ideias e das práticas fascistas europeias no Brasil e às ligações dessas com os movimentos nacionais, assim como às continuidades e mudanças da direita radical brasileira no decorrer do século XX. Comparações com grupos outros da América Latina e da Europa também serão feitas, ainda que de forma limitada, para situar o caso brasileiro dentro do mundo ocidental.

## A direita radical brasileira antes de 1932:

### monarquistas, reacionários e os primeiros fascistas

Como é mais do que conhecido, a dicotomia esquerda/direita nasceu, na Europa, a partir da Revolução Francesa de 1789. Isso tanto semanticamente (ao refletir a disposição ocasional dos membros da Assembleia Nacional Francesa à direita e à esquerda do presidente da Assembleia), como visto no mundo real, a partir da ruptura da modernidade. Não por acaso, a primeira direita é justamente a reação de monarquistas, católicos, tradicionalistas e contrarrevolucionários contra as ideias republicanas, anticlericais e progressistas da Revolução. Estão em choque família, autoridade, ordem e tradição contra confiança no homem, racionalidade, igualdade, razão e liberdade (Prospero, 1996).

Além desses tradicionalistas interessados em recuperar o *Ancien Régime* e a tradição, como o inglês Burke, temos outros pensadores, como Joseph de Maistre, que não se limitaram a clamar o retorno ao passado, mas elaboraram toda uma teoria social anti-iluminista e de criação de uma ordem política e social ainda mais fechada do que no passado para evitar justamente quaisquer riscos a ela. Nascia a direita reacionária.

Essa cultura antiliberal e anticontratual se desenvolveu na primeira metade do XIX, criticando a sociedade industrial, a perda dos valores tradicionais, a crescente ebulição das massas, a democracia e o pensamento laico. A revolução de 1848, a comuna de 1870 e a lenta incorporação do marxismo ao corpo da esquerda agitaram esse pensamento, que passou a se definir, em grande parte, pela questão do socialismo e do capitalismo. A direita (ou as direitas, que incluíam os conservadores ingleses, os Junkers prussianos e outros) se tornou menos saudosista e mais adaptada ao mundo burguês.

A radicalização política do pós-Primeira Guerra Mundial levou ao surgimento das ligas nacionalistas e, posteriormente, dos movimentos fascistas, com novos elementos sendo incorporados ao corpo da direita e onde, em vez da volta a um passado glorioso, se propunha uma revolução, uma “marcha para frente”, gerando um mundo onde os valores caros à direita seriam preservados, mas num “corpus” ainda mais ligado à modernidade. As várias direitas (reacionários, conservadores, católicos de direita, nacionalistas) não se unificaram em torno dos fascistas e nem esses foram homogêneos, mas a “direita revolucionária” fascista conseguiu dominar o campo da direita radical (e, em alguns países, da própria direita como um todo) até o fim da Segunda Guerra Mundial.

O fim da guerra obrigou a direita a reelaborar os seus conceitos em direção ao anticomunismo, ao ataque à URSS, à rejeição da diversidade e do individualismo, etc. A direita, em suas mais diferentes formas e momentos (conservadores ingleses, republicanos americanos, católicos tradicionalistas, etc.), se adaptou à Guerra Fria e procurou, não sem contradições e conflitos, continuar atuando na política ocidental. A direita radical perdeu expressividade, mas continuou latente em diversos países do mundo ocidental.

O fim do bloco soviético abalou novamente a dicotomia esquerda/esquerda, como já observado, especialmente para quem a definia em torno do posicionamento relativo à URSS e ao Estado. A direita radical de inspiração fascista se fortaleceu através do *leitmotiv* da imigração e da perda de homogeneidade étnica em vários

países e a direita mais tradicional continua fragmentada em conservadores, neoconservadores, católicos tradicionais, etc. A nova face da direita, porém, é o neoliberalismo, que vê o mercado como a resposta para todos os problemas humanos e cujo desafio faz do mercado o grande definidor de águas entre esquerda e direita no mundo atual.

No caso brasileiro, é uma questão problemática saber se podemos usar a dicotomia esquerda/direita na política do Império Brasileiro (1822-1889), por exemplo. De fato, apesar das diferenças entre republicanos, liberais e conservadores indicarem que não existia um pensamento único e de sinais de que tópicos do debate europeu (sobre a herança de 1789 e do iluminismo, sobre o anticlericalismo, etc.) chegavam ao país e indicavam divisões políticas (Carvalho, 1980), parece difícil acreditar que possamos usar o termo “direita” (no sentido europeu da época) para nos referirmos, por exemplo, aos conservadores. No máximo, isso poderia ser aceitável com imensas ressalvas e poréns.

O início do período republicano e o acentuar-se da modernidade levou a política nacional ao “rompimento” identificado por Santambrogio em 1789 na Europa e a aproximado um pouco mais do padrão europeu. Surgem os primeiros partidos realmente operários e de esquerda (Pansardi, 1993) e movimentos já bastante próximos ao modelo da direita radical europeia do período. Nesse período da chamada República Velha (1889-1930), na realidade, várias correntes de pensamento e inúmeros autores criticavam o capitalismo liberal, o operariado estrangeiro e defendiam o Estado forte e a reorganização nacional. Entre eles, podemos destacar os militares jacobinos, os positivistas e autores como Eduardo Prado e Alberto Torres. As perspectivas desses grupos dificilmente poderiam ser colocadas como homogêneas tanto em relação uns com os outros, quanto em relação à direita radical europeia. No entanto, forneceram ideias e argumentos para a reelaboração da direita no período posterior.

Nesse sentido, talvez os grupos mais próximos do padrão europeu tenham sido os grupos monarquistas restauradores que atuaram

em sentido antirrepublicano no início da República Velha. Tais grupos faziam, de fato, críticas à República que se aproximavam notavelmente daquelas da direita radical europeia do período: o fim da Monarquia como o fim da unidade moral da Nação, a separação Igreja/Estado destruindo a harmonia que a união da religião com a Monarquia dava ao país, etc.

Traços antissemítas, de ultracatolicismo e de crítica ao grande capital também não eram incomuns, assim como as referências ao debate europeu do período, o que revela as conexões entre esse filão da direita nacional e o europeu. Traços particulares da direita nacional – como o combate ao militarismo – estavam, contudo, também presentes, o que revela como ela estava perfeitamente adaptada e integrada ao contexto nacional (Janotti, 1986).

Ainda assim, frente à eficácia da estratégia das elites e da direita conservadora em combinar a lógica e o discurso liberal e a prática autoritária para resolver os problemas sociais e políticos e preservar o *status quo* (Trindade, 1986 e Dreifuss, 1986), a direita radical não teve grandes espaços para se desenvolver durante a República Velha. Foi só na década de 1910 e, especialmente, no período da Primeira Guerra Mundial que o espaço de discussão da direita radical se expandiu, com a criação de várias associações e ligas nacionalistas para enfrentar a agitação operária e repensar o Estado e a nacionalidade brasileira.

A primeira dessas associações foi a Liga de Defesa Nacional, fundada em 1916. Outro grupo nacionalista, a Liga Nacionalista, surgiu em São Paulo, também em 1916, e outro se desenvolveu no Rio de Janeiro ao redor da revista *Brazileia*. Com o fim da Primeira Guerra Mundial e a diminuição da agitação operária, a maior parte desses grupos se dissolveu, mas, ainda em 1920, seus remanescentes se fundiram e criaram a Ação Social Nacionalista, que durou até 1924.

Esses e outros grupos (alguns mais próximos do conservadorismo, outros da direita radical) apresentavam receitas diferentes (serviço militar e autoritarismo ou educação e participação eleitoral

das massas) para renovar o Brasil. Estavam próximos, contudo, no seu ardor nacionalista, na sua busca de uma nova elite nacional e no seu desejo de superar os conflitos sociais. Representavam maneiras diferentes, assim, de expressar e equacionar o mesmo problema: como adequar o Brasil aos desafios do século XX, que se tornaram evidentes quando da guerra mundial. A partir daí, vários dos antigos membros dessas ligas radicalizaram a sua caminhada para a direita (não necessariamente fascista) e começaram a escrever em revistas como *Hierarquia*, *Gil Blas* ou a *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais*, importantes no cenário intelectual da década de 1920 e início da de 1930.

Determinar exatamente como e em que contexto os homens que pertenceram a essas ligas e grupos influenciaram o Integralismo e outros movimentos posteriores, contudo, ainda é algo a ser feito, numa análise genealógica que seria fundamental para perceber os pontos de continuidade e ruptura entre os vários momentos da história da direita radical brasileira. Infelizmente, até onde sei, apenas Sandra Deutsch, em seu seminal livro de 1999, começou a dar conta dessa tarefa de busca de conexões entre os vários períodos, mas a adição de novos pesquisadores ao esforço seria bem vinda.

De qualquer forma, após o fim da experiências das ligas, surgiu um novo contexto favorável à expansão da direita, tanto a conservadora como a radical, dada a crescente inserção do país na modernidade capitalista na década de 1920, a conseqüente agitação política e intelectual, a fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922, etc. Começou então a reestruturação e a maturação desta direita radical, com a criação do Centro Dom Vidal, da revista *A Ordem* de Jackson de Figueiredo (todos ligados à Igreja Católica) e de outros grupos claramente na extrema direita do espectro político. Ainda que sem o poder e a organização dos nacionalistas argentinos ou das ligas francesas dos anos 1920, por exemplo, a direita radical brasileira começou, de qualquer forma, a se organizar e a se autodefinir melhor nesse período (Trindade, 1975).

De acordo com Bolívar Lamounier (1990), essa direita ainda circunscrevia suas propostas dentro de uma perspectiva autoritária,

sem os ingredientes básicos da ideologia fascista. Que o fascismo já começava a cativá-la, porém, é algo perceptível quando estudamos movimentos como a Legião Cruzeiro do Sul, o Partido Nacional Sindicalista, o Partido Fascista Brasileiro e outros surgidos nos anos 1920 e de clara inspiração fascista. Esses grupos, de qualquer forma, foram minúsculos e desapareceram logo a seguir, sendo evidente que o principal foco difusor do fascismo no Brasil nessa década foram as coletividades italianas instaladas no Brasil, cuja atuação estudei em outros textos (Bertonha, 1999, 2001 e 2008).

No início dos anos 1930, uma nova “onda” de pequenos movimentos fascistas surgiu no Brasil. Dentre esses, podemos mencionar o Partido Nacional Sindicalista, de Olbiano de Mello, o Partido Fascista Brasileiro e o Partido Nacional Fascista-Ação Social Brasileira os quais apareceram por volta de 1930-31 e parecem ter confluído na Ação Integralista.

Outros movimentos que absorveram aspectos do pensamento e da prática política fascistas foram os vários Clubes e Legiões Revolucionárias que surgiram logo depois da Revolução de 1930, a qual levou Getúlio Vargas ao poder. Segundo as informações disponíveis (Broxson, 1972, p. 37-41; Drummond, 1986, p. 216-218; Conniff, 1972; Flynn, 1972), essas legiões e clubes proliferaram pelo Brasil entre 1930 e 1932 e várias chegaram perto do padrão fascista.

Em Minas Gerais, por exemplo, a Legião, liderada por Francisco Campos e Gustavo Capanema, se aproximou quase completamente de um ideal fascista, incluindo a estética e o uso do esquadrismo. Segundo a imprensa da época, eles teriam pensado inclusive em promover uma Marcha sobre Belo Horizonte, nos moldes da de Roma. Utilizavam estandartes e hinos semelhantes aos fascistas e apelavam à violência, dispersando a força, por exemplo, comícios do oficialista Partido Republicano Mineiro (Schwartzman, 1984).

Esses grupos, contudo, com raras exceções (como a Legião Cearense do Trabalho, do Ceará), não foram adiante e logo se dissolveram. Foi apenas em 1932 que surgiu, finalmente, o principal grupo de direita radical e fascista do Brasil, o qual absorveu a maioria dos

antigos militantes e grupos e que atingiu um grau de sucesso inimaginável para seus predecessores: a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em São Paulo em 1932 pelo jornalista Plínio Salgado (1895-1975).

## O fascismo no Brasil e a luta pelo poder: a Ação Integralista Brasileira

Se formos pensar em termos de fascismo organizado, o país mais próximo do fascismo na década de 1930, em termos latino-americanos seria, provavelmente, o Brasil. As numerosas coletividades alemãs e italianas não tinham aderido formalmente ao fascismo de seus países de origem (se alistando em massa nos *fasci all'estero* e na *NDSAP-Auslandorganisation*), mas um sentimento genérico e consistente de apoio estava presente (Bertonha, 2001 e 2008; Gertz, 1987, Atháides, 2011 e Dietrich, 2007). O regime implantado pelo governo do presidente Vargas entre 1937 e 1945, o Estado Novo, com certeza não era fascista (sendo mais uma ditadura conservadora com tons modernizantes), mas vários de seus membros simpatizavam com Hitler e, ainda mais, com Mussolini e Salazar. Não obstante, o principal fator que sustenta esta afirmação é a existência da Ação Integralista Brasileira, o maior partido fascista surgido fora da Europa.

Há uma discussão imensa na historiografia brasileira sobre o caráter do movimento e se a classificação “fascista” seria adequada para ele. A visão predominante que compartilho, contudo, é a de que a AIB era seguramente, por suas características, bases sociais, vinculações ideológicas e internacionais, etc., um movimento fascista.

Importante ressaltar que, apesar dos vínculos dos integralistas com o fascismo internacional (menos com o nazismo, e mais com o fascismo italiano e os movimentos fascistas e de direita de Portugal e Espanha) e da influência ideológica do fascismo de Mussolini e também dos movimentos fascistas portugueses (Bertonha, 2011), ele

não foi de forma alguma algo mimético, importado e sem significado na realidade nacional. Pelo contrário, ele atraiu filhos de imigrantes (especialmente italianos e alemães), negros, parte das classes médias urbanas, intelectuais e também alguns operários. O número exato dos seus militantes é desconhecido, mas se aproximava das centenas de milhares de adeptos, o que indica a sua inserção no cenário nacional.

O movimento, além disso, esteve perto de atingir o poder no Brasil, tendo participado do golpe de Getúlio Vargas que criou o Estado Novo em 1937. Sua força foi insuficiente, porém, para assumir o poder num país onde a direita conservadora (especialmente a Igreja, os militares e as elites políticas e econômicas) manteve o controle do governo. Ao final, o movimento foi expelido do bloco governista e, após tentar um golpe de Estado em 1938, foi formalmente eliminado por Vargas, tendo seu líder, Plínio Salgado, se refugiado em Portugal.

Uma boa maneira de compreender a gênese do Integralismo e verificar a sua filiação fascista é compará-lo com outros grupos da direita radical em ação no Brasil do período e também com o próprio Estado Novo. Com relação ao primeiro grupo, o caso mais emblemático é o dos patrianovistas. Próximos do Integralismo lusitano e da *Action Française*, eles defendiam não um simples retorno do rei e da realeza, mas uma monarquia corporativa, católica e autoritária, que iria resgatar a nação dos riscos da desagregação social, do liberalismo e do comunismo.

Eles compartilhavam com o Integralismo o mesmo diagnóstico sobre os problemas nacionais e parte das soluções, o que permitia aos dois movimentos conviverem. No entanto, a perspectiva moderna do Integralismo, sua relutância em assumir o catolicismo conservador radical dos patrianovistas e a sua defesa da República não facilitavam, aos patrianovistas, uma possível unificação entre os dois grupos (Malatian, 1990 e 2002). Ambos na direita radical, mas com perspectivas diferentes.

Com relação ao *Estado Novo* e sua relação com o Integralismo, é visível como, no conflito de forças que opôs Integralismo e varguismo,



Vargas conseguiu canalizar para si o apoio das forças armadas, da Igreja, das elites econômicas e do grosso da classe média, além de seduzir o operariado e as classes populares. Ele contou também com a incapacidade do movimento em estabelecer uma estratégia de resposta adequada e com as hesitações de Plínio, frente ao instinto político aguçado de Getúlio Vargas.

Na verdade, a meu ver, a questão central que levou todas estas forças, apesar de simpáticas ao Integralismo, a apoiarem, na hora da decisão, o governo Vargas, tem a ver tanto com motivos particulares de cada uma, como por motivações práticas, pois Vargas já controlava o Estado, enquanto o Integralismo tinha apenas a pretensão de fazê-lo. Mas, mais importante que tudo, provavelmente, foi a questão da própria concepção da política e do Estado.

Vargas, com seus ideais de reforço do poder do Estado e voltados à modernização do Brasil com manutenção da ordem, era muito mais um autoritário do que outra coisa. Para ele e para as forças que o apoiavam, conforme já exaustivamente demonstrado pela historiografia, o fundamental era conquistar as elites e controlar o Estado para gerir as mudanças que eles consideravam necessárias para o país, mas sem que fossem rompidas a ordem e a hierarquia tradicionais. A população, nesse contexto, devia ser até estimulada a aderir ao projeto, mas sempre sob controle.

Talvez, como sugerido por Adalberto Paranhos (1999, p. 115), houvesse uma perspectiva mobilizadora, como potencial de reserva, a ser utilizada em momentos de crise, como 1942/1943 e que depois reapareceu na era do trabalhismo. Não obstante, era um potencial que nunca foi explorado na sua totalidade e não espanta como Vargas tenha recusado todos os pedidos de intelectuais como Francisco Campos para dotar o Estado Novo de uma base doutrinária mais precisa e de um partido e organizações capazes de mobilizar a massa, em senso fascista, em defesa do Estado (Schwartzman, 1984, p. 123-140). A própria leitura dos intelectuais estadonovistas do fascismo italiano enfatizava, segundo Oliveira (1982), mais a ordem e a hierarquia do que a mobilização popular.

A perspectiva de Salgado e do Integralismo, nesse sentido, era diversa. Como bem indicado por Ricardo Benzaquem de Araújo (1987), a perspectiva dele era diferente, de mobilização da sociedade para mudá-la. Se isso pode ou não ser chamado de totalitarismo, é questão em aberto, mas esta perspectiva mobilizadora está presente tanto em Salgado como em outros líderes, e forma um contraste nítido com a perspectiva desmobilizadora do Estado Novo.

Para as elites dirigentes brasileiras, a perspectiva de Vargas era a mais adequada e não espanta que tenha sido a proposta integralista a derrotada. O mesmo, aliás, aconteceu em Portugal, o que indica que as reflexões de Giovanni Sartori (cf. Pinto, 1994, p. 219) sobre a relação entre o nível de incorporação das massas na sociedade liberal e a formatação de partidos únicos mobilizadores ou desmobilizadores na ditadura que a sucede têm algum valor. De qualquer modo, ficam claros os limites para o crescimento da direita radical brasileira, e especialmente da sua versão fascista, no período do entreguerras.

## O Partido de Representação Popular e a busca pelo poder, 1946-1965

Entre 1938 e 1946, os remanescentes do Integralismo se dividiram na sua relação com o Estado Novo varguista. Alguns foram cooptados pelo regime e se tornaram fiéis funcionários do mesmo. Outros integralistas optaram pela neutralidade e silêncio, à espera de melhores dias, enquanto outros procuravam se reunir clandestinamente e manter vivos alguns dos ideais do movimento. De qualquer modo, as possibilidades de maior influência política eram, nesse período, praticamente nulas.

Com a redemocratização, o retorno de Plínio Salgado ao Brasil e a fundação do Partido de Representação Popular, novas possibilidades pareciam abrir-se para o Integralismo, ou para o novo Integralismo. Proclamar a violência ou o golpe de Estado para atingir o poder não eram mais aceitável naquele momento, mas a luta eleitoral

parecia um caminho viável e que poderia ser percorrido (Calil, 2001 e 2005).

Num primeiro momento, ao final dos anos 1940, o grande problema dos integralistas era a sua reorganização e a sua aceitação pelo *establishment* político. Não era realmente um problema de fácil solução. O Integralismo era desprezado, ao menos publicamente, por todas as forças do espectro político e, para piorar, muitos dos velhos integralistas, como Miguel Reale e Gustavo Barroso, optaram por permanecer de fora, o que enfraquecia o novo partido.

O nascente PRP respondeu negando as acusações de espionagem e as ligações com Hitler ou Mussolini. Um especial cuidado foi tomado com a questão da democracia, a ser vista logo a seguir, e com a do fascismo, com os novos integralistas ressaltando que o Integralismo não era e nem nunca havia sido fascista. Também Salgado e outros autores produziram um grande número de documentos para ressaltar esse ponto e velhos livros e textos foram, quando necessário, esquecidos ou adulterados para ressaltar os novos cânones.

De qualquer modo, apesar de resistência generalizada, o novo partido acabou por ser aceito dentro do novo sistema político montado em 1945. Seu registro foi aceito pelo Estado em 9/10/1945 e sua segunda convenção, em 26/10/1946, marcou o retorno de Salgado e sua eleição para presidente do partido. Nesta, reafirmaram-se os novos princípios ideológicos do partido, revelando plena inserção no sistema político e depuração do que não seria mais aceitável do velho Integralismo. Ele continuava, contudo, a defender ideias caras aos integralistas, como o municipalismo, o nacionalismo, o espiritualismo e um anticomunismo quase fanático.

O PRP era adaptado à democracia, até para poder funcionar. Mas como negar sua velha crítica ao sistema liberal? Para tanto, eles criaram a concepção de “conceito cristão de democracia”. Seguindo este conceito, os valores cristãos defendidos pelo partido seriam a chave da verdadeira democracia, enquanto a democracia formal pouco valeria, já que materialista. O partido lutaria pela verdadeira

democracia, ao mesmo tempo em que concentraria todas as suas forças nos verdadeiros inimigos desta, ou seja, os comunistas.

Criava-se, assim, um interessante jogo de palavras, o qual permitia que eles continuassem atacando o sistema democrático mesmo, a princípio, o defendendo. Uma ideia próxima do conceito de “democracia defensiva” utilizado, por exemplo, pela conservadora União Democrática Nacional e que indica como o partido estava, também neste ponto, se adaptando aos novos tempos.

Essa transformação da AIB em PRP foi muito estudada pela historiografia brasileira dos últimos anos, mas algumas questões de fundo, analíticas, continuam em aberto. Após as suas alterações doutrinárias, ele poderia ser chamado de “pós-fascista” ou “neofascista”, tendo se afastado do modelo do fascismo clássico da antiga AIB, mas ainda dentro da perspectiva teórica fascista? Ou teria se distanciado tanto que poderia ser classificado não mais como um partido fascista ou próximo a ele, mas simplesmente de conservador ou de direita, ainda que radical? Uma questão em aberto.

De qualquer modo, o PRP era, ao lado de minúsculos grupos anticomunistas ou ultraconservadores abrigados nas forças armadas ou na Igreja, o mais importante grupo da direita radical (quer o consideremos neofascista ou não) nos anos 1940 e 1950 brasileiros. Muitos partidos e grupos eram conservadores e de direita, mas no universo da direita radical, o PRP ainda era o mais importante.

Essa transformação, apesar de permitir uma sobrevida aos ex-integralistas e fazer do PRP a mais importante força da direita radical brasileira nos anos 1950 e 1960, também trouxe problemas para eles. Era difícil, para os seguidores de Salgado, negarem que, apesar de tudo, estavam agora adaptados ao sistema liberal-parlamentar que haviam tanto atacado poucos anos antes. Essa contradição, aliás, muito provavelmente, ajudou, entre outros fatores, a diminuir o apelo do partido dentro do cenário político pós-1945 e sua credibilidade entre os velhos integralistas.

Efetivamente, entre 1945 e 1965 (quando o partido foi dissolvido, com todos os outros, pelo regime militar), o PRP foi um ator

constante na política brasileira, mas seus resultados eleitorais nunca foram especialmente consistentes. Era extremamente fraco no norte e nordeste, com alguma representatividade no sudeste. Suas bases mais fortes estavam nos Estados do sul e no Espírito Santo, nas antigas áreas de colonização italiana e alemã, nos agricultores do minifúndio e em parte das classes médias urbanas.

Em alguns Estados, como o Rio Grande do Sul, o partido tinha votos suficientes para exercer alguma influência na formatação dos governos estaduais, mas sempre em posição subordinada. Em São Paulo, também participou de algumas coalizões e garantiu cargos e empregos a alguns de seus líderes. No governo federal, participou do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e negociou apoio parlamentar a vários outros. Uma força política que deu sobrevida a Salgado e que representou um sucesso não reproduzido por outros líderes fascistas “reciclados”, como Oswald Mosley na Inglaterra ou Adrien Arcand no Canadá. Não obstante, uma força bem longe do mínimo necessário para alimentar os sonhos de poder de sua liderança. Dessa forma, o PRP continuava, no final dos anos 1950 e início dos 1960, como uma organização pequena e de pouca representatividade. A única chance de poder dos remanescentes do Integralismo era um golpe em reunião com outras forças políticas da direita e este veio em 31/3/1964.

## A direita radical e o regime de 1964

Com a polarização política brasileira no início da década de 1960, Salgado e seus seguidores identificaram uma nova “janela de oportunidades” para atingir o poder. Não mais pela via democrática, a qual havia se revelado além do alcance dos limitados recursos do partido e da sua relativamente pequena popularidade, mas pela participação em um novo golpe de Estado.

Os perrepostas tiveram efetivamente um papel de destaque na formatação do golpe de 31/3/1964. Os deputados do PRP fizeram

inúmeros discursos na Câmara dos Deputados contra o presidente João Goulart e membros do Partido colaboraram, em palestras e atos públicos por todo o país, na criação de uma atmosfera favorável ao golpe. Várias das Marchas da Família por Deus e pela Pátria conservadoras tiveram participação do PRP e Plínio Salgado foi especialmente atuante na de São Paulo. O famoso sistema IPES/IBAD, por isto mesmo, financiou boa parte destas atividades nestes anos iniciais da década de 1960.

Plínio também colaborou, em boa medida aproveitando-se da sua rede de contatos da época integralista, na organização do golpe em si. Afinal, vários dos conspiradores haviam sido integralistas e tinham respeito pela figura de Salgado, o que ajudou no agendamento de encontros e na superação de problemas. Depois da vitória do movimento golpista, Plínio tentou assumir todos os méritos pelo ocorrido e afirmou que toda a movimentação havia acontecido sob sua coordenação e que 1964 era uma vitória do Integralismo.

Esta versão é certamente exagerada. Claro que houve integralistas em posição de comando no golpe, mas, em geral, eles não se articularam enquanto herdeiros do movimento e muito menos obedecendo a ordens de Salgado. Ou seja, os remanescentes do Integralismo – filiados ou não ao PRP – tiveram participação importante no movimento e colaboraram para o seu sucesso. Mas não se pode exagerar a mesma. Do mesmo modo, é preciso ter cuidado com a superestimação da influência integralista no regime militar. Aparentemente, ela foi imensa. Afinal, os ex-integralistas receberam, do regime, acesso a posições de poder em quantidade e importância superiores às que o PRP havia atingido.

Plínio gostava de ressaltar essa relevância integralista. Em entrevistas e documentos, ele afirmava regularmente que os integralistas estavam chegando ao poder. Ele dizia que o movimento tinha centenas de milhares de adeptos e que estes estariam todos prontos a receber suas ordens. Também mencionava com regularidade como centenas de oficiais superiores, deputados e altos membros do poder Executivo eram integralistas e o obedeciam.

Como bem indicado por Héglio Trindade (1994, p. 135), estes cálculos podem não ser absurdos e, portanto, é verdade que muitos membros do governo eram ex-integralistas e que a AIB forneceu quadros políticos, socializados pelo partido em seus ideais, ao regime. Do mesmo modo, é fato que alguns deles estavam satisfeitos com os ideais da ditadura, como o anticomunismo, no qual viam alguns pontos comuns com a antiga AIB. Não obstante, a grande maioria dos ex-militantes da AIB ou do PRP já tinha se desgarrado ou rompido com o Integralismo, estava desarticulada e, com certeza, poucos obedeciam ao comando de Plínio. Assim, ao contrário daquilo que este dizia, os remanescentes do Integralismo não comandavam e nem influenciavam de forma decidida o regime, nem abertamente, nem nas sombras.

Realmente, o projeto da ditadura militar tinha muito pouco a ver com os ideais de 1932 ou mesmo de 1945 da AIB ou do PRP, com a exceção de pontos de contato eventuais. O viés dessa era, ainda que existissem várias correntes no seu interior, o autoritarismo modernizante, com especial aversão a qualquer ideia de mobilização popular ou de criação de um partido de massa (Linz, 1980, p. 149). Não espanta que os apelos de Salgado por uma definição ideológica do regime tenham caído no vazio e que os ex-militantes integralistas trabalhassem com e para os generais sem manter obrigatoriamente uma identidade integralista ou uma fidelidade a Salgado.

Dessa forma, a presença dos herdeiros do fascismo no regime militar brasileiro não chegou a ser marcante. Em setores das forças de repressão ou nas envolvidas diretamente com a tortura, referências ao nazismo ou a simbologia fascista não foram incomuns, assim como a presença de simpatizantes desse no papel de torturadores. O regime, além disso, apoiou indiretamente organismos de extrema-direita (ainda que não fascistas, mas reacionários ou conservadores) como a TFP (Tradição, Família e Propriedade) e o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), e deu, como visto, algum espaço aos ex-integralistas. Mas foram atividades isoladas, que não significam que possamos considerar o regime como dominado por estes grupos.

Em resumo, a ditadura militar instalada no Brasil entre 1964 e 1985 pode ter sido muita coisa, mas não foi fascista. Isso não significa, contudo, que a extrema-direita fascista (ou herdeira do fascismo) não tenha tido nenhuma influência na formatação desse regime. Como visto, ela colaborou para o golpe que levou os generais ao poder e suas ideias, perspectivas e homens circularam para dentro do regime. Mas esse grupo nunca conseguiu implantar seu projeto, e a ditadura, apesar de claramente de direita e autoritária, não era fascista e nem dominado pelos ideais do fascismo ou da direita radical.

## A direita radical e o fascismo no Brasil contemporâneo

Desde a morte de Plínio Salgado, em 1975, vários grupos políticos têm procurado manter os ideais do Integralismo, como a Ação Integralista Brasileira (AIB), de Anésio Lara; a Frente Integralista Brasileira (FIB), o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B) e a Ação Integralista Revolucionária (AIR), além de centros culturais e de militantes individuais (Carneiro, 2007; Caldeira Neto, 2013).

Também surgiram e seguem atuando no Brasil grupos mais próximos da ideologia nazista, de herdeiros do regime militar e outros ligados ao conservadorismo católico. Os últimos anos também viram o nascimento, no Brasil, de grupos e movimentos conservadores neoliberais e tradicionalistas (que poderiam ou não ser incluídos dentro da rubrica da direita radical) que, principalmente via internet, procuram combater as políticas de esquerda, de forma paralela à ação no parlamento e nos partidos tradicionais da direita.

Os neointegralistas e outros grupos de extrema-direita não são hoje um grande perigo à democracia brasileira, dado o seu número limitado de membros e sua repercussão quase zero longe das redes sociais, mas a sua simples existência indica a permanência dos ideais fascistas e da direita radical no Brasil e sua continuidade com os períodos anteriores.



Como aconteceu no decorrer de toda a sua história, a direita radical brasileira continua a ser uma força muito heterogênea, unida por sua aversão ao “esquerdismo” e na sua fome de poder, mas incapaz de formular uma proposta unificada para o Brasil do século XXI e com poucas perspectivas de influenciar até mesmo os partidos tradicionais da direita nacional.

Um exemplo dessa heterogeneidade são as relações desses grupos com os militares da reserva herdeiros dos ideais do regime de 1964 ou com os ativistas monárquicos. Há algum grau de convivência e simpatia mútua, mas também discordâncias, numa relação que não está perfeitamente clara. O mesmo pode ser dito da TFP, que segue existindo. Há indícios de que vários dos atuais militantes do Integralismo são simpatizantes ou mesmo membros dessa associação ultrarreacionária católica. Não obstante, na internet se encontram debates, muitas vezes tensos, entre adeptos dos dois grupos.

Outro ponto de tensão e que tem total coerência com a época do fascismo clássico é a problemática racial e nacionalista. Em vários grupos *skinheads* brasileiros de hoje, o foco é a defesa da raça branca e da sua supremacia no mundo, o que leva a ideais separatistas do centro-sul brasileiro, majoritariamente branco, do resto do país. De forma lógica, estes grupos mantêm vínculos internacionais com outros supremacistas brancos, na Europa ou na América do Norte, à espera da grande guerra racial que se avizinha. Já outros grupos, mais nacionalistas, se baseiam muitas vezes na doutrina integralista para defender um Brasil nacionalista, sem separatismos ou segregação racial, aceitando até mesmo negros ou pardos nas suas fileiras.

É fácil imaginar que militantes desses dois grupos possam se unir para atos de violência contra *punks*, homossexuais ou outros inimigos comuns. Mas a tensão de base, entre duas concepções diversas de mundo, está presente e é uma reelaboração da mesma tensão entre várias concepções de fascismo (matriz italiana/matriz alemã) e entre solidariedade ideológica e competição nacionalista que houve na era do fascismo clássico.

A relação dos grupos políticos que seguem a doutrina integralista ou da direita radical com os partidos nacionais também é um bom indicador dos limites desses grupos hoje. É conhecido como os “neos” apoiaram a ARENA (partido do governo) durante o regime militar, o PDS logo depois e Ronaldo Caiado e Fernando Collor nas eleições de 1989. Nas seguintes, suas esperanças se concentraram no PRONA de Enéas e, nas de 2010, eles optaram, como mal menor, por José Serra, já que o Partido dos Trabalhadores (PT) representa o inimigo central.

A direita radical, portanto, não é importante no Brasil atual. Grupos isolados continuam a pregar o Integralismo, o nazismo ou outras ideologias semelhantes na internet e pequenos, mas violentos, grupos de *skinheads* cometem agressões e até assassinatos em São Paulo, Curitiba ou Porto Alegre. Mas não vão além disso, o que pode indicar a força da democracia brasileira contemporânea ou a fraqueza intrínseca desses grupos.

## Conclusões

A presença de grupos e pessoas imbuídas dos ideais da direita radical no Brasil é algo mais do que natural quando nos recordamos de que o Estado e a Nação brasileiras são parte do mundo ocidental. Mesmo com as inevitáveis (e significativas) adaptações derivadas da sua geografia, da distância da Europa e, acima de tudo, da sua posição colonial ou subordinada frente ao centro do sistema capitalista, o Estado e a sociedade brasileiras foram montados seguindo os parâmetros europeus e não espanta como as ideias europeias tenham feito sentido e se difundido no Brasil.

Além disso, a forte presença da Igreja Católica e os vínculos culturais e linguísticos, especialmente com a Península Ibérica, a Itália e a França, também facilitavam essa difusão, o que tornava a mensagem da direita radical europeia, desde o século XIX, mais permeável no Brasil (e no continente) do que, digamos, na África ou na China.

Desde o século XIX, além disso, grandes coletividades de imigrantes alemães, italianos, portugueses, espanhóis e outros estavam presentes no território brasileiro e, ao menos no período entreguerras, elas estavam ligadas aos regimes fascistas ou conservadores dos seus países de origem. Apesar de isto não significar que todas essas coletividades estivessem dominadas pela ideologia fascista, elas permitiam uma difusão especial da experiência fascista europeia no país nos anos 1930 e 1940.

Isso não significa dizer que os monarquistas de final do século XIX, as ligas brasileiras dos anos 1910 do século XX, os integralistas no entreguerras ou os adeptos do PRP e do CCC fossem meras cópias miméticas de originais europeus. Questões próprias da sociedade brasileira também faziam alguns desses ideais e projetos mais defensáveis e aceitáveis no Brasil do que em outras partes do mundo ocidental. Não espanta, aliás, que o momento de maior proximidade ao poder por parte da direita radical brasileira foi a década de 1930, quando o fascismo parecia a “onda do futuro” em todo o Ocidente e quando a crise da adaptação ao mundo moderno atingiu o país com especial força, de forma semelhante, provavelmente, ao acontecido em Portugal, na Espanha e em outros países latino-americanos.

Explicar como e por que os fascistas, seus herdeiros e a extrema-direita em geral tiveram tão pouco sucesso dentro da história do país é uma tarefa bem mais complicada. É fato que eles não conseguiram grande relevância na sociedade e no Estado, a não ser de forma isolada e em alguns momentos. Na maior parte do tempo, foi a direita tradicional (liberal ou autoritária, populista ou oligárquica) que teve as rédeas do poder no Brasil e os adeptos da direita radical não conseguiram mais do que alguma influência indireta ou nacos isolados do poder.

Hélgio Trindade, Lamounier e outros estudiosos do pensamento político brasileiro, citados, identificaram, há muito, uma característica central do sistema político implantado após a Proclamação da República, em 1889: a lógica liberal associada à práxis democrática. Seja no domínio oligárquico disfarçado de liberalismo durante a

República Velha, seja no autoritarismo da Era Vargas ou na “democracia relativa” implantada pelo regime militar, a cultura política das elites brasileiras sempre desconfiou de mobilizações populares ou radicalismos que fossem perigosos para a ordem constituída.

Nesse sentido, a manutenção do *status quo*, pela força se necessário, é a prioridade absoluta e as elites brasileiras sempre desconfiaram de mudanças que poderiam sinalizar uma perda de controle da sociedade e do Estado por parte delas. O fato de a cultura política brasileira sempre ter sido, em essência, conservadora, autoritária e pouco democrática, sempre pronta a resolver pela força os problemas e desafios sociais e políticos, pode ter bloqueado o caminho da direita radical, em suas várias encarnações.

Em outras palavras, o fato de o Brasil ser um país dominado, na maior parte da sua história, pela direita tradicional, em suas mais variadas formas, pode ter dificultado, e não facilitado, a existência da direita radical no país. O fato de a direita brasileira sempre ter conseguido dar as cartas no país, ao menos até a redemocratização em 1985, pode ser, assim, a razão central da força relativamente pequena da sua ala radical. Paradoxalmente, numa sociedade conservadora e quase sempre dominada pelos ideais da direita, esse domínio pode tê-la vacinado, ao menos, contra as tentações do extremismo radical da própria direita.

3

Historiografia e tendências  
historiográficas



## Historiografia integralista: novos rumos e debates (1)

Publicado originalmente em Silva, Giselda Brito. *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: Editora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2007, p. 9-12.

Em fins da década de 1980, ainda um jovem estudante de graduação em História, resolvi iniciar alguns estudos a respeito do Integralismo. Ao procurar o que seria, posteriormente, o meu orientador, Alcir Lenharo, o questioneei sobre o que poderia ler a respeito. Não me recorde de suas palavras exatas, mas ele ressaltou como tudo o que havia, praticamente, era a obra do Héglio Trindade e seus interlocutores diretos. Depois, pesquisando com mais vagar, vi que havia alguma coisa a mais, mas que não era realmente muito.

Passados menos de vinte anos, a situação mudou radicalmente e os estudos do Integralismo não apenas se expandiram de forma acentuada, como se consolidaram enquanto campo analítico. Os livros, os artigos e as teses se sucedem e podemos notar como esta é uma temática longe de atingir o esgotamento.

Na verdade, a produção histórica sobre o Integralismo, como qualquer outra, refletiu, em boa medida, tanto elementos práticos, como o clima político e social e a economia interna das Universidades, como as alterações teórico-metodológicas dentro da disciplina histórica e a disponibilidade de fontes. Só levando em conta esses elementos é que podemos compreender a caminhada dos estudos relacionados ao tema.

Assim, houve uma primeira fase, dos anos 1930 até, *grosso modo*, os 1960, em que a produção relativa ao movimento era centralmente de integralistas (ou de seus herdeiros do Partido de Representação Popular) ou de seus opositores. Esses livros e artigos

são, claro, parte da bibliografia dos estudiosos do Integralismo, mas, dado o seu próprio caráter militante, são essencialmente fontes primárias e não mais do que isso.

Numa segunda fase, durante os anos 1970 e 1980, o Integralismo foi, essencialmente, objeto de estudo das Ciências Sociais. A partir da primeira grande obra de pesquisa sobre o Integralismo (o livro do Hélio Trindade, publicado em 1975), houve toda uma série de debates mais do que conhecidos, envolvendo José Chasin, Gilberto Vasconcelos, Marilena Chauí e outros, os quais deram uma nova vida aos estudos sobre o tema.

Curiosamente, são estas obras centralmente de cientistas sociais (cientistas políticos, filósofos, sociólogos) e não de historiadores, o que reflete as próprias prioridades da disciplina histórica naqueles anos. Nessa época, os historiadores, fortemente influenciados pelo marxismo e pela escola dos *Annales*, estavam envolvidos com a chamada história econômica e social e mais interessados em grandes estudos estruturais, nas mudanças sociais, nos estudos de classe, etc. História política era considerada perda de tempo e, por este e outros motivos, os historiadores, salvo exceções, deixaram temáticas como o Integralismo para seus colegas das ciências sociais.

Esse fato deixou aquilo que foi escrito sobre o Integralismo naqueles anos marcado por alguns elementos, como ênfase no estudo dos conceitos, uma seleção clássica de fontes (jornais, livros, revistas), um trabalho intenso de análise do discurso (então no auge do seu prestígio dentro das Ciências Humanas), etc. Essa produção nos ensinou muito e apoiou tudo o que veio depois. Mas muitas outras questões precisavam ser respondidas e apenas com a entrada dos historiadores no campo as coisas mudaram, o que ocorreu, grosso modo, entre o final dos anos 1980 e o início dos 1990.

Vários elementos ajudam a explicar porque foi nesse momento que os historiadores passaram a olhar com mais interesse o movimento dos camisas verdes. O mais importante deles foi que a História se libertou da já mencionada ênfase na história econômica e social, o que permitiu uma renovação da história política. Abriu-se



espaço para estudar o Integralismo, o Estado Novo, o PCB, etc. No campo da produção prática da História, além disso, houve uma explosão de cursos de graduação e pós-graduação, o que permitiu o surgimento de uma nova e mais numerosa geração de pesquisadores. Além disso, novas fontes, como as da polícia política, foram postas à disposição dos historiadores, o que também foi de importância para que as pesquisas deslanchassem.

Num primeiro momento, o grosso dos trabalhos se concentrou em “fechar” algumas das questões deixadas pela camada anterior. Os contatos dos integralistas com os movimentos fascistas europeus e as suas relações com os imigrantes, especialmente os italianos e os alemães, foram reexaminados e a história regional começou a ser explorada, num processo que prossegue. Na verdade, esse novo filão – que nos trouxe conhecimentos sobre cidades no Rio Grande do Sul, o interior de São Paulo e Minas Gerais, Pernambuco, etc. – já tinha sido abordado na década anterior, em trabalhos como os de René Gertz e Josênio Parente, mas se consolidou efetivamente nos anos 1990.

Nos últimos anos, ao lado da explosão numérica, já comentada, dos estudos a respeito do Integralismo, houve um extraordinário desdobramento em termos de temas e problemáticas. O antissemitismo integralista, a participação dos negros e das mulheres no movimento, os discursos e as memórias de e sobre os integralistas e outros temas passaram a ser abordados, trazendo coisas novas e novos elementos para repensar o que foi o movimento.

Claro que essa nova historiografia também trouxe, como não podia deixar de ser, problemas e/ou outras questões. Estudos sobre discursos e memórias sem uma análise crítica e uma síntese, por exemplo, podem transformar a história em uma coleção de discursos iguais, o que é perigoso, enquanto outras sub-temáticas podem se esgotar na repetição. Também há temas que ainda aguardam os seus historiadores, como o relacionamento da AIB com os militares ou o cinema integralista. Mas o momento é mais de vivacidade do que de crise na área.

O presente livro indica claramente essa situação, reunindo trabalhos de, na maioria, jovens pesquisadores que utilizam o prisma teórico do historiador para abordar temáticas novas ou, no mínimo, rever aquelas já estudadas pela historiografia.

Vemos, assim, temas clássicos como o relacionamento entre nazistas e integralistas no sul do Brasil ou aquele entre católicos e integralistas recebendo um novo tratamento, inclusive com o uso de novas fontes, nos artigos de Ana Maria Dietrich, Giselda Silva e Leandro Gonçalves. Este último, aliás, ao analisar os contatos do Integralismo com o metodismo, permite que ampliemos a discussão sobre as pontes entre o Integralismo e as religiões cristãs, até agora centrada no campo católico.

Os estudos regionais continuam bem representados, como nos artigos citados acima e no de Raimundo Cordeiro sobre o Ceará. Ao mesmo tempo, e de forma extremamente positiva (pois é um erro imaginar que a AIB tenha desaparecido em 1938, com suas personalidades, ideias e perspectivas atuando na história do país por muitas décadas ainda e mesmo hoje), há artigos que avançam para o período pós Segunda Guerra, como o de Gilberto Calil sobre a campanha presidencial de Plínio Salgado à Presidência em 1955 e o de Rodrigo Christofolletti a respeito da Enciclopédia integralista dos anos 1950.

As bases sociais do movimento são investigadas, por sua vez, por Renato Dotta no seu artigo sobre a relação entre o Integralismo e os trabalhadores urbanos em São Paulo. É uma tradição considerar o Integralismo, como os demais movimentos fascistas, como tendo a sua base social essencialmente nas classes médias. Parecemos distantes do momento em que teremos que abandonar essa ideia, mas o trabalho de Dotta indica como essa visão tem que ser, no mínimo, matizada, pois trabalhadores e operários, como ele demonstra, também foram seduzidos pelos ideais integralistas nos anos 1930.

Os artigos de Tatiana Bulhões e Leonardo Padilha também indicam perfeitamente as novas preocupações dos estudiosos do movimento. A primeira escreve um texto na fronteira entre a história

de gênero e as representações fotográficas, duas das áreas de maior interesse para a nova geração de historiadores. Já o segundo tenta entender a produção literária e a formação ideológica de Plínio Salgado, mas numa visão mais histórica e menos determinista. Padilha também sugere caminhos para a produção da biografia de Plínio Salgado (o que também tenho tentado fazer) e a memória construída em torno dela. Seu texto, e o de Emília Carnevali da Silva sobre Severino Sombra, são indicativos de um novo filão de pesquisa relativamente negligenciado nas décadas passadas e que vai lentamente se abrindo, ou seja, o das biografias e o das relações entre os líderes integralistas.

Já tínhamos, na verdade, alguns trabalhos sobre Barroso, Reale e Salgado e um ou outro texto sobre líderes regionais, além de memórias e livros autocelebrativos dos próprios integralistas. Mas faltam ainda estudos biográficos mais densos não apenas dos três principais líderes, como também de outros secundários, regionais e de simples militantes. Seria fundamental também que tais ensaios biográficos extrapolassem o período do próprio Integralismo, demonstrando, dentro de histórias de vida, as mudanças e continuidades dentro da trajetória da direita nacional no século XX.

Os artigos de René Gertz e Edgar Serrato, por sua vez, fazem, utilizando estratégias de escrita diversas, análises historiográficas a respeito do Integralismo. Estas estão se tornando mais comuns recentemente e, mais do que tudo, indicam como esse campo de estudos tem se desenvolvido. Afinal de contas, ainda não chegamos ao ponto de “perda de controle”, no sentido da existência de uma bibliografia tão ampla que foge da capacidade de administração de um único pesquisador. Mas já estamos num momento em que a massa de livros e artigos demanda textos que os organizem e historicizem, de forma a orientar os que se iniciam no tópico, o que é um bom sinal.

Enfim, o presente livro é não apenas um indicativo da vitalidade do campo dos estudos a respeito do Integralismo no momento atual como se configura numa excelente contribuição dentro dele.

Já estamos muito longe do momento em que os estudiosos do Integralismo não tinham interlocutores e deviam se resignar ou a debater com os militantes ou a ler e reler os poucos textos disponíveis, o que é algo a se comemorar.

## Historiografia integralista: novos rumos e debates (2)

Publicado originalmente em Silva, Giselda Brito *et al.* *Histórias da política autoritária: integralismos, nacional-sindicalismo, nazismo e fascismos*. Recife: Editora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010, p. 6-8.

Em julho de 2007, estava prevista a minha participação no encontro nacional de História realizado em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. No dia anterior ao meu embarque para o sul, contudo, o terrível acidente aéreo da TAM, que custou tantas vidas, também teve o efeito de deixar o sistema aéreo nacional em uma situação de caos. Sem ânimo para enfrentar os inevitáveis transtornos, optei por não ir ao Rio Grande, o que muito me entristeceu, já que perdi a oportunidade de participar dos trabalhos do grupo de pesquisadores do Integralismo, assim como de rever os colegas e amigos.

É, assim, uma tarefa ao mesmo tempo triste e prazerosa que está diante de mim. Triste porque, ao ler os trabalhos oriundos daquele encontro, consigo perceber como devem ter sido ricas as discussões e os debates dos quais, infelizmente, não pude participar. Mas prazerosa, porque, ao menos, tenho a oportunidade de acompanhar, ainda que *a posteriori*, um pouco do que foi feito naqueles dias. O sentimento positivo, contudo, supera amplamente o negativo. Afinal de contas, podemos ver, nesse volume, o resultado de um trabalho coletivo de doze historiadores dedicados ao tema e que, a partir dos mais diversos prismas teóricos e perspectivas, se esforçam para ampliar o nosso entendimento a respeito do movimento dos camisas-verdes.

Dentre estes trabalhos, alguns abordam aspectos quase que clássicos, como a relação do catolicismo com a formação do pensamento

integralista ou os trabalhos literários publicados por Plínio Salgado. O viés regional, sempre presente na historiografia do Integralismo, também continua presente, mas, curiosamente, vemos aqui artigos não apenas sobre o Ceará e o Espírito Santo, mas também sobre São Paulo e o Rio de Janeiro.

Isso parece indicar um novo momento, em que novos artigos e livros continuarão a ser escritos a respeito dos Estados sobre os quais a historiografia já dispõe de razoável quantidade de informação (como os do sul, Pernambuco, Ceará e Espírito Santo), mas suplementados por outros sobre Estados chave e a respeito dos quais pouco se conhece em termos de atividade integralista. Os casos mineiro e paulista são, neste contexto, os mais óbvios, mas temos ainda outras imensas lacunas, especialmente no tocante ao Centro Oeste e a região amazônica, a serem preenchidas.

Outra questão interessante que parece estar começando a receber um melhor tratamento é o problema dos arquivos e como gerenciar a informação neles constante para escrever a história do movimento integralista. Claro que todos os historiadores de formação são treinados para lidar com os problemas tradicionais de gerenciamento de informação, como quem reuniu os documentos, para que e com qual intenção e qualquer trabalho de historiador tem que lidar com estes problemas, seja com qual tema se esteja trabalhando.

No caso do Integralismo, contudo, a questão tem um caráter político tão acentuado que tais cuidados metodológicos merecem ainda mais consideração. Uma pesquisa sobre um tema específico dentro do arquivo pessoal de Plínio Salgado, por exemplo, pode conduzir a resultados distorcidos se não for suplementada por pesquisa em outras fontes e documentos. Afinal de contas, ele reuniu a sua documentação com um fim muito específico, ou seja, o de construir a sua memória para a posteridade e isso nos obriga a utilizar seus papéis com imensa cautela.

O mesmo pode ser dito de órgãos governamentais. As Delegacias de Ordem Política e Social, por exemplo, estavam sob a autoridade dos Estados e não espanta, assim, que a vigilância delas sobre

os integralistas refletissem, muitas vezes, a relação do movimento com cada governador ou interventor no poder naquele momento. Assim, algumas delegacias de alguns Estados mantinham apenas uma vigilância esporádica sobre os integralistas entre 1932 e 1937, enquanto outras estavam muito mais atentas já nesse período.

Os órgãos federais, igualmente, refletem, nos seus fundos, os vaís e vens das relações entre o governo federal e o Integralismo ou mesmo entre os vários grupos e instituições do governo federal com a AIB. Devemos, pois, redobrar os cuidados metodológicos para evitar generalizações e outros riscos sempre à espreita do historiador, mas que, no caso dos que se dedicam ao Integralismo, parecem ser ainda maiores.

O que mais chama a minha atenção nesse conjunto de artigos, contudo, é a crescente expansão temporal do Integralismo. Anos atrás, conhecíamos apenas o período entre 1932 e 1938, como se o movimento não tivesse uma história posterior e nem antecedentes. Um pouco depois, os estudos se expandiram para abordar os anos 1950 e 1960, incluindo o Partido de Representação Popular e a participação integralista no golpe e no regime de 1964. Muito resta ainda a ser estudado sobre esse período e vários artigos deste livro o indicam. Não obstante, já começamos a ter um quadro mais claro do período que vai da formação do PRP à morte de Plínio Salgado.

O presente volume indica, porém, como outras lacunas estão sendo preenchidas e novas dilatações temporais estão na hora do dia. Não é por acaso, nesse sentido, que vários trabalhos estão estudando os novos integralistas, ou seja, aqueles em atuação nos dias de hoje, e suas conexões com o passado. Numa época em que valoriza-se a história do tempo presente e em que as evidências de ressurgimento do Integralismo, ainda que embrionárias, se acumulam, não espanta a mudança de rota dos historiadores.

Nada me parece mais curioso, contudo, do que a recente ênfase no período do Estado Novo. Ao contrário do antes se imaginava, ou seja, que o movimento e seus seguidores tinham sido completamente calados ou cooptados pela ditadura, ressurgindo apenas depois da

queda de Vargas, o que percebemos é um contexto muito mais dinâmico. Assim, acompanhamos, neste livro, não apenas a tentativa de reciclagem política e ideológica de Plínio Salgado em Portugal, como as atividades de remanescentes integralistas no Brasil, incluindo casos, como o da barbearia capixaba, que se aproximam da micro-história. Uma dilatação da nossa perspectiva temporal do movimento, a qual indica como sua historiografia continua a se renovar e progredir.



# O Ceará na historiografia e na história do Integralismo

Preparado originalmente para publicação em Cordeiro Jr., Raimundo Barroso. *A Cultura política do Integralismo Legionário*: imaginação histórica e mística da ação. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010, mas não publicado por motivos técnicos.

Desde os anos 80 do século passado, a historiografia que aborda o Integralismo tem se dedicado à história regional, com trabalhos pioneiros tendo sido publicados naqueles anos. Na verdade, num momento em que a esmagadora maioria dos trabalhos que estudavam o movimento era escrito por cientistas políticos ou sociólogos e a ênfase nas pesquisas recaía no discurso e na discussão conceitual a respeito do movimento, a questão regional era o único campo ainda ocupado pelos historiadores.

Hoje, apesar da imensa abertura temática e da explosão numérica dos trabalhos a respeito do movimento dos camisas-verdes, a questão regional continua a atrair a atenção dos pesquisadores, com inúmeros artigos e livros sendo dedicados, agora, a vários Estados e regiões do país sobre os quais tínhamos pouca informação.

A continuidade deste interesse não é espantosa, dado a preocupação dos historiadores com o empírico, a necessidade de recortes geográficos administráveis em termos de fontes e a difusão de inúmeros programas de pós-graduação no interior do país. E é uma continuidade positiva, pois nos abre as portas para apreender a realidade do Integralismo em inúmeros contextos e compreender suas inúmeras especificidades, permitindo que quaisquer generalizações emanem do real, e não de uma discussão conceitual prévia.

O interessante é perceber o papel do Ceará nesta discussão. Quando a história regional do Integralismo era ainda incipiente, nos

anos 1980, apenas duas regiões do país estavam razoavelmente contempladas pela historiografia. Uma era o extremo sul (Santa Catarina e Paraná) e a outra era justamente o Ceará.

A força da produção no sul tem explicações tanto teóricas, como a tradição da historiografia regional gaúcha e a importância do Integralismo (e também do fascismo e do nazismo) na história local, como também práticas, como a presença de Héliogio Trindade e de René Gertz em Porto Alegre naqueles anos. É especialmente este que produziu a maior parte dos primeiros trabalhos sobre o tema (Gertz, 1980, 1984 e 1987).

No caso do Ceará, autores como Josênio Parente (1986) e João Alfredo Montenegro (1986) começaram as discussões nos anos 1980, as quais foram ampliadas e retomadas posteriormente por outros, como João Régis (2002), Fábio Amorim (2002) e outros. O Ceará sempre foi importante na historiografia a respeito da AIB e isso tem a ver, provavelmente, com a importância do movimento para a história cearense e do Ceará para este. Afinal, o Ceará deu ao movimento alguns de seus líderes mais emblemáticos, como Severino Sombra, Jeovah Motta e Dom Hélder Câmara, para não falar de Gustavo Barroso (Menezes, 2006). Além disso, foi um dos Estados onde o Integralismo desfrutou de maior popularidade e, provavelmente, um dos únicos onde a sua base popular conseguiu sair dos limites das classes médias e atingir o operariado. Não que o Integralismo não tenha atraído operários para suas fileiras em outros Estados, como demonstra a experiência dos ferroviários em várias cidades do interior paulista ou mesmo de grupos operários em São Paulo (Dotta, 2003, 2004 e 2007). Mas foi no Ceará onde esta base operária foi mais consistente, em termos proporcionais, e isso ajuda a explicar o interesse dos historiadores locais pelo mesmo.

Severino Sombra e Jeovah Motta, aliás, seriam merecedores de estudos biográficos mais detalhados. Algum trabalho recente (Carnevali, 2006 e 2006<sup>a</sup>) foi feito a respeito do primeiro, mas muito ainda resta a ser pesquisado e escrito a respeito de um homem que foi um dos principais competidores de Plínio Salgado na chefia do

Integralismo e que poderia ter dado, a este, um caráter muito mais católico e popular. Já Jeovah Motta é sempre mencionado aqui e ali, mas um trabalho monográfico sobre ele é uma necessidade.

Na verdade, este é um ponto interessante a respeito da Legião Cearense do Trabalho (LCT) e de sua relação com o Integralismo. Apesar das fortes raízes católicas do segundo, nem o movimento, nem seu líder se afirmaram, ao menos não nos anos 1930, como católicos e nem foram vistos como tal pela Igreja Católica. Claro que esta apoiou o Integralismo até certo ponto, mas tal apoio nunca foi total e nem isento de contradições (Lustosa, 1976; Williams, 1974). O Integralismo, além disso, reuniu, no seu corpo doutrinário não apenas o catolicismo, mas o romantismo de Plínio Salgado, a influência fascista europeia, etc.

Já a LCT parece ter bebido muito mais na fonte católica e buscado, mais do que uma mudança radical na sociedade brasileira, uma volta a uma realidade imaginada anterior, quase medieval. Claro que a oposição entre o a LCT e a AIB não era absoluta, tanto que foi possível, para a maior parte dos adeptos da primeira, se incorporar à segunda. Mas havia pontos de conflito e trabalhos como este de Barroso o indicam, demonstrando a multiplicidade de pontos de vista dentro do Integralismo e no campo da direita naquele momento.

Isso se reflete inclusive em outros pontos. O Integralismo, por exemplo, dentro do seu projeto mobilizador, procurava atrair o público feminino para seus fins, com algum sucesso. Do mesmo modo, sua simbologia bebia tanto nos rituais católicos como em outras fontes, como o fascismo italiano. Já a LCT, como demonstra o autor, não apenas desencorajava a militância feminina como tinha uma ritualística mais calcada na Igreja, o que indica o seu caráter talvez mais reacionário do que fascista.

Em resumo, trabalhos como o de Barroso nos ajudam a perceber as sutilezas do campo da direita naquele momento. Em algumas questões, como na defesa do Estado forte, do corporativismo e no combate ao liberalismo e ao comunismo, a proximidade era tamanha que podemos ser levados a concluir que eram todos cem por

cento iguais. No entanto, fica claro que isso não é verdade e que trabalhos sobre questões regionais e movimentos específicos só nos ajudam a ter um quadro mais claro da complexidade do pensamento nacional (e internacional) naquele momento.

O trabalho de Raimundo Barroso não está isento, claro, de alguns problemas. Escrito originalmente no início da década de 1990, ele se baseou nas fontes disponíveis naquele momento, ou seja, as orais e as jornalísticas e, evidentemente, na bibliografia então passível de ser consultada. Na atual versão, escrita dezessete anos depois, o autor fez algum esforço de atualização, mas este foi relativamente pequeno. Notas e bibliografia foram incluídas, mas insuficientes, a meu ver, para dar conta da imensa discussão historiográfica nesse período.

Do mesmo modo, não foram exploradas novas fontes agora disponíveis, como a documentação privada de Severino Sombra arquivada em Vassouras (RJ) ou da polícia política cearense. Claro que fazer tudo isso seria escrever um novo livro e, justamente por isto, talvez tivesse sido melhor manter o texto original, com apenas um prefácio novo, do que fazer uma atualização apenas parcial.

Mas são estes detalhes pequenos num trabalho interessante, bem pesquisado e que merece, pela importância dos assuntos abordados, vir a luz em um formato mais acessível a outros pesquisadores. O caso cearense e da LCT é dos mais importantes e a possibilidade de termos em mãos, com maior facilidade, um dos principais textos a abordar o assunto, é realmente a comemorar.

# Integralismo, Neointegralismo e o Antissemitismo

Publicado originalmente, como prefácio, em Caldeira Neto, Odilon. *Sob o signo do Sigma: Integralismo, Neointegralismo e o Antissemitismo*. Maringá: Eduem, 2014, p.9-12

Desde a morte de Plínio Salgado, em 1975, vários grupos políticos têm procurado manter os ideais do Integralismo, como a Ação Integralista Brasileira, de Anésio Lara; a Frente Integralista Brasileira (FIB), o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B) e a Ação Integralista Revolucionária (AIR), além de centros culturais e de militantes individuais. O estudo destes movimentos é uma temática relativamente nova, com a maioria esmagadora dos trabalhos tendo sido publicada nos últimos dez anos.

A partir dos anos 1990, especialmente, menções aos “neos” começaram a ser mais frequentes na bibliografia acadêmica, mas dentro da produção de alguns antropólogos e cientistas políticos que estudavam as chamadas “tribos urbanas”. Na perspectiva destes, os neointegralistas seriam menos um grupo político e mais uma manifestação da marginalização vivida por alguns grupos sociais e a sua busca de novas identidade e dignidade. Até por este foco, contudo, a maioria dos textos produzidos pelas Ciências Sociais tinha seu foco nos jovens dessas “tribos”, suas perspectivas e valores, e menos nos partidos e grupos políticos que procuravam convertê-los a sua causa.

É difícil discordar que, em boa medida, os jovens que aderem a estes grupos e saem às ruas em busca do prazer da violência são mais desajustados sociais em busca de um sentido para a vida do que militantes políticos no sentido estrito. O Neointegralismo não se limita, contudo, a esses jovens desajustados. Ele também é composto de partidos e grupos políticos que visam, ainda que isto pareça extremamente improvável, o poder político, sendo mais do que simplesmente

uma “tribo urbana”, pelo que o tema não pode ficar apenas na mão dos antropólogos.

Os historiadores entraram nessa seara a partir do século XXI, tendo sido a obra mais relevante publicada até agora a tese de doutorado de Márcia Carneiro, defendida no Departamento de História da UFF em 2007. Ela conseguiu desvendar, com mais profundidade (ainda que se fundamente essencialmente em depoimentos orais, o que requer sempre muito cuidado) a rede de grupos e subgrupos que formam o universo do Neointegralismo hoje. Outros pesquisadores, como Jefferson Rodrigues Barbosa (2012) também têm entrado nessa discussão desde então, o que tem ampliado nosso conhecimento da temática.

Um foco que tem sido bastante explorado são as conexões entre os neointegralistas, o pensamento revisionista e o antissemitismo. Natália Cruz publicou algo a este respeito em 1997 e, nove anos depois, Carlos de Jesus publicou um interessante livro (2006) sobre como a doutrina integralista se expressava nas obras editadas pela Editora Revisão. É emblemático, na verdade, que seja justamente o tema do antissemitismo que, reciclado ou reelaborado, ressurja com força dentro dos discursos dos seus herdeiros. É impossível não recordar que, ainda que a diferença entre discurso e prática mereça ser considerada, conforme outro texto dessa coletânea, foram os integralistas os maiores divulgadores do antissemitismo no Brasil dos anos 1930 e que ele foi fundamental para dar maior coesão e visibilidade ao movimento. Dessa forma, me parece quase natural que seja o mesmo antissemitismo que seja recuperado enquanto instrumento (ao menos potencial) de mobilização de massas, ainda que rearticulado discursivamente em termos de antissionismo.

O estudo desses movimentos e grupos se encaixa, com certeza, na denominada “História do tempo presente”, com todas as suas vantagens e, especialmente, as dificuldades. Estas vão desde o número imenso de fontes (especialmente depois que a Internet se tornou campo privilegiado de divulgação desses grupos e movimentos) ao fato de não sabermos qual o significado que estes grupos terão no futuro,

o que dificulta a sua avaliação no presente. Por fim, resta também o desconforto de ter que lidar com objetos vivos e pouco tolerantes, o que leva a “saias justas” e a dores de cabeça para os pesquisadores.

No entanto, é uma temática que merece continuar a ser explorada, tanto para entendermos melhor a extrema-direita nacional em um quadro de longa duração, como para fornecer, à sociedade, um conhecimento mais denso sobre quem são estes grupos e quais são/eram seus ideais. Não podemos permitir, realmente, que eles difundam, sem contestação, suas visões da História e da sociedade (normalmente deliberadamente falsificadas ou, no mínimo, pouco informadas) aos incautos. Os neointegralistas e outros grupos de extrema-direita não são, realmente, um grande perigo à democracia brasileira hoje, dado o seu número limitado de membros e sua repercussão quase zero longe das redes sociais, mas contestá-los, enquanto especialistas no assunto, é o mínimo que nós, historiadores, podemos fazer.

O livro de Odilon Caldeira Neto se encaixa perfeitamente nessas preocupações maiores, acima registradas, e colabora efetivamente para o avanço historiográfico dentro do tema. Em primeiro lugar, ele fornece um bom e organizado resumo para quem quer entender a verdadeira confusão que são os vários movimentos neointegralistas. Parece essa uma colaboração menor, mas apenas para os que não sabem a dificuldade que é se orientar dentro de uma multiplicidade de nomes, siglas, divisões e cisões que marcam esses movimentos.

Sua colaboração central, contudo, é o seu rigoroso exercício de análise da memória integralista no tocante ao tema do antissemitismo. Ele não apenas analisa com propriedade as características desse antissemitismo nos anos 1930, como consegue delimitar com precisão a memória construída pelos neointegralistas a respeito. Mais especificadamente, ele desvenda as múltiplas memórias que os diferentes grupos construíram para lidar com o passado “clássico” dos anos 1930.

A memória dos integralistas e seus herdeiros, com efeito, não é única. Como bem trabalhado por Rogério Lustosa Victor (2005), essas memórias não apenas estão em conflito permanente com o conhecimento produzido pelos historiadores, como as suas várias

versões também se chocam entre si, coincidindo em alguns pontos e divergindo em outros. Seja ao abordar a herança fascista, a participação dos integralistas nos golpes de 1937 ou 1964 ou em outros temas, não existe unanimidade absoluta entre tais elaborações do passado e o caso do antissemitismo não foge desse padrão.

Verifica-se, no exercício realizado por Odilon Caldeira, como os herdeiros atuais do movimento oscilam entre a negação, a aceitação e a reelaboração do fato da AIB ter tido traços antissemitas, produzindo conflitos internos entre eles que são característicos desses movimentos. Seu estudo, assim, é não apenas uma colaboração fundamental para a historiografia do Integralismo, como também fornece um *insight* precioso sobre a melhor forma, em termos metodológicos, de lidar com o problema da memória, ou seja, compreendendo como os agentes políticos lidam com seu passado, ao mesmo tempo em que não perde de vista a realidade por trás dessas versões.

Por fim, nas entrelinhas desse livro, vemos também os caminhos que Odilon está a traçar e as suas futuras colaborações relacionadas ao tópico do Integralismo e da história da direita brasileira nos séculos XX e XXI. Em primeiro lugar, fica clara a sua preocupação a respeito da relação dos grupos políticos que seguem a doutrina integralista com os partidos nacionais na contemporaneidade, como foi o caso do PRONA, objeto da sua tese de Doutorado, em andamento. Em segundo, a sua contínua atenção ao problema metodológico relacionado ao trabalho com o tempo presente, especialmente no tocante às fontes, o que já produziu um artigo interessante (Caldeira Neto, 2009), o qual deve ser seguidos por outros.

Em resumo, o leitor tem diante de si um trabalho de um jovem historiador que não hesita em abordar temas política e metodologicamente complicados, como o Neointegralismo, a história do tempo presente, a questão da memória e outros. E os aborda com cuidado e rigor, trazendo uma colaboração de peso para a historiografia nacional. Fico satisfeito por ter, em alguma medida, colaborado para que ele chegasse, tão cedo, a um grau de amadurecimento como historiador do qual deve se orgulhar.



## O Integralismo, o Estado Novo e a batalha dos discursos

Publicado originalmente como apresentação em Brito Silva, Giselda. *Integralismo e Estado Novo: diálogos e confrontos*. Recife: Editora da UFRPE, 2015, p. 1-3.

Na história do Integralismo, talvez nenhuma relação política tenha sido mais importante do que aquela estabelecida com o Estado Novo. Foi na relação com o regime varguista que os integralistas depositaram suas esperanças de atingir o poder e foi justamente este que os reprimiu e eliminou. Não espanta, nesse sentido, a relação ambígua, de aproximação e desconfiança, que eles estabeleceram com Getúlio Vargas até 1938 e o profundo ódio dedicado a ele desde então.

A relação dos integralistas com o golpe que estabeleceu o Estado Novo em 1937 é mais ou menos clara, com o fluxo dos acontecimentos já bem recuperado pela historiografia. Já sabemos das inúmeras reuniões entre Salgado e os líderes do governo Vargas garantindo o apoio da AIB ao golpe, a promessa varguista de que esta seria a base do novo regime e/ou teria representatividade neste e a quebra dessa promessa por Vargas, que logo utilizou o seu novo poder para eliminar o Integralismo. A partir daí, o movimento se dividiu entre os que aceitaram o fato consumado e os que quiseram reagir, levando aos acontecimentos de 1938 e à repressão aos integralistas.

Os objetivos integralistas ao se associarem com a articulação golpista também não parecem mais obscuros, sendo o seu objetivo final o de participarem de um bloco de poder do qual iriam, aos poucos, assumir o comando. Do mesmo modo, o cuidado de Vargas em manipular e depois eliminar o Integralismo reflete uma cuidadosa estratégia para anular esse plano.

Nesse conflito de forças que opôs Integralismo e varguismo, também não é nenhum mistério que o presidente Vargas pôde contar, para sua vitória, com vários elementos de poder. Nesse sentido, basta recordar como ele conseguiu canalizar para si o apoio das forças armadas, da Igreja, das elites econômicas e do grosso da classe média, além de seduzir o operariado e as classes populares. Frente às alternativas integralista e varguista, a maior parte das elites brasileiras preferiu uma opção mais autoritária e conservadora do que a dos camisas-verdes, fascista. Essas opções e escolhas, na verdade, são um excelente canal para a compreensão da cultura política brasileira e mesmo mundial naquele momento.

Nesse sentido, o trabalho de Giselda Brito Silva é inovador no sentido de estudar a construção do discurso de e sobre o Integralismo. Com base nos postulados da Análise de Discurso, esse estudo se dedica a analisar a produção e a funcionalidade dos discursos que deram suporte à ascensão dos integralistas, bem como à repressão a eles.

O discurso e a narrativa têm importância e função em qualquer sistema de poder e eles têm que ser continuamente modificados e reestruturados para dar conta das mudanças nas relações sociais e políticas. O grande dilema é como dar conta dessa necessidade contínua de reescrita quando tais mudanças são tão grandes a ponto de inviabilizar, ao todo ou em parte, a narrativa anterior.

A História recente está repleta desses momentos, como quando Stalin teve que ser redimensionado frente à opinião pública norte-americana. Até 1945, ele era o “Uncle Joe”, líder de um povo aliado na guerra contra o nazismo. Depois, ele se tornou o ditador cruel representante de uma ditadura e de uma ideologia malignas. Ou, ainda para pensar no período da Segunda Guerra Mundial, quando o próprio Vargas teve que encontrar alternativas discursivas para justificar como um regime que tirava a sua legitimidade da luta contra o comunismo ter se convertido em um aliado de guerra da URSS.

No caso das relações entre a Ação Integralista Brasileira e o Estado Novo, fica evidente que a tarefa se complicava pelo fato, bem demonstrado pela autora, que os discursos e as propostas dos dois

grupos tinham semelhanças imensas, o que não significa que fossem cem por cento equivalentes. Do mesmo modo, a ambiguidade das relações entre Getúlio Vargas e os integralistas no período entre 1932 e 1937 era tamanha que discursos dos mais vários tipos estavam disponíveis, o que tornava complexa a tarefa de selecionar os adequados para o novo momento.

Com efeito, a relação dos vários governos estaduais e municipais com os integralistas foi bastante heterogênea, conforme as lógicas políticas de cada região. Em alguns Estados, o Integralismo foi tolerado e até mesmo apoiado; em outros, a relação foi ambígua, oscilando entre aproximação e conflito, e em outros, por fim, a lógica da suspeição se estabeleceu de pronto. Depois de 1937 e, especialmente, de 1938, a autonomia dos governos estaduais e municipais na relação com os remanescentes do Integralismo continuou, mas já sob forte pressão federal no sentido da cooptação dos cooptáveis e repressão implacável dos que representassem um risco.

Já no tocante ao governo federal, a relação com os integralistas foi claramente ambígua. Até 1937, suspeição, desconfiança, solidariedade e aproximação se alternavam, conforme a conjuntura de cada momento. Já depois de 1937/1938, o Integralismo se converteu no “outro” do Estado Novo, justificando, em parte, a sua existência. Esse “outro” era fascista, ditatorial, inimigo da liberdade, da nacionalidade e da própria independência do Brasil, enquanto o novo regime era o único verdadeiramente nacionalista e defensor de um futuro para o país. Frente à opinião pública, ao governo dos Estados Unidos e a outras forças, o varguismo se apresentava agora como o que havia salvo o país do fascismo e não como aquele que havia, no mínimo, flertado com ele. O grande problema era como eliminar os abundantes discursos e narrativas de aproximação do período anterior e ressaltar apenas os de discordância, de forma a criar uma nova imagem para a AIB, ou seja, a de subversivos e traidores da Pátria. O regime teve que transformar um movimento com bases católicas (o que não significa, na minha interpretação, que fosse uma emanção do conservadorismo católico tradicional), defensor de um Estado forte

e anticomunista num inimigo da Pátria tão perigoso como os próprios comunistas.

O esforço para tal fim foi imenso e a própria ambiguidade do discurso integralista foi aproveitada para a sua desmontagem e reutilização no período posterior. Dessa forma, no sul e sudeste do Brasil, onde o Integralismo tinha vinculações claras com as comunidades de origem italiana e alemã e se apresentava como um membro da família fascista, a saída foi justamente apresentá-lo como aliado de Hitler. No norte e nordeste, onde o movimento tinha um discurso mais focado nos valores tradicionais e católicos, a solução foi apresentá-los como perturbadores da ordem estabelecida.

O ataque dos integralistas ao Palácio Guanabara, e a ameaça à própria vida do presidente foi, nesse sentido, um verdadeiro presente para Vargas. Os integralistas, a partir de então, podiam ser apresentados como covardes e ineptos, a serem perseguidos e eliminados. Ao mesmo tempo, a estratégia de cooptação típica da política getulina foi aplicada, permitindo aos integralistas “arrepentidos” se incorporarem quase sem problemas ao novo sistema. Com algumas exceções, os integralistas se uniram à nova ordem, confirmando o fato que eles eram apenas irmãos caídos em desgraça e não verdadeiros inimigos.

Na ambiguidade do discurso, como bem indica a autora, estava a chave para transformar antigos aliados em inimigos. E, ao mesmo tempo, para converter rapidamente tais inimigos novamente em aliados, desde que aceitando a derrota. As palavras têm poder e as narrativas, mesmo que incoerentes e contraditórias, constroem consensos e dissensos. A Era Vargas e a assombrosa demonstração do poder midiático no Brasil dos nossos dias o demonstra com clareza, o que valoriza ainda mais o exercício efetivado pela autora.

## Entre as direitas e os “ismos” da História

Publicado originalmente como apresentação em Dotta, Renato Alencar. *Direita e Autoritarismo: passado e presente*. São Paulo: Todas as musas, 2015, p. 1-4.

O presente livro oferece ao leitor interessado nas temáticas relacionadas ao universo da extrema-direita uma ampla gama de artigos de grande utilidade. Tais artigos abordam desde temas da história do tempo presente – como os relacionados ao regime militar, aos *skinheads* ou aos *Black Blocks* – como também reflexões mais amplas, como aquelas relacionadas ao antissemitismo, à formação da sociedade de massas contemporânea e outras. Um dos tópicos que mais me chamou a atenção, contudo, foi a atenção dispensada aos movimentos de direita radical que não se encaixam dentro do modelo do fascismo.

É lugar comum a afirmação de que o período entreguerras foi a “era dos fascismos”. É verdade que, a partir da ascensão de Hitler ao poder, a perspectiva fascista se tornou a dominante dentro do campo da direita em muitos países. No entanto, durante a década de 1920, com a exceção de alguns pequenos grupos espalhados por todo o mundo ocidental, o fascismo se restringia à Itália e, na de 1930, o único país ocidental que se tornou fascista foi a Alemanha (e, talvez, a Áustria), criando uma dicotomia de colaboração e conflito entre duas matrizes de fascismo que se estendeu até 1945.

Na verdade, o período entre as duas guerras mundiais poderia ser melhor descrito como o auge do conservadorismo de direita e da “direita radical”. Na maior parte do mundo ocidental, os governos de esquerda, seja a moderada, seja a radical – como os de Cárdenas no México, o de Franklin Roosevelt nos EUA, a Frente Popular na França, a URSS de Stalin e outros – continuaram a estar presentes, assim como os movimentos e partidos desse campo político.

DOTTA, R  
PRESENT

Na maior parte do período, contudo, a política foi comandada pela direita, normalmente a conservadora, preocupada com a radicalização política e que não hesitou em caminhar para a ditadura para dar conta dos seus objetivos. Uma direita liberal e democrática continuou a predominar nos países de língua inglesa ou em partes da Escandinávia, mas a direita conservadora (modernizante ou não) foi a predominante na península Ibérica, na América Latina, na Europa oriental e em outros pontos do planeta. Do mesmo modo, as antigas manifestações da direita – conservadora ou reacionária – que existiam desde o século XVIII voltaram a adquirir consistência, como os reacionários católicos, as ligas anticomunistas e outros.

O entreguerras não foi, portanto, a “era dos fascismos”, apesar da enorme importância desses nos acontecimentos daqueles anos, mas a das direitas conservadoras e radicais, que estiveram no comando na maior parte dos casos conhecidos e que anularam, muitas vezes, não só as forças da esquerda, como também o próprio fascismo.

Esclarecendo melhor, a ideia com a qual trabalho é a de uma cultura específica da direita, nos termos de Norberto Bobbio, a qual se divide em subculturas, dentro de uma perspectiva concêntrica. Ou seja, dentro da cultura política da direita, existe um campo democrático (os conservadores liberais, por exemplo) e um autoritário, que recusa justamente o sistema liberal-democrático.

Dentro do campo autoritário, por sua vez, há os que se limitam a defender soluções de força para manter a sociedade do jeito que ela é (caso de muitos conservadores) e outros que vão além, propondo uma reorganização social mais ampla e radical, com a adição de elementos como visões conspiracionistas, a História como a luta entre o bem e o mal, etc. Essa última é a “direita radical” ou “extrema direita”, dentro da qual temos desde os que procuram restaurar um passado mítico, como os reacionários, até os que se adaptaram à modernidade capitalista e democrática, mas negando-a, como os fascistas. Limitar o estudo da direita nos anos 1920 e 1930, e mesmo hoje, à questão do fascismo seria simplificar um fenômeno muito mais complexo.

O presente livro avança nessa discussão, apresentando, por exemplo, um artigo a respeito dos vários grupos monarquistas e reacionários, como os “capacetes de aço”, que atuavam na Alemanha de Weimar e outro sobre o grupo ligado à revista *Gil Blas* no Rio de Janeiro no início da década de 1920. Todos no campo da direita radical, mas longe de serem fascistas, o que não os impediu, contudo, de se aliarem – de forma individual ou institucional – ao nazismo e ao Integralismo brasileiro na década seguinte. As relações entre esses vários grupos e movimentos caminhavam, quase todo o tempo, por um eixo que combinava desconfiança e aproximação, disputa e aliança, conforme a conjuntura. Do mesmo modo, eles se autoinfluenciavam, trocavam ideias e experiências, sem que isso significasse, automaticamente, filiação ou total identidade.

Charles Maurras, abordado em um dos artigos dessa coletânea, é especialmente emblemático disso. Maurras foi leitura obrigatória dentro do campo da direita entre o fim do século XIX e a metade do século XX. Defensor da monarquia, de um tipo de corporativismo e fortemente antissemita, ele estava muito mais próximo do reacionarismo católico do que do fascismo, o que não o impediu de flertar com Hitler durante a ocupação alemã e de simpatizar com Mussolini. Do mesmo modo, ele era lido e admirado nos círculos fascistas, o que não significa afirmar que todos os que o liam e citavam eram monarquistas ou reacionários. Entender que simpatizar e aceitar uma aliança é diferente de aderir incondicionalmente é algo essencial para entender a complexidade da política, no século XX e mesmo hoje.

Nesse ponto, discordo, por exemplo, de análises que identificam uma influência substancial da *Action Française*, do Integralismo lusitano e da Doutrina Social da Igreja em Plínio Salgado (e no Integralismo) nos anos 1930. Segundo essa visão, o pensamento de Plínio seria uma convergência do pensamento de Maurras, mediado pelo Integralismo lusitano, e de aspectos do fascismo italiano. Em termos teóricos, contudo, isso era impossível. Podia-se ser um fascista com leituras e admiração por Maurras e Pio XI ou um monárquico

católico com simpatias pelo fascismo, mas a soma das duas partes é, em termos teóricos, impossível, pois seria fundir concepções de política e de sociedade próximas, mas não equivalentes.

Essas aproximações e distanciamentos também se alteravam no decorrer do tempo, pelo que estudos sobre, por exemplo, a produção jornalística dos líderes da AIB antes de 1932 podem ser de grande utilidade. Análises de trajetórias de vida, como a de Carlos Keller, um dos ideólogos do fascismo chileno, também são esclarecedoras, como indicam outros artigos dessa coletânea.

Outro aspecto de destaque no livro é a (re)discussão do tema do totalitarismo e de Hannah Arendt. O termo tem sido submetido, com razão, a um bombardeio de críticas nos últimos anos. Escrevo “com razão” porque, realmente, ele levou a comparações – instrumentalizadas durante a Guerra Fria – que não se sustentam, como reunir no mesmo patamar a Alemanha nazista e a URSS de Stalin. Tais regimes eram emanações das tradições da esquerda e da direita, pensando nas definições de Bobbio, e procuravam construir a desigualdade ou a igualdade absolutas e, nesse sentido, reunir Moscou e Berlim na mesma classificação é dificilmente aceitável.

Outra crítica, real, ao conceito é que em nenhum lugar conhecido, incluindo a Alemanha de Hitler e a URSS stalinista, ele foi aplicado na sua totalidade. Só em romances, como o brilhante *1984* de George Orwell, é que podemos imaginar os horrores de um tal regime. Historicamente, contudo, ele nunca se constituiu realmente.

No entanto, se pensarmos em regimes e movimentos com uma perspectiva totalitária em vez de plenamente totalitários, a questão talvez possa assumir outro significado. Se totalitarismo é a mobilização da sociedade e das pessoas com o intuito de modificá-las, buscando um controle completo da sociedade pelo Estado, tivemos historicamente movimentos e regimes com perspectivas totalitárias, sem nunca, entretanto, realizá-las por completo. Nesse sentido, o conceito, a meu ver, se torna novamente válido.

Dessa forma, passamos a contar com um instrumental analítico para entender as aproximações, reais, entre os regimes de Stalin e



Hitler (ainda que mais no instrumental, para mudar pela força as suas sociedades, do que nos objetivos para essas), os esforços do regime fascista italiano, não perfeitamente bem sucedidos, para sair de um padrão autoritário para um totalitário e as diferenças entre regimes e movimentos autoritários e totalitários. Essas diferenças, aliás, são cruciais para entendermos porque, como indicado acima, tantos movimentos fascistas foram eliminados, no entre-guerras, por regimes conservadores e autoritários de direita.

Ainda nesse sentido, a questão das milícias integralistas deveria ser mais bem compreendida, até para indicar as similaridades e diferenças do Integralismo com os fascismos clássicos, italiano ou alemão. Elas são ainda um dos capítulos mais obscuros da história do movimento e estudá-las deveria ser uma prioridade para os historiadores. Por isso, é alentador constatar a existência, nesse livro, de um artigo sobre Francisco de Assis Hollanda Loyola, um dos fundadores da moderna Educação Física no Brasil e mestre de campo da Milícia integralista.

Em resumo, muito resta ainda a estudar e compreender sobre as várias direitas e os vários “ismos” que marcam a política moderna e, em especial, a do século XX. O presente livro é mais um passo nessa direção.



4

Direita e direitas no Brasil atual



## Fascismo: um risco real para o mundo de hoje?

Publicado originalmente em *Espaço Acadêmico*, 137: 106-109, 2012. Pequenos trechos apareceram em Três livros para entender o fascismo, *Aventuras na História*. 95: 61, 2011 e na orelha publicada em Gertz, René. *O Neonazismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.

“O espectro do fascismo ronda a Europa”. Uma leitura da realidade europeia de hoje a partir da mídia escrita e televisiva mundiais poderia facilmente levar a essa impressão. Reportagens sobre agressões a imigrantes e outras minorias nas ruas de Berlim ou Paris, filmes e documentários sobre os neonazistas (normalmente com ênfase nas mensagens de ódio, na violência e na estética fascista) e outros meios midiáticos são realmente comuns e poderiam levar à conclusão de que o fascismo pode estar voltando à cena na Europa e no mundo. A atual crise econômica europeia e as menções a grupos como o Aurora Dourada grego têm apenas reforçado essa impressão geral.

Na Europa (e no conjunto do mundo ocidental), existe hoje, com certeza, uma cultura originária do fascismo clássico, aqueles dos anos 1920 e 1930, e que se conecta diretamente a este, na simbologia, nos apelos históricos, etc. No entanto, os grupos de extrema-direita são pouco relevantes em termos políticos e sua influência nas sociedades europeias e ocidentais é muito limitada.

O fascismo, na sua versão clássica dos anos 1930 – recusa do sistema liberal democrático em favor de uma ditadura corporativa e de partido único, práticas sistemáticas de repressão (ou mesmo extermínio) às minorias e dissidentes, anticomunismo e mobilização das massas ao redor de um partido, uma ideologia e um líder – é um fantasma que não ameaça mais a Europa e nem o mundo. Encontrar

os neonazistas nas ruas ou nas redes sociais é algo desagradável e até perigoso, mas não creio que, em termos práticos, eles tenham chance de influenciar novamente os destinos do mundo ocidental.

Dizer que o fascismo não é mais um risco para a democracia ocidental, contudo, não significa dizer que os elementos da cultura da direita que o formataram tenham desaparecido. Uma nova combinação desses elementos no modelo clássico é improvável, mas eles podem ser recuperados em um novo formato e/ou influenciarem o Estado e os governantes no poder sem necessariamente convertê-los em fascistas.

Podemos perceber essa recombinação de elementos no cenário atual. A democracia representativa se torna cada vez mais uma estrutura dominada pelo poder do dinheiro e pela mídia, como indicam os casos de Berlusconi na Itália ou o escândalo de escutas telefônicas na Grã-Bretanha. A liberdade de expressão, nesse contexto, tem sido questionada – de forma sutil e indireta, na maior parte das vezes – em países como a Rússia, a Hungria e outros. Ao mesmo tempo, impossível não recordar que a própria democracia, quando não atinge os resultados esperados pelo “sistema”, pode ser suspensa ao menos na prática, como ocorreu, por exemplo, no recente ciclo eleitoral grego.

Já sobre o poder do dinheiro nas democracias modernas, basta recordar como os mercados financeiros conseguiram, mesmo tendo sido os causadores da atual crise, socializar os prejuízos para o resto da sociedade, através da manipulação da opinião pública e de uma relação quase incestuosa com os políticos e o poder público. A democracia ocidental já era assim desde o século XX ou mesmo do XIX, mas, no mundo contemporâneo, a sua relação com a mídia e o dinheiro se tornou ainda mais simbiótica. O sistema democrático contemporâneo, assim, não está sendo questionado, mas sua modificação interna já se deu e numa direção longe da verdadeira democracia.

No tocante ao racismo e a xenofobia, eles sempre existiram na Europa, mas cada vez mais eles se tornam instrumentos políticos,

para mobilizar as pessoas em direção ao medo e à desconfiança. Em vez do ódio ao judeu ou ao comunismo, temos agora um similar, dirigido ao Islã e aos estrangeiros em geral. O instrumento de explorar o ódio ao outro como forma de angariar poder político, contudo, é o mesmo no entre guerras e hoje e momentos de crise são especialmente férteis para a exploração desse sentimento.

Já nos Estados Unidos, temos o fenômeno do *Tea Party*, que não é conceitualmente fascista, mas que utiliza os instrumentos do medo e do ódio de uma forma que se aproxima do fascismo. Seus alvos não são iguais – o Estado, os impostos, a esquerda, os diferentes e, na verdade, quase tudo – e sua origem não é o fascismo clássico, mas as aproximações são impressionantes. Do mesmo modo, em vários países europeus, ressurgiu uma direita populista, a qual conseguiu ainda mais força capitalizando a crise atual.

Vale a pena recordar, aqui, o recente livro de William Dobson (2012), o qual analisa a capacidade adaptativa de vários regimes no poder ao mundo de hoje. Ao mesmo tempo em que algumas ditaduras “velho estilo” continuam a existir, como na Coreia do Norte, outros regimes conseguem manter uma fachada democrática e utilizar outros instrumentos – controle da imprensa, do judiciário, repressão seletiva à oposição, etc. – para manter-se no poder sem que a comunidade internacional possa acusá-los abertamente de antidemocráticos.

Claro que o problema aqui é definir até onde se pode ir sem que a democracia possa ser considerada realmente ameaçada. Chávez ou Putin estão utilizando certos instrumentos de poder para continuarem no cargo, mas isso significa que eles romperam a fronteira da democracia ou não? E o Egito atual, é mera reciclagem do antigo sistema de Mubarak ou democrático? Questão complicada, pois depende de definições conceituais e de posicionamento político. O importante a reter é que os sistemas políticos – e as pessoas que os encarnam – não são estáticos e não só aprendem com os erros e acertos dos outros como se adaptam aquilo que é aceitável ou não, em termos de opinião pública, num dado momento histórico. Nem

todos, com certeza, o fazem, mas nem ditaduras nem democracias são estáticas por definição.

Os regimes fascistas não seriam diferentes e basta recordar o caso de Salazar e, especialmente, de Franco. Até a derrota alemã na Segunda Guerra Mundial, o regime salazarista português era claramente conservador, mas tinha uma ala que se aproximava da extrema-direita. No franquismo, essa ala era ainda mais forte e, por certo momento, quase conseguiu converter a Espanha num Estado fascista. Depois de 1945, contudo, isso não era mais aceitável e eles rapidamente se converteram em regimes de direita conservadora anticomunista mais ou menos clássicos, se incorporando ao campo dos Estados Unidos na Guerra Fria e sobrevivendo até os anos 1970.

Os movimentos e grupos da direita de hoje também estão sobrevivendo e se adaptando e, com a exceção dos nostálgicos que ainda insistem na versão original dos anos 1930, os novos fascistas (neofascistas, pós-fascistas ou como se queira chamar) se adaptaram ao mundo contemporâneo e é com esses que devemos nos preocupar centralmente. Um novo Hitler é impossível, mas um disfarçado de democrata, midiático e que aproveite a crise do sistema para subverter, na prática, a democracia, é algo mais do que possível, senão provável.

Em resumo, os riscos de fascismo, no sentido clássico do termo, no mundo atual são limitados, mas a cultura que lhe deu origem continua viva e atuante no Ocidente e pode reaparecer seja em novos formatos, seja influenciando os que estão no poder. Temer que o fascismo como o recordamos dos anos 1930 possa voltar ao poder não é uma atitude realista, mas esquecer de que seus remanescentes e elementos continuam vivos seria ainda menos realista, e até perigoso.



# Fascismo de esquerda?

## Sobre a necessidade de revisão conceitual de um termo perigoso

Publicado originalmente em *Espaço Acadêmico*, n. 142: 69-76, 2013.

Mesmo estando a estudar o fenômeno fascista há muitos anos, não tinha ainda me animado a escrever sobre a possibilidade da existência de um “fascismo de esquerda”. Dois acontecimentos recentes fizeram-me ver, contudo, a imperativa necessidade de abordar o tema. O primeiro deles foi a publicação, nesse mesmo espaço, de um artigo que apresenta algumas reflexões a respeito (Lima, 2013). Tal artigo classifica-se como uma reflexão séria e respeitável sobre o tópico, um exercício intelectual de um autor preocupado com a temática, e com o qual me sinto feliz em dialogar, ainda que discorde de suas conclusões.

Muito mais importante na minha decisão, contudo, foi a crescente utilização do termo “fascismo de esquerda” por parte da direita nacional. Não é nenhuma novidade a associação do fascismo com a esquerda tanto na Academia como no debate político, mas, quando da visita da blogueira cubana Yoani Sanchez ao Brasil, em fevereiro de 2013, tal associação só aumentou. Dadas as manifestações de pequenos grupos de esquerda contra a sua presença no Brasil (manifestações estas, aliás, que só posso repudiar, pois foram antidemocráticas e procuraram impedir o debate das ideias), a direita, especialmente nas redes sociais, começou a acusar de fascista a esquerda brasileira como um todo. Como a associação com o fascismo tem um impacto político relevante na opinião pública, discutir a sua realidade passa a ser um dever para intelectuais públicos e para os especialistas no tema. A primeira tarefa, portanto, é entender a argumentação dos que defendem essa posição.

No caso do artigo de Raymundo de Lima, há toda uma reflexão, baseada em Umberto Eco (e também em Habermas), sobre o “ser fascista”. Nesse contexto, o fascismo é identificado como “um estilo de ser truculento tanto em atos como na imposição de suas ideias. Portanto, o fascismo além de difuso, é complexo e esquivo: tanto pode tender para a direita como para a esquerda na sociedade atual” (p. 69).

A partir daí, o autor acaba por aproximar o fascismo da esquerda também pelo viés do totalitarismo, ou seja, “o uso da violência para conseguir realizar projetos antidemocráticos ou totalitaristas pode ser considerado fascista à direita ou à esquerda” (p. 72). O fascismo (ou profascismo, ou potencial fascista) acaba por ser localizado, assim, no primeiro bolchevismo, na Revolução Chinesa, nos fundamentalismos religiosos (ao menos em parte) ou no movimento estudantil contemporâneo, cujas ações seriam, muitas vezes, acompanhadas por truculência, intimidação e incapacidade de aceitar o debate e a multiplicidade de opiniões.

Tais reflexões são consistentes com outras preocupações do autor, o qual, em outros textos (Lima, 2001, 2006, 2007 e outros), tem se preocupado com a difusão do fanatismo, da intolerância e do irracionalismo na sociedade atual. Ele também tem se dedicado a levar a discussão para dentro de eventos aparentemente cotidianos, como o trote universitário ou a economia política das Universidades.

Difícil não concordar com as reflexões de Raymundo Lima. Sentimentos de intolerância e agressividade e esforços para vencer o debate de ideias pela intimidação e ataque ao outro são, realmente, mais comuns do que gostaríamos de acreditar. Basta ver o ódio que surge quando certos temas mais controversos – ateísmo, uso de drogas, posse de armas, etc. – são abordados e a Internet acaba por ser veículo privilegiado desse ódio. Do mesmo modo, dentro da Universidade, o politicamente correto acaba por dificultar o livre debate de ideias e o “pensamento único” ou a intimidação são atitudes a lamentar.

Ressalte-se, contudo, que, ao menos no Brasil, esse cerceamento de liberdades pelo politicamente correto é bem menos dramático

do que a imprensa ou autores da direita (cf. Pondé, 2012) querem nos fazer acreditar e que a sutil fronteira entre o debate livre e o escárnio ou agressão velada também deva ser considerada. De qualquer modo, as críticas de Lima e de outros autores são corretas e as compartilho, mas o grande problema surge quando se quer reduzir todos esses sentimentos e ações a “fascismo”.

Tal posição não é nova dentro da historiografia,\* como veremos abaixo, mas ela mais confunde do que esclarece. Realmente, ao confundir práticas antidemocráticas, violentas e intimidadoras com o fascismo, perde-se a distinção entre *método* e *objetivo*. Todo fascista é, por definição, incapaz de conviver com o debate, o respeito pelo outro e a prática pacífica da discordância e da divergência, mas nem toda pessoa ou grupo que tem essa incapacidade é fascista. Fundamentalistas islâmicos ou cristãos, grupos ultraconservadores como a TFP ou a Opus Dei ou outros afins podem ter pontos de afinidade com os fascismos, mas a simples recusa da democracia não os faz fascistas.

Em outras palavras, não é possível ser fascista sem ser intolerante, fanático, irracional, mas o inverso não é verdadeiro. Fanáticos religiosos ou a extrema direita dos Estados Unidos compartilham, com certeza, modos de entender o mundo semelhantes aos dos fascistas, mas não creio que, apenas por isso, possam ser chamados de fascistas ou protofascistas, como fez o próprio Lima (2003).

É realmente preciso ter cuidado para que o termo fascismo não seja tão ampliado a ponto que não signifique mais nada, até para que não nos tornemos incapazes de identificá-lo realmente quando ele se manifestar. Se tudo é fascismo ou protofascismo, então fascismo se torna sinônimo de intolerância e fanatismo e, como conceito, deixa de existir.

---

\* Ver, por exemplo, o clássico de Sternhell (1978) ou o recente de Paxton (2007), nos quais está expressa a ideia de que o fascismo é uma forma de comportamento político radical, não necessariamente de esquerda ou de direita, mas essencialmente antidemocrático.

Realmente, o termo “fascista” tornou-se, em vários círculos políticos e intelectuais, mais do que um conceito, um adjetivo. Dessa forma, a militância de esquerda tende a chamar todos os que estão no campo da direita (sejam liberais, conservadores, reacionários, religiosos ou outros) de “fascistas”, o que tem impacto político, mas que efetivamente mascara a realidade. Afinal, se Francisco Franco, Salazar, Costa e Silva, Milton Friedman ou Olavo de Carvalho são todos fascistas, como entender as diferenças entre eles e com relação a fascistas reais, como Hitler, Mussolini ou Mosley? Essa generalização do termo – o que não significa dizer que as possíveis aproximações e simpatias com o fascismo, ou com aspectos dele, não possam ser identificadas e criticadas – empobrece a discussão e nos impede de ter uma visão mais completa do real (Bertonha, 2004).

Em outros foros e na batalha política do dia a dia, tal reducionismo (fascismo = práticas autoritárias ou totalitárias) reaparece, mas ainda mais exacerbado. Se a proposta acima mencionada unifica, de forma errônea, fascismo e sentimentos antidemocráticos e, portanto, abre a possibilidade de existir um “fascismo de esquerda” ao lado do “fascismo de direita”, essa outra acaba por indicar que não apenas o fascismo é sinônimo de autoritarismo ou mesmo totalitarismo, como que ele só pode surgir na família política da esquerda.

Reinaldo Azevedo, por exemplo, sempre utiliza, no seu blog, a expressão “fascismo de esquerda” para se referir ao PT ou ao que ele imagina ser o domínio do pensamento esquerdista nas Universidades e no país. Já Rodrigo Constantino (2013) afirma que o fascismo já estaria se implantando na Venezuela e na Argentina e que estaria há um passo de sê-lo no Brasil. Outros autores, sempre na Internet, afirmam que é absurdo associar fascismo à direita e que este é uma manifestação da esquerda. No raciocínio deles, em resumo, todo autoritarismo ou prática autoritária é sinônimo de fascismo e este é uma emanção da esquerda. Sendo assim, um novo Hitler, vermelho, estaria pronto a nos conquistar salvo se as “pessoas de bem” comesçassem a agir contra isso – de preferência lendo a *Veja* e votando na oposição antipetista.

Do mesmo modo, a militância da direita atende a identificar a esquerda contemporânea e, no caso do Brasil, o governo do Partido dos Trabalhadores, como uma mistura no mínimo curiosa de Hitler e Stalin. O governo petista é ora avaliado como uma continuidade do bolchevismo ou do regime de Stalin (sendo que valeria a pena alguém estudar, por exemplo, o número de resenhas publicadas na revista *Veja* sobre o regime stalinista que acabam por ser utilizadas para criticar o PT), ora como uma emanção fascista. Hitler, Mussolini, Stalin e Mao Tsé Tung seriam todos emanções da esquerda, indicando, mais uma vez, a absoluta necessidade de combater o “Foro de São Paulo” (entidade, na verdade, praticamente inexistente) e de tirar a esquerda do poder, no Brasil e no mundo.

Não há aqui uma reflexão teórica profunda, sendo que o que está presente é um esforço eminentemente político e propagandístico para ligar a imagem do governo petista a ditaduras extremamente cruéis e, dessa forma, alertar o povo brasileiro para os riscos que a democracia brasileira estaria a sofrer. Essa visão não tem, evidentemente, nenhuma base concreta e uma pessoa que tenha vivido os horrores do nazismo ou do regime stalinista com certeza se espantaria ao ver a comparação de um regime eminentemente democrático, como o brasileiro pós-1985, com tais ditaduras. O uso da bandeira do risco à democracia quando se discute a lei da mídia, por exemplo, é, em essência, apenas isso, uma bandeira vazia brandida com fins específicos.

Em última instância, contudo, essa direita também está manifestando sua visão da sociedade, liberal. Lá no fundo, o que está sendo apresentado é uma versão da História na qual se diz que apenas a parte mais esclarecida da sociedade, a detentora de recursos intelectuais e, acima de tudo, financeiros, deve governá-la. Todas as vezes que os instintos ou as vontades populares não foram controlados por essa elite, surgiram os horrores dos regimes ditatoriais, como o nazismo, o stalinismo e ainda o populismo, com todos os seus perigos. Sem a elite ilustrada no comando e com a esquerda no poder, ditaduras e todos os seus horrores seriam inevitáveis, pelo que seria

fundamental agir. Direita = liberdade, esse é o raciocínio que surge nesse discurso.

O grande problema nesse raciocínio é como encaixar as ditaduras que surgiram a partir da perspectiva da direita, como a maioria das do século XX e também as fascistas. Os mecanismos discursivos daí avançam em duas direções. Um é afirmar que todas as vezes que a direita teve que renunciar à democracia liberal, o fez obrigada pela ação da esquerda, numa reação não desejada. Tal interpretação está presente na historiografia mundial (como em Ernest Nolte [1987], que afirmava que o nazismo era mera reação ao bolchevismo) e também na nacional, quando identifica, por exemplo, 1964 como reação a uma suposta agitação de esquerda que levaria a um Estado comunista.

Tal visão não está isenta de verdade em alguns casos, já que, na democracia burguesa, existe um limite claro até onde a mudança de poder pelo voto pode ir, ou seja, a manutenção justamente da ordem burguesa. Se esse limite for ultrapassado, a própria lógica da democracia liberal afirma que o “pecador” deve ser removido para que o sistema volte ao seu normal.

Não obstante, isso não significa afirmar, de forma alguma, que a direita sempre se voltou ao autoritarismo como reação a uma ofensiva da esquerda contra a democracia liberal. Muitas vezes, o recurso ao autoritarismo veio simplesmente por uma incapacidade da direita liberal em aceitar demandas que considerava inaceitáveis (como direitos sociais ou a melhor distribuição das riquezas) ou por considerarem que o autoritarismo seria mais conveniente aos seus interesses naquele momento. A direita não se dirigiu tantas vezes ao autoritarismo como forma de preservar a ordem democrática, mas porque considerou que seus interesses estavam sendo ameaçados e que a democracia era um obstáculo a sua defesa. Não é verdade, pois, que todas as esquerdas têm um gene antidemocrático e todas as direitas estão imunes a ele.

Outra maneira de fazer essa associação do fascismo com a esquerda é fazer um reducionismo da definição de direita de modo

que ela se restrinja à democracia liberal, defesa do livre mercado, privatização, etc. Tudo o que se oporia a isso seria, nessa perspectiva, de esquerda, socialista e autoritário.

Para entender esse discurso, basta analisar um livro bastante citado pela mídia da direita liberal, ou seja, o do neoconservador americano Jonah Goldberg (2009). Ele proclama que o moderno liberalismo (que, no léxico americano, significa a esquerda progressista) compartilha raízes com o fascismo e que, portanto, Obama ou Hilary Clinton seriam herdeiros de Mussolini e Hitler. Para ele, a esquerda americana sempre utilizou práticas fascistas e qualquer desvio, por menor que seja, do liberalismo é estigmatizado como fascismo. Portanto, viveríamos numa era sob uma ameaça da esquerda fascista e a volta ao conservadorismo é a única resposta. Espanta esse livro ter sido publicado quando Barack Obama se encaminhava para vencer as eleições nos EUA e que, no Brasil, só tenha recebido alguma atenção na revista *Veja*?

A confusão conceitual é total e só mesmo fazendo analogias sem sentido ou reduzindo quaisquer movimentos que tenham base popular ou uma liderança carismática a fascismo que é possível defender essa teoria. Dessa forma, Hitler, Mussolini, Hugo Chávez, Franklin Roosevelt, François Hollande, Obama e outros são todos fascistas e nada mais restaria aos democratas do mundo do que cerrar fileiras em torno do Partido Republicano, do PSDB e seus assemelhados.

As analogias quase infantis utilizadas pelo autor são, na verdade, bastante utilizadas nas mídias sociais para comprovar a filiação de esquerda do fascismo, mas não resistem a uma análise mais profunda. Incluem-se aí os que ressaltam que o nazismo se chamava nacional-socialismo (sem se levar em conta que a soma das duas palavras, aqui, sugere exatamente uma oposição ao socialismo marxista) ou que ele utilizava a cor vermelha nos seus símbolos, esquecendo que Hitler afirmou, no próprio *Mein Kampf*, que “roubar” a cor vermelha, tão efetiva na propaganda, dos seus inimigos era chave para a competição com o comunismo alemão. Também é comum recordar o passado socialista de Mussolini ou de outros líderes

fascistas, mas abstraíndo o fato que eles renegaram esse passado (re-elaborando-o) e literalmente mudaram de lado.

O essencial do discurso desse livro e dessa corrente, contudo, é realmente o reducionismo das características da direita e da esquerda, levando o ponto de diferenciação entre elas para os temas da democracia, do liberalismo e do livre mercado. Defensores intransigentes desses pontos seriam a direita e a negação deles seria a esquerda. Já que o totalitarismo fascista é essencialmente antiliberal em todos os sentidos (negação da democracia liberal e do livre mercado como condutor da vida econômica e social), fica aparentemente fácil fazer essa correlação.

O problema é que isso não é verdade e que direita e esquerda só podem ser trabalhados e compreendidos dentro de contextos históricos delimitados, ainda que a perspectiva filosófica que as distingue seja permanente. Conforme bem trabalhado por Norberto Bobbio (1995), o critério básico para distinguir a direita da esquerda, enquanto perspectivas filosóficas, é a questão da igualdade e sua valoração. A esquerda teria sido sempre aquela mais voltada à promoção da igualdade, enquanto a direita seria a defensora da hierarquia e da desigualdade. Seria através de outras dicotomias (moderação/radicalismo; aceitação ou não da democracia) que o pensamento da direita e da esquerda se aproximariam ou se diferenciariam, mas sempre separados pelo divisor de águas chave da igualdade.

Essa distinção entre o permanente e o mutável e o estrutural e o conjuntural permite que entendamos como os conceitos de esquerda e direita podem continuar válidos mesmo depois de mais de 200 anos de sua criação: ao mesmo tempo em que as bandeiras de lado a lado mudam continuamente conforme a época e conforme o país, uma sutil linha filosófica mantém a união entre elas. Nesse sentido, concordo com Marco Revelli (1996), quando este ressalta que direita e esquerda não são conceitos absolutos, mas lugares do “espaço político”. Não seriam palavras que designariam conteúdos fixados para sempre, mas rótulos para conteúdos que variariam com o tempo e as situações e em relação um ao outro.



Assim, o fato de o nazismo, por exemplo, ter um viés estatizante e ser uma ditadura com perspectivas totalitárias não o retira do campo da direita, já que ele utilizava os recursos do Estado numa perspectiva antiliberal, mas procurando construir uma sociedade onde a desigualdade entre os seres humanos e seus correlatos (hierarquia, ordem, etc.) seria levada ao limite. Já no caso do regime comunista, os mesmos instrumentos eram utilizados para construir a utopia da igualdade total, mesmo que, na prática, isso não tenha ocorrido.

Nesse ponto, aliás, ficam evidentes os limites e as vantagens do velho conceito de totalitarismo. Criado essencialmente nos anos da Guerra Fria, especialmente através dos trabalhos de Hannah Arendt (2013), tal conceito foi muito atacado por ter um viés político evidente, já que aproximava, do ponto de vista dos Estados Unidos, o inimigo derrotado, o II Reich, com o a derrotar, a URSS. Ele também foi criticado teoricamente, pois afirmava a existência real do totalitarismo nesses países quando, na prática, isso não aconteceu (já que a sociedade não foi realmente obliterada pelo Estado) e unificava dois sistemas, o comunista e o soviético, sem levar em conta as diferenças entre eles, especialmente no campo da utopia perseguida.

Creio, contudo, que o conceito é útil se pensarmos no campo das perspectivas. Nazistas (e fascistas em geral) e stalinistas (e seus imitadores) construíram dois Estados que não eram totalitários, mas que tinham a perspectiva de sê-lo, pelo que a classificação deles como tal talvez não seja absurda e permita distingui-los de outros movimentos e regimes, autoritários ou democráticos. Por outro lado, o fato de eles terem ambições totalitárias e instrumentos de ação no mínimo semelhantes não faz, deles, equivalentes, pois os dois projetos de sociedade não eram iguais. Assim, ainda que eles tenham pontos de concordância quanto ao método, o fascismo e o comunismo não são equivalentes e representam, apenas, a vertente totalitária das famílias da esquerda e da direita.

Desde 1789, assim, surgiram direitas e esquerdas radicais e moderadas, democráticas e antidemocráticas, estatizantes ou liberalizantes, etc. Tais direitas e esquerdas, muitas vezes, competiram,

inclusive, entre si, o que explica muitas das alianças, aproximações, divergências e separações no decorrer da história política dos vários países do Ocidente. Não se sustenta, pois, a afirmação de que não exista uma perspectiva antidemocrática na direita e democrática na esquerda e vice versa. Tanto na esquerda como na direita podem surgir os horrores do totalitarismo ou das ditaduras em geral, pois a dicotomia “democracia ou ditadura” está em um plano diferente da de “direita ou esquerda”, sendo várias as combinações possíveis.

Fascismo, pois, é algo muito mais específico, ainda que haja variações de um para outro movimento e, especialmente, como seria inevitável, entre os fascistas dos anos 1930 e os do mundo atual. É um regime ou movimento fortemente anticomunista, antissocialista e antidemocrático que propõe a substituição da ordem democrática burguesa e do liberalismo político e econômico por uma nova. Nessa nova realidade, haveria um Estado orgânico, hierárquico, baseado numa liderança carismática e num partido único que serviria para a transmissão de uma ideologia específica, mobilizando a sociedade. Um partido único, aliás, que iria além de uma simples negação de outros ou de uma estrutura amorfa para acomodar interesses, mas uma real máquina de mobilização popular e transmissão ideológica.

O fascismo também seria, ao contrário dos reacionários ou conservadores, um movimento moderno, no sentido de não propor uma volta ao passado, mas um futuro diferente. Ele é, aliás, tão moderno e adaptado ao mundo democrático (ainda que o negasse) que proclama a necessidade da mobilização continua das multidões e utiliza uma política deliberada de ódio ao “outro” (judeu, comunista, imigrante, homossexual, etc.) para garantir essa mobilização.

Ele não rompe, contudo, com a ordem capitalista e suas bases ideológicas, ao final, são as da direita: ordem, hierarquia, desigualdade como valor. Mesmo sendo uma direita radicalizada, não deixa de pertencer a essa família. Aproximações entre os radicalismos da direita e da esquerda podem e devem ser feitos, mas a construção de um conceito de “fascismo de esquerda” apenas confunde as coisas e isso não é, na maior parte das vezes, por acaso.

Para concluir, é relevante recordar que Reinaldo Azevedo, Olavo de Carvalho e outros autores afins são especialistas em atacar o adversário com sarcasmo, insultos e todo tipo de agressão visando à intimidação, sendo, portanto, no mínimo irônico vê-los como defensores da mentalidade democrática. Eles não se tornam fascistas por causa disso, mas que sua defesa do pluralismo democrático é, na verdade, uma desculpa para agirem com a truculência antidemocrática compartilhada pelos fascistas, é um fato.



## A direita na TV: a propósito de um programa recente da Globo News

Publicado originalmente em *Revista Escrita da História*. Ano 1, n. 1: 50-62, 2014.

Ao ser convidado para colaborar nesse dossiê, pensei imediatamente na possibilidade de abordar a questão do “fascismo de esquerda”, construção intelectual da direita contemporânea totalmente sem sentido. No entanto, dado o fato que eu já escrevi algo a respeito recentemente (disponível nessa coletânea), considerei que seria mais conveniente iniciar outro debate, com o discurso da direita nacional contemporânea. O objetivo é demonstrar seus erros teóricos e factuais e desmontar a construção ideológica por ela criada, com objetivos políticos mais do que claros.

Nesse sentido, esse texto não dialogará com uma direita qualquer, mas com aquela de maior visibilidade, ou seja, a presente na grande mídia. Tal direita é muito mais perigosa e tem uma maior visibilidade que outras (como os neointegralistas, a TFP, etc.), ainda que, no meu modo de entender, ela não forneça nem de longe a real base programática dos que pretendem retornar ao poder.

Com efeito, quando e se o PSDB ou outro partido de oposição retornar ao comando do Estado, o que teremos, novamente, será uma ideologia privatista, próxima do modelo neoliberal e serão os intelectuais e políticos com essa perspectiva que comandarão os acontecimentos. A direita da grande mídia (Diogo Mainardi, Lobão, Reinaldo Azevedo, Luís Felipe Pondé, Rachel Sherazade e outros) é apenas a linha de frente, aqueles com a função de atacar os inimigos de forma escancarada, recebendo os golpes de volta e mantendo o clima de confronto. Numa escala intermediária, estão intelectuais com, em teoria, maior densidade (Marco Antônio Villa, Demétrio

Magnoli, etc.) e que exercem a função de darem uma base teórica, intelectual, para a luta e que comparecem como reforços da primeira. No entanto, em caso de sucesso da empreitada, eles também não teriam grandes espaços de poder.

Dessa forma, não creio que, num suposto governo de Aécio Neves, nós teríamos o risco de ter Lobão como ministro da Cultura, Rachel Sherazade como ministra da Justiça e Reinaldo Azevedo como o da Educação. Seria o velho grupo neoliberal (em suas divisões e contradições), tão bem representado nos cadernos de Economia dos grandes jornais, que daria as cartas e não os peões de linha de frente. As questões seriam bem mais simples, mas não menos importantes, como carga tributária, uso dos recursos estatais, políticas de distribuição de renda e outras.

Mesmo assim, como são justamente esses peões que têm uma imensa visibilidade construída pela mídia, identificar e discutir o seu discurso talvez seja de utilidade nessa luta cultural que está a ser travada.

Um diálogo pressupõe, contudo, um interlocutor preciso e o discurso dessa direita mediática não é cem por cento uniforme, apesar dos seus padrões gerais serem os mesmos. Ele também varia conforme as circunstâncias conjunturais. Por esse motivo, optei por escolher um objeto preciso de análise: o programa *Globo News Painel* apresentado no sábado, dia 28/12/2013.\* Nele, estavam presentes, além do apresentador, William Waack, o jornalista Reinaldo Azevedo, o filósofo Luís Felipe Pondé e o cientista político Bolívar Lamounier. O tema era a questão da direita e da esquerda no Brasil e que significaria ser de direita hoje. É a partir desse programa que construirei meu texto e meus argumentos.

Em primeiro lugar, foi desconcertante ver uma conversa de nível tão baixo, com debatedores que não sabiam bem o que estavam a falar e/ou repetindo chavões e o senso comum a respeito, sem argumentos mais elaborados. A única exceção parece ser a de Bolívar

---

\* Ver <http://www.youtube.com/watch?v=jspRDmkNhII>.

Lamounier, o qual já escreveu a respeito do conservadorismo no Brasil e sobre temas correlatos (Lamounier, 1990) e que teria condições, pois, de argumentar com mais densidade a respeito do assunto. Mesmo sendo ele um intelectual do PSDB, seu *background* acadêmico é diferenciado dos outros dois e isso pode explicar seu silêncio ou suas respostas vagas em várias partes do programa. Ele parecia se incomodar com algumas colocações vazias que surgiam em alguns momentos, mas, provavelmente porque atacar o PT e a esquerda em geral era o objetivo do programa e também do seu partido, ele entrou no jogo.

O fato de terem sido convidadas três pessoas com pensamento próximo, aliás, me parece uma prova definitiva de que o objetivo do programa não era o debate, mas a propaganda. Um debate plural, afinal, deveria abranger pelo menos uma pessoa com outra perspectiva, mas isso não foi feito, produzindo um resultado final quase monolítico. Não houve realmente um debate, mas uma conversa entre amigos, todos batendo na esquerda e, lá no fundo, no PT e na presidente Dilma, com objetivos eleitorais, como fazem os órgãos de imprensa para o qual todos ali trabalham.

Mas tentemos seguir com os argumentos centrais que apareceram no decorrer do programa e procuremos desconstruí-los, até para mostrar que eles estão equivocados tanto em termos teóricos como históricos.

O primeiro deles, que serve de alicerce para vários dos outros, é a redução da esquerda ao comunismo e à ditadura e da direita ao liberalismo democrático, esquecendo-se do fato de que há várias direitas e várias esquerdas e que o relacionamento delas com a questão da democracia é bem mais complexo do que as afirmações acima sugerem. O debate da esquerda e da direita é realmente algo que confunde a maioria das pessoas. Em primeiro lugar, porque os termos podem ter significados diversos. “Liberais” nos EUA representam a esquerda progressista. “Socialistas” podem significar a social-democracia marxista, a socialdemocracia reformista ou a primeira fase do comunismo dentro da teoria marxista-leninista. Tal confusão

surge tanto por causa do seu uso diferenciado em cada contexto como por puro e simples disfarce. Senão, por que, por exemplo, o “Partido Progressista” assim se chamaria quando se trata um agrupamento da direita mais retrógrada?

A própria existência de várias esquerdas e várias direitas convivendo ao mesmo tempo também provoca confusão, pois elas se aliam e disputam em todo momento. A direita liberal americana, por exemplo, adora a imigração, pois é mão de obra barata, enquanto a direita conservadora dos EUA abomina isso por mudar o panorama racial do país. Muitos neoliberais são ateus e odeiam a interferência religiosa na sociedade, enquanto os neocristãos querem ação maciça do Estado na sociedade para fazer o que consideram certo. A esquerda comunista quer a ação do Estado para destruir o capitalismo, enquanto a esquerda mais anarquista vê o Estado como opressor e o despreza. Isso permite até aproximações no mínimo curiosas, como quando anarquistas e neoliberais se aproximam, por exemplo, na defesa da posse de armas para se proteger do Estado.

Outro fator de confusão vem do fato de que as bandeiras da esquerda não são as mesmas desde 1789 – e nem as da direita. No início, qual era a fonte de conflito? A herança imediata da Revolução Francesa e a questão dos direitos políticos. A direita de então queria ou a volta ao mundo pré-1789 (caso dos católicos, monarquistas, nobres, etc.) ou que a nova ordem democrática ficasse restrita aos ricos (conservadores britânicos, por exemplo). A maior parte da esquerda, por sua vez, lutava pelo aumento do direito de voto, por mais representatividade, etc. Essa batalha foi sendo vencida pela esquerda e os direitos políticos foram ampliados, inclusive porque a direita conservadora percebeu que não manteria as rédeas do poder se a base de cidadãos não crescesse. Em 1914, o sufrágio universal, ao menos o masculino, era a regra no mundo ocidental.

Depois da chegada de doutrinas mais contestadoras, como o anarquismo e o marxismo, houve mudanças de panorama e surgiram, no campo da esquerda, socialistas, comunistas, anarquistas, sindicalistas-revolucionários e outros. A questão central passava a ser



como lidar com o nascente capitalismo. Reformá-lo, destruí-lo ou conservá-lo? A esquerda socialista considerava que era possível humanizar o capitalismo à espera do seu fim, enquanto os comunistas e anarquistas queriam a sua derrubada. O mesmo problema dividiu o campo da direita. A direita conservadora, por exemplo, não gostava das forças do capitalismo e achava perigosa a modernidade urbana, laica e industrial, no máximo tolerando-a, mas a direita liberal queria mais e mais capitalismo.

Nos anos entre as guerras mundiais, continuaram a existir pessoas da esquerda democrática (*Giustizia* e *Libertà*, socialistas europeus em geral) e uma direita democrática, liberal. A própria crise do período, contudo, levou o universo político à radicalização e os campos da direita ou da esquerda foram monopolizados pelas suas vertentes autoritária (ditaduras de direita ou esquerda) e pela quase totalitária, na URSS e na Alemanha.

Durante a Guerra Fria, dada a disputa entre EUA e URSS, a dicotomia esquerda/direita foi marcada pela oposição democracia/ditadura e capitalismo/comunismo. Já no período atual, a dicotomia foi recomposta em novos termos e a questão central passou a ser como lidar com o capitalismo vencedor, seja proclamando as virtudes do mercado, seja defendendo o papel do Estado como promotor de justiça social e disciplinador daquele.

Importante ressaltar que, apesar de sempre haver, numa determinada época, uma questão ou problema chave que serve de divisor entre esquerda e direita, tal fato nunca foi capaz de tornar uniforme nenhum dos campos. Hoje, por exemplo, a questão de mercado versus Estado é a chave da dicotomia, o que não implica que não existam direitas antimercado – fascistas ou conservadoras – ou esquerdas comunistas, anarquistas e outras que continuam a debater e a desejar o fim do capitalismo. A questão é que, conforme a época e o lugar, certos temas se tornam particularmente dominantes no debate entre os dois campos, mas não eliminando nunca a sua diversidade interna.

Conflitos internos no campo da direita e da esquerda, portanto, eram e são comuns, tanto sobre como responder ao problema

dominante num dado período como para tentar fugir dele. O interessante é que, nas horas decisivas, o padrão contínuo, histórica e empiricamente comprovado, é que a direita se articule de um lado e a esquerda de outro. A Guerra Civil Espanhola é um ótimo exemplo. De um lado, carlistas, falangistas, Igreja e Exército, todos com projetos distintos, mas unidos contra a República. Do outro lado, anarquistas, socialistas, comunistas e republicanos, também com propostas diferentes, mas unidos – ao menos até certo ponto – contra a insurreição. Apenas quando o campo franquista venceu é que começaram os conflitos internos que levaram à formação da ditadura franquista, mais conservadora do que fascista ou reacionária.

Outros exemplos desse padrão poderiam ser, por exemplo, as ditaduras instaladas no Brasil em 1937 e 1964, as quais foram apoiadas pelo campo da direita como um todo. Depois da vitória, contudo, começaram as disputas e acomodações dentro da direita, até uma proposta (a modernização conservadora dos militares) vencer e absorver e/ou anular as outras.

Em resumo, se não ficar claro que existem várias direitas e várias esquerdas e que elas tanto se aliam e se compõem como disputam e entram em conflito, fica muito difícil entender a história política ocidental desde 1789.

Há, contudo, um fio condutor que perpassa os séculos e que permite reunir a experiência dos dois campos em blocos comuns. A direita, em geral, considera a desigualdade entre os homens um ponto positivo, algo a se manter e aperfeiçoar. Já a esquerda defende a maior igualdade possível entre os homens e luta nessa direção. Mas que igualdade? Depende do período e dos atores envolvidos.

No início do século XIX, como visto, o conflito era pela igualdade política e jurídica, entre os que acreditavam que apenas os mais bem dotados (especialmente em termos financeiros), deviam ser cidadãos e os que queriam a ampliação desse direito. No século XX, a questão central era a igualdade econômica, cujo debate se dava basicamente em como lidar com o capitalismo, sendo que, no período entre as duas guerras mundiais, a própria democracia foi considera-

da, pela maioria dos participantes, problema menor. Hoje, do mesmo modo, o campo se divide centralmente entre os que acreditam que o mercado capitalista deve regular a totalidade da vida, produzindo e reforçando uma desigualdade que seria até positiva e os que pensam que o Estado deve intervir para garantir, no mínimo, um ponto de partida mínimo (saúde, educação, etc.) para os participantes nesse mercado. Igualdade e desigualdade acabam dando o tom, sempre.

A democracia e a ditadura (ou a liberdade e a autoridade) formam uma dicotomia que se cruza com a existente entre direita e esquerda, mas sem se misturar. No decorrer da História, houve direitas e esquerdas democráticas e não democráticas. Querer identificar a direita com a democracia e a esquerda com a perspectiva ditatorial é um erro, mas repetido sem parar no programa porque era muito interessante, já que permitia ataques à tradição de esquerda sem interrupção.

A base teórica da minha análise é o livro de Norberto Bobbio (Bobbio, 1995),\* o qual, apesar de problemas pontuais, oferece uma visão ponderada e ampla da questão. Não espanta que, no decorrer do programa, Reinaldo Azevedo tenha comentado o desserviço que esse livro prestou à causa da direita. Realmente, o livro desmascara o jogo ideológico que a direita tenta produzir. Com a visão de Bobbio em mente, os argumentos da direita sobre a sua essência democrática e a inevitável ditadura totalitária que surge de *qualquer* projeto de esquerda entram em colapso.

Bobbio incomoda tanto que Reinaldo Azevedo tentou argumentar que ele estava errado e que a direita quer sim justiça social, mas com democracia e a defesa das instituições, ao contrário da esquerda, que visaria à ditadura para, em teoria, consegui-la. Tal hipótese é de difícil confirmação. A direita sempre lutou contra a igualdade,

---

\* Ver também, por exemplo, Anthony Giddens (1996), o qual, apesar de apresentar propostas que, em teoria, superariam a dicotomia, acaba por concordar com boa parte das reflexões de Bobbio sobre a mesma.

apenas aceitando os avanços nessa direção quando inevitáveis e/ou manipulando tais avanços em seu benefício. Bobbio, aliás, não fala de justiça social, mas de direitos de igualdade, o que é bem mais amplo.

Nesse ponto, a propósito, é curioso como os debatedores fizeram críticas à diferenciação que parte da esquerda faz entre o pensamento marxista e o “marxismo realmente existente”, de forma a separar a tradição marxista das experiências da URSS, da China, etc. Isso é realmente um equívoco, pois, se é verdade que cabem ressalvas à forma como a tradição marxista foi aplicada nesses locais, a ligação entre teoria e prática é real. Não se pode validar o marxismo apenas como teoria ou apenas como aplicação prática nesses e em outros locais, mas ambos os pontos têm que ser levados em conta. A crítica é verdadeira.

O mesmo pode e deve ser feito, contudo, no tocante ao pensamento liberal e de direita em geral. Em quais realidades a direita realmente lutou pela redução das desigualdades, seja quais forem, a não ser de forma instrumental? Posso imaginar cenários nos quais o modelo neoliberal, por exemplo, acelerou o crescimento econômico e isso permitiu que as migalhas do bolo fossem maiores para o coletivo, mas a redução das desigualdades nunca esteve nos objetivos da direita, a não ser, como afirmado, de forma instrumental ou como efeito indireto.

Ainda nesse esforço, Azevedo afirma que as diferenças entre as esquerdas são apenas de grau. Todas, ao final, querem construir uma utopia via Estado, partido e ditadura, variando apenas o quanto elas estariam dispostas a ir num dado momento. Já na direita, haveria uma diferença crucial, de essência, pois a direita democrática e liberal lutaria sempre pela democracia e pelo mercado livre, enquanto a direita fascista não. Temos um avanço aqui, pois ele reconhece que o fascismo é de direita, tópico ao qual já voltaremos. Mesmo assim, ele completa seu raciocínio afirmando que, dado o seu ódio pela democracia, o fascismo, no final, estaria mais perto da esquerda do que da direita. Se a direita fosse sempre democrática, isso faria sentido.

Novamente, o problema é que, historicamente, essa hipótese não se sustenta.

São realmente curiosos, aliás, os malabarismos que os debatedores tiveram que fazer para adaptar a realidade aos seus pressupostos. Quando se abordou a socialdemocracia europeia, por exemplo, e viu-se que era impossível dizer que ela defendia a ditadura do proletariado, correu-se a explicar que essa socialdemocracia era reformista, oriunda da Segunda Internacional, enquanto a esquerda brasileira teria sua origem na Terceira, revolucionária. Na verdade, a socialdemocracia europeia só se afastou realmente do marxismo depois da Segunda Guerra Mundial e mesmo na sua face mais reformista e moderada, como hoje, ela ainda está dentro do campo da esquerda, defendendo ao menos reformas pontuais para que o capitalismo seja menos injusto.

Outro malabarismo discursivo apareceu quando eles começaram a mencionar que a direita sempre confia no Mercado e no Estado mínimo, enquanto a esquerda no Estado. Novamente, uma visão reducionista, pois nem mesmo os neoliberais acreditam realmente no Estado mínimo, a não ser como discurso. A questão é que eles têm outros fins para os recursos estatais, normalmente para reforçar o poder e a riqueza dos que já as têm. E outros ramos da direita nunca tiveram problemas em projetar no Estado aquele que serviria para remodelar a sociedade na direção que eles consideravam correta, seja uma católica, seja uma purgada dos riscos da modernidade ou da própria esquerda. Em última instância, talvez seja possível dizer que a esquerda sempre acreditou no poder do Estado e da política para mudar o mundo, enquanto a direita, dentro das suas variações, acredita tanto no Estado como nas forças de mercado para seus fins.

De qualquer modo, essa visão de que a esquerda, o povo, tem o vírus da ditadura em si é antiga, vindo desde os clássicos do século XVIII ou XIX, como Tocqueville, De Maistre, Burke, etc. e é remontada e recuperada em todo momento, dada a sua utilidade política. No DNA da esquerda, estariam o populismo, o bolivarismo,

o socialismo e todo o mal e apenas sendo de direita se defenderia a liberdade, seja ela qual for.

Novamente, o problema é que todo conceito requer o mínimo de prova de realidade e, testada historicamente, essa ideia não se sustenta. Imaginemos que essa hipótese de Reinaldo Azevedo seja verdadeira e a testemos nas ditaduras militares na América Latina nos anos 1960 e 1970. Então, o regime do Pinochet (ultraliberal na economia, mas uma ditadura cruel) era de esquerda, já que antidemocrático? O mesmo poderia ser dito das ditaduras no Brasil ou na Argentina?

A hipótese só funcionará se aceitarmos a premissa de que a direita só se torna ditatorial em defesa da liberdade, de forma a impedir a verdadeira ameaça, a da esquerda. É o que se propõe quando se diz, por exemplo, que o golpe de 1964 foi feito para impedir uma ditadura comunista no Brasil. O problema é que não há indícios empíricos de um projeto comunista nesse sentido\* e o simples fato de os militares terem ficado duas décadas no poder (com apoio de todo o espectro político da direita, que já proclamava o golpe muito antes de 1964) inviabiliza a ideia de que foi algo preventivo ou temporário.

Na questão da ditadura brasileira, aliás, o programa foi especialmente interessante. Eles comentaram como vários antigos combatentes contra a ditadura são hoje louvados como paladinos da liberdade quando, na verdade, queriam era instalar uma ditadura do proletariado no país. Em alguns casos, isso está correto, mas não para todos. Fora isso, eles fugiram do tema da ditadura todo o tempo. Pondé a resumiu como “canalhice”, enquanto os outros apenas a criticaram levemente. Parece-me que eles ainda não estão dispostos a assumir a herança do regime de 1964-1985 (ao contrário de outros grupos, como neointegralistas, nostálgicos militares, etc.), pois isso

---

\* Claro que essa afirmação não implica desconsiderar o papel da esquerda e do Partido Comunista nos acontecimentos que levaram a 1964, como se eles tivessem sido totalmente passivos, e nem implica que toda e qualquer revisão feita pela historiografia seja inexata, pelo contrário. O que não há são indícios concretos de um plano comunista para tomar o poder e que tenha sido efetivamente colocado em prática.

inviabilizaria o seu discurso democrático e liberal. As ideias de Marco Antônio Villa sobre a “ditabranda” ou sobre como a ditadura só durou de 1968 a 1979 (Villa, 2014), contudo, talvez indiquem que essa fronteira começou a ser ultrapassada.

Mesmo com suas falhas evidentes, fica claro o efeito potencialmente forte, em termos políticos, da argumentação de Azevedo e de outros como ele e porque tais teses são repetidas a exaustão. Se todo direitista é liberal, democrata e toda pessoa de esquerda é bolivariana, comunista e inimiga da liberdade e se a liberdade (mesmo que seja a permitida pela democracia burguesa) é um valor a ser defendido – o que é verdade – quem poderia ser de esquerda a não ser os patologicamente maus?

Levando esse raciocínio ao limite, há outras possibilidades de destruir o legado da esquerda. Classificar o fascismo e, especialmente, o nazismo como de esquerda é uma delas. Não vou entrar em detalhes sobre tal temática aqui, pois já a abordei, como indicado no início do texto, em outra ocasião, mas, com os ensinamentos de Bobbio à mente, fica claro como o nazismo e o comunismo da URSS de Stalin não são iguais. São equivalentes no ódio ao liberalismo, à ideia de democracia e do mercado livre conduzindo tudo. Mas o primeiro mantém o capitalismo e outro o destrói. Um leva as tradições de direita tão ao limite que alguns grupos e povos foram considerados tão desiguais e inferiores que foram desprovidos até do direito de viver. Outro leva a tradição da esquerda ao limite, querendo promover a igualdade, ao menos em teoria, pela força bruta e pela eliminação física de quem se opuser. Um liberal-democrata não é um nazista e um socialdemocrata não é um stalinista, mas todos pertencem a famílias próprias e isso tem que ser lembrado.

Outro ponto que eles ressaltaram a exaustão no “debate” foi o velho argumento do marxismo cultural ou como a esquerda já teria estabelecido uma “hegemonia gramsciana” na sociedade. A mídia, a Academia e outros aparatos culturais estariam dominados pela esquerda e a direita não tem tanto espaço nesses ambientes por causa desse domínio.

Isso é paranoia, ficando a dúvida, apenas, se eles acreditam mesmo nisso ou usam o argumento para ganhos políticos. Gramsci realmente comentou que, na impossibilidade de uma conquista do poder pela força ou para facilitar essa conquista, um partido revolucionário deveria tentar estabelecer uma hegemonia cultural dentro da sociedade. Muitos intelectuais de esquerda pensaram e pensam assim. Tentaram criar espaços próprios para seu grupo político na Academia, por exemplo, inclusive com métodos ilegais, como concursos públicos fraudados, favorecimentos, etc. A direita, na verdade, faz o mesmo em muitos locais, mas isso não invalida a afirmação de que havia e há intelectuais de esquerda que acreditam nisso.

Daí a dizer, contudo, que o plano deu certo vai uma longa distância. Na Academia, talvez possamos afirmar que a esquerda (não necessariamente a gramsciana) sempre tenha tido mais força depois de 1945, mas o motivo não é obrigatoriamente um projeto de poder. Num país tão desigual e atrasado como o Brasil, o fato de a maioria dos pensadores serem de esquerda talvez seja um fato quase inevitável.

Quanto ao domínio da esquerda na mídia, afirmar isso seria cômico se não fosse trágico. Com as poucas exceções de praxe, a mídia brasileira é dominada pela direita, nas suas várias denominações. A direita liberal domina o pensamento nos cadernos de Economia, enquanto a direita conservadora (sempre lutando para a manutenção das tradições nacionais, como a desigualdade obscena, a criminalização de qualquer luta social, etc.) domina os programas e cadernos de polícia, política, etc. Se a esquerda domina mesmo a mídia nacional, ela o faz com um disfarce tão perfeito que fica difícil encontrá-la.

Na verdade, a direita nacional está muito bem representada no país. Partidos de direita estão atuando abertamente, com toda a força e representatividade. O pensamento da direita (ou das direitas) está presente com força na mídia, na sociedade em geral e, cada vez mais, nas Universidades. O que não temos é uma direita assumida, mas essa “discrição” não tem nada a ver com o marxismo cultural,



mas com os efeitos residuais do apoio maciço da direita nacional à ditadura militar. Essa associação é ainda complicada e é muito mais simples exercer uma prática política de direita sem se assumir como tal do que pagar o ônus.

Ao final do programa, outros artifícios discursivos tradicionais da atual direita também foram esgrimidos, como quando Lamounier e Waack começaram a dizer que a dicotomia direita e esquerda não tem mais sentido, como nunca teria tido, aliás, no Brasil. Em terras tupiniquins, a única coisa que realmente importaria seria a luta entre o liberalismo democrático e o antiliberalismo coletivista, estatal, com tendências totalitárias, etc. Novamente, compara-se o pior da tradição de esquerda com o melhor que a direita tem a oferecer, com a conclusão óbvia de que o liberalismo é a única saída frente aos riscos do chavismo, do populismo e do bolchevismo. Votemos no PSDB e salvemos o país parece ter sido a mensagem planejada, o *gran finale* desejado pelos organizadores do programa.

No entanto, os comentários finais de Pondé acabaram por deixar esse final ainda mais hilário. Ele comentou como as pessoas de direita seriam mais preparadas intelectualmente e estudariam mais, pois não queriam ficar na bíblia marxista. Além disso, a esquerda seria desrespeitosa, agressiva e fugiria do debate, enquanto a direita não. Tais comentários só podem levar ao riso. Em primeiro lugar, porque o debate que eles fizeram foi, como já indicado, um entre pares. E, em segundo, porque a maioria dos ditos intelectuais da atual direita midiática é extremamente vazia, se limitando a repetir trechos de Mises, Hayek ou Olavo de Carvalho como se fossem textos doutrinários, à prova de falhas. Realmente hilário, pois a maioria deles é vazia e segue os livrinhos do Mises e do Hayek (ou a revista *Veja*) com a mesma devoção cega dos velhos marxistas frente a Marx.

No campo da esquerda, há pessoas dogmáticas, que seguem os textos marxistas (ou de qualquer outro filósofo da moda) de uma forma religiosa, acrítica e que agem com truculência contra o outro? É evidente que sim. No entanto, no campo da redução da realidade à

fantasia e no uso da truculência, da intimidação verbal e escrita, a esquerda atual ainda é amadora.

O que vemos, portanto, é que há efetivamente uma batalha pela hegemonia cultural, nos termos gramscianos, acontecendo. Contudo, os que têm se revelado muito mais hábeis em utilizar a desinformação, a violência escrita e verbal e o poder da mídia a seu favor têm sido, sem dúvida, a direita, especialmente essa direita midiática que comentamos aqui e seus associados nas redes sociais e em outros espaços.

Sabemos da força e da importância da cultura e da mídia para gerar consensos e manter/modificar opiniões, preconceitos e sentimentos. Sabemos também, contudo, que essa força nunca é absoluta, como se a mente das pessoas pudesse sofrer lavagem cerebral por meio de programas de TV, revistas, livros, Internet, etc. As grandes perguntas para os próximos anos são se a direita vencerá efetivamente, como parece estar vencendo, a batalha cultural e se essa vitória será capaz de mudar a percepção da realidade objetiva – de melhoras pequenas, mas reais, da qualidade de vida – do grosso da população.

## Considerações finais

Uma coletânea, até certo ponto, não passa da soma das suas partes, e a principal vantagem para o seu potencial leitor é a praticidade, pois são trazidos para o mesmo espaço capítulos, artigos e outros livros dispersos por várias publicações ou no mundo digital. O leitor é beneficiado, assim, em primeiro lugar, pela simples disponibilidade facilitada de material disperso e nem sempre de fácil localização.

Uma boa coletânea, contudo, deve ter outras características. Ela deve ter uma uniformidade temática e teórica mínimas, de forma a evitar que seja simplesmente uma colagem de textos sem conexão, agrupados única e simplesmente para formar o volume necessário para a reunião em livro. Nesse sentido, ela pode e deve ser maior que a soma das suas partes.

No presente trabalho, o esforço para atingir esses objetivos foi contínuo. Isso tanto no plano mais formal – unificando a bibliografia, por exemplo – como no estilístico. Como indicado na introdução, o único ponto em que decidi não interferir frente aos textos originais foi na eliminação de algumas repetições entre alguns artigos, pois isso dificultaria a possibilidade da sua leitura isolada, o que não me parece conveniente.

Mais importante é que a leitura sistemática dos vários textos forma um conjunto que, a meu ver, se sustenta e está diretamente relacionado ao momento atual da produção histórica relacionada ao movimento integralista. Isso especialmente no tocante à expansão temporal e temática dos seus estudos e aos problemas que esse expandir-se da produção acabou por trazer aos pesquisadores, especialmente no campo das fontes e da memória.

A produção histórica sobre o Integralismo ampliou-se enormemente, com efeito, nos últimos anos e isso acabou por levar à necessidade de publicação tanto de instrumentos de pesquisa capazes de

facilitar o trabalho dos iniciantes (Bertonha, 2010) como de balanços historiográficos que atendessem a mesma função (Bertonha, 2014). Não espanta, assim, que, aos pesquisadores “veteranos”, tenha se tornado uma quase obrigação a produção de artigos e capítulos e/ou a exploração de outros espaços disponíveis (como prefácios ou apresentações) para apresentar e discutir uma produção histórica que só cresce. Trinta anos atrás, esse tipo de exercício seria inútil ou impossível, mas, nos dias de hoje, se torna uma necessidade.

A força da produção histórica relacionada ao tema também está nos levando a problemas outros. Um deles é como lidar com a memória construída pelos militantes do movimento e/ou seus herdeiros. Por anos, essa memória (ou memórias, já que nunca houve uma completamente dominante) era quase canônica, sendo “desafiada” apenas por alguns poucos sociólogos ou cientistas políticos, especialmente nos anos 1970. À medida, contudo, que os historiadores produziam mais e mais conhecimento histórico sobre o Integralismo, os conflitos com essas memórias foram se intensificando e a problemática de como lidar com elas acabou por se tornar imperativo.

Do mesmo modo, a própria força da produção histórica está levando a um esgotamento das fontes disponíveis. Tal esgotamento é claramente relativo, já que novos documentos estão continuamente a serem redescobertos e os historiadores estão sempre alterando suas perguntas aos já disponíveis. Mesmo assim, algumas fontes (como os arquivos policiais, os documentos privados de Plínio Salgado ou os livros publicados por ele, Gustavo Barroso e outros) já receberam bastante atenção e, até para podermos continuar a utilizá-los, mais reflexões metodológicas sobre a sua produção e sobrevivência se tornam imperativas.

Por fim, a temática do Integralismo claramente rompeu seus limites clássicos (1932-1939) e está avançando para o período posterior, abarcando a época do PRP, a atuação integralista durante o regime militar e os remanescentes do Integralismo no momento atual. Um esforço mais do que recompensador, pois nos permite colocar a própria experiência do Integralismo dentro de um contexto maior.

Não obstante, está na hora, talvez, de também nos dedicarmos com mais afinco à genealogia do Integralismo e, através de comparações e estudos globais, entendermos melhor a sua formação e a sua inserção dentro do conjunto maior da direita radical e da direita brasileiras (e mundiais) no século XX.

A presente coletânea, ao trabalhar com aspectos da historiografia produzida a respeito do Integralismo, sua memória, suas fontes e sua inserção num contexto temporal mais amplo, dialoga, portanto, com a mais recente produção histórica relacionada ao tema. Ao fazê-lo, ela se pretende, além disso, ser mais do que a soma das suas partes integrantes, formando um conjunto capaz de não apenas exercer esse diálogo com essa nova produção, mas também de influenciar e refletir sobre os seus novos rumos.



## Bibliografia citada

- Albuquerque, Arci Tenório de. *Integralismo, Nazismo e Fascismo: estudos comparativos*. Rio de Janeiro: Minerva, 1937.
- Ameida, Paulo Roberto. “Brasileiros na Guerra Civil Espanhola: combatentes na luta contra o fascismo”. *Revista de Sociologia e Política*. 12: 35-66, 1999.
- Amorim, Fábio Lima. “O Integralismo em Pesqueira (1934-1938).” Dissertação de Mestrado (História), Universidade Federal de Pernambuco, 2002.
- Araújo, Ricardo Benzaquem de. *Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- Arendt, Hannah. *Origens do Totalitarismo. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- Artières, Philippe. “Arquivar a própria vida”. *Estudos Históricos*. 21, 1: 9-34, 1998.
- Athaides, Rafael. *O Partido Nazista no Paraná (1933-1942)*. Maringá: Eduem, 2011
- Barbosa, Jefferson Rodrigues. *Integralismo e ideologia autocrática chauvinista regressiva: crítica os herdeiros do sigma*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), UNESP, 2012.
- Barroso, Gustavo. *O Integralismo em marcha*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.
- \_\_\_\_\_. *Brasil. Colônia de Banqueiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.
- \_\_\_\_\_. *História militar do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- \_\_\_\_\_. *O Quarto Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935a.
- \_\_\_\_\_. *A palavra e o pensamento integralista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935b.
- \_\_\_\_\_. *O Integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.
- \_\_\_\_\_. *O que o integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936b.

- \_\_\_\_\_. Os Protocolos dos sábios de Sião, 1936b.
- \_\_\_\_\_. *Integralismo e Catolicismo*. Rio de Janeiro: ABC, 1937.
- \_\_\_\_\_. *Integralismo, Fascismo, Nazismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937a.
- \_\_\_\_\_. *Reflexões de um bode*. Rio de Janeiro: Gráfica Educadora Limitada, 1937b.
- \_\_\_\_\_. *Roosevelt es Judío*. Buenos Aires: La Mazorca, 1938.
- Bertonha, João Fabio. Sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945. São Paulo: Annablume, 1999.
- \_\_\_\_\_. O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- \_\_\_\_\_. “Entre Mussolini e Plínio Salgado: o fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil.” *Revista Brasileira de História*, 21, 40: 85-105, 2001a
- \_\_\_\_\_. “Integralistas e pesquisadores do Integralismo: o embate entre História e Memória” In DOTTA, Renato Alencar et al. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004, p. 155-166.
- \_\_\_\_\_. Sobre a direita – estudos sobre o fascismo, o nazismo e o Integralismo. Maringá: Eduem, 2008.
- \_\_\_\_\_. Bibliografia orientativa sobre o Integralismo (1932-2007). Jaboticabal: Funep (Unesp), 2010.
- \_\_\_\_\_. Plínio Salgado, o Integralismo brasileiro e as suas relações com Portugal (1932-1975). *Análise Social*. 198, 46: 65-87, 2011.
- \_\_\_\_\_. Integralismo: Problemas, perspectivas e questões historiográficas. Maringá: Eduem, 2014.
- \_\_\_\_\_. e Possas, Lídia. “Plínio Salgado: meu pai (resenha da obra de Maria Amélia Salgado Loureiro)”. *Tempo*. 8, 16: 207-211, 2004.
- Bobbio, Norberto. Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- Broxson, Elmer. “Plinio Salgado and the Brazilian Integralism, 1932-1938.” Tese de Doutorado (História). The Catholic University of America, 1972.
- Caldeira Neto, Odilon. “Breves reflexões sobre o uso da Internet em pesquisas historiográficas”. *Boletim tempo presente (UFRJ)*, v.



- 20, p. 01-10, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Integralismo, neointegralismo e antisemitismo. Maringá: Eduem, 2013.
- Calil, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós Guerra – A Formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: Edicpuers, 2001.
- \_\_\_\_\_. “O Integralismo e o poder: entre a insurreição e a constitucionalização.” In Félix, Loiba Othero. *Rio Grande do Sul: 200 Anos*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2002.
- \_\_\_\_\_. “O Integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa.” Tese de Doutorado (História), Universidade Federal Fluminense, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Os integralistas e o golpe de 1964.” *História e Luta de Classes*, 1: 55-76, 2005a.
- \_\_\_\_\_. “1955: a Campanha de Plínio Salgado à presidência.” In Silva, Giselda Brito. *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: Editora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2007, p. 237-265.
- Carneiro, Márcia. *Família integralista: do lar à nação. Memórias de uma militante*. Monografia de graduação (História), Universidade Federal Fluminense, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Memória e Integralismo: um estudo da militância no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado (História), Universidade Federal Fluminense, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Do Sigma ao Sigma – entre a Anta, a Águia, o Leão e o Galo – a construção de memórias integralistas.”. Tese de Doutorado (História), Universidade Federal Fluminense, 2007.
- Carone, Edgar. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1974.
- Carvalho, José Murilo de. *A Construção da Ordem – A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- Cavaliari, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932-1937)*. Bauru: Edusp, 1999.
- Chasin, José. *O Integralismo de Plínio Salgado – Forma de regressividade no capitalismo hiper tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978
- Christofoletti, Rodrigo. “A face intelectualizada do “Novo Verde”: a Enciclopédia do Integralismo como suporte de auto-afirmação democrática.” *Dimensões*, n.13 (2001): 187-195.

- \_\_\_\_\_. “Galinha Verde ou Fênix? Simbologia e intelectualidade integralista num projeto de celebração: o caso da Enciclopédia do Integralismo (1957-1964).” *Memória e Vida Social – História e Cultura Política*. 1, 1, pp. 136-148, 2001.
- \_\_\_\_\_. “As celebrações dos 25 anos do Integralismo e o caso da Enciclopédia do Integralismo” Dissertação de Mestrado (História), Universidade Estadual Paulista, 2002.
- Cohen, Ilka. “Para onde vamos? Alternativas políticas no Brasil (1930-1937).” Tese de Doutorado (História), Universidade de São Paulo, 1997.
- Conniff, Michael L. “Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30.” In Figueiredo, Eurico de Lima. *Os militares e a Revolução de 1930*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 131-162.
- Constantino, Rodrigo. “A ameaça fascista”. *O Globo*, 19/2/2013.
- Cordeiro Júnior, Raimundo Barroso. “A Legião do Trabalho: política e imaginário no Integralismo cearense, 1931-1937.” Dissertação de Mestrado (Sociologia), Universidade Federal do Ceará, 1992.
- Costa, Regina Helena Moreira Riani. “O Fundo Plínio Salgado em Rio Claro” In Dotta, Renato Alencar et alii. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo Municipal de Rio Claro, 2004, p. 7-9.
- Coutinho, Amélia. “Gustavo Barroso.” In Abreu, Alzira Alves de. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, p. 573-576.
- Cruz, Natália dos Reis. “Negando a História: a Editora Revisão e o neonazismo.” Dissertação de Mestrado (História), Universidade Federal Fluminense, 1997.
- \_\_\_\_\_. “O Integralismo e a questão racial. A intolerância como princípio.” Tese de Doutorado (História), Universidade Federal Fluminense, 2004.
- Cytrynowicz, Roney. “Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930.” Dissertação de Mestrado (História), Universidade de São Paulo, 1992.
- \_\_\_\_\_. “A América e o antissemitismo na visão integralista de Gustavo Barroso e de Plínio Salgado.” In Novinsky, Anita; Kuperman, Diane. *Ibéria judaica: Roteiros da Memória*, 515-525. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Editorial/Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

- David, Maurício Dias. Fascismo e ditaduras militares na América Latina. *Encontros com a Civilização Brasileira*, 8: 149-162, 1979.
- Delgado, Lorenzo Delgado. Diplomacia Franquista y política cultural hacia Iberoamérica, 1939-1953. Madrid, CSIC, 1988.
- \_\_\_\_\_. Imperio de papel: acción cultural y política exterior durante el primer franquismo. Madrid, CSIC, 1992.
- Deutsch, Sandra Mcgee. "What Difference Does Gender Make? The Extreme Right in the ABC Countries in the Era of Fascism." *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe* 8, 2 (1997).
- \_\_\_\_\_. Las Derechas – The Extreme Right in Argentina, Brazil and Chile, 1890-1939. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- \_\_\_\_\_. "Spartan Mothers: Fascist Women in Brazil in the 1930s." In Bacchetta, Paola; Power, Margaret. *Right-Wing Women*. New York: Routledge, 2002, p. 155-167.
- \_\_\_\_\_. "Christians, Homemakers and Transgressors. Extreme Right-Wing in Twentieth-Century Brazil." *Journal of Women's History* 16, 3 (2004): 124-137.
- Dietrich, Ana Maria. *Caça às Suásticas, O Partido Nazista em São Paulo*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2007.
- Dobson, Willian. Dictators learning curve. Inside the Global Battle for democracy. New York: Doubleday, 2012
- Dórea, Gumercindo Rocha (org.). *Manifesto de outubro de 1932*. São Paulo: Voz do Oeste, 1982.
- Dotta, Renato Alencar et alii. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo Municipal de Rio Claro, 2004.
- Dotta, Renato Alencar. "O Integralismo e os trabalhadores – as relações entre a AIB, os sindicatos e os trabalhadores através do jornal Acção (1936-1938)." Dissertação de Mestrado (História), Universidade de São Paulo, 2003.
- \_\_\_\_\_. "O trabalhador no discurso integralista." In Dotta, Renato Alencar et alii. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*, 69-88. Rio Claro: Arquivo Municipal de Rio Claro, 2004.
- \_\_\_\_\_. "A imprensa integralista de São Paulo e os trabalhadores urbanos (1932-1938)." In Silva, Giselda Brito. *Estudos do Integralismo no Brasil*, 163-182. Recife: Editora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2007.

- Dreifuss, René. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_. *O Jogo da Direita*. São Paulo: Vozes, 1986.
- Drummond, José Augusto. O movimento tenentista: a intervenção política dos jovens oficiais (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- Dumont, L. Homo hierarchicus. Il sistema delle caste e le sue implicazioni. Milano: Adelphi, 1991.
- Falcoff, Mark; Pike, Fredrik (Eds.). *The Spanish Civil War 1936-39. American Hemispheric Perspectives*. Lincoln & London, University of Nebraska Press, 1982.
- Flynn, Peter. “A Legião Revolucionária e a Revolução De 30.” In Figueiredo, Eurico de Lima. *Os militares e a Revolução de 1930*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 79-130.
- Fraga, Gerson Wassen. *Branco e Vermelho: A Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)*. 132f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- Fraiz, Priscila. “A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema”. *Estudos Históricos*. 21, 1: 58-87, 1998.
- Fukuyama, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- Gertz, René. “O Integralismo na zona colonial alemã.” In Dacanal, José H. *Rio Grande do Sul: imigração e colonização, 195-233*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- \_\_\_\_\_. “O Integralismo em Santa Catarina.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 5: 16-28, 1984.
- \_\_\_\_\_. *O Fascismo no sul do Brasil – Germanismo, Nazismo e Integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- Giddens, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- Goês, Maria da Conceição Pinto. 1933: a imprensa brasileira ante o Fascismo. A tomada do poder na Alemanha. Rio de Janeiro: Instituto Goethe, 1983.
- Goldberg, Jonah. *Fascismo de esquerda – A História secreta do esquerdismo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

- González Calleja, Eduardo. “?Populismo o captación de elites? Luces y sombras en la estrategia del Servicio Exterior de Falange Española”. In Junco, José Alvarez; Leandri, Ricardo González, *El Populismo en España y América*. Madrid: Catriel, p. 61-90, 1994.
- \_\_\_\_\_. El servicio exterior de Falange y la política exterior del primer franquismo: consideraciones previas para su investigación. *Hispania*. Espanha, 186: 279-307, 1994a.
- \_\_\_\_\_. Nevado, Fredes Limon. La Hispanidad como instrumento de combate. Raza e Império en la prensa franquista durante la Guerra Civil española. Madrid: CSIC, 1988.
- Grant, Emma. “Feminism in Fascism: A Study of Brazil’s Integralist Movement.” Senior Honor Thesis, Connecticut College, 1996.
- Guiddens, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- Heymann, Luciana Quillet. “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller”. *Estudos Históricos*, 19, 1: 41-66, 1997.
- Hilton, Stanley. “Ação Integralista Brasileira: o Fascismo no Brasil, 1932-1938.” In *O Brasil e a Crise Internacional, 1930-1945*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 23-57.
- \_\_\_\_\_. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- Janotti, Maria de Lourdes. *Os Subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- Jesus, Carlos Gustavo Nóbrega de. Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- \_\_\_\_\_. “Revisão Editora e o Integralismo: antissemitismo como estratégia de discurso”. In: Silva, Giselda Brito; Gonçalves, Leandro; Parada, Maurício B. Alvarez, *Histórias da política autoritária: integralismos, nacional-sindicalismo, nazismo, fascismos*. Recife: Editora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010, p. 199-218.
- Klein, Marcus. *Our Brazil Will Awake! The Ação Integralista Brasileira and the failed quest for a Fascist order in the 1930s*. Amsterdã: Centre for Latin American Research and Documentation, 2004.

- Lamounier, Bolívar. “Formação de um pensamento autoritário na Primeira República. Uma Interpretação” in FAUSTO, Bóris (org.). *História geral da civilização brasileira*. t. iii, v. ii. Rio de Janeiro, Editora Bertrand do Brasil, 1990.
- Lesser, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica – Imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- Lima, Délcio Monteiro de. *Os Senhores da Direita*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1980.
- Lima, Raimundo de. “A ascensão do irracional”. *Espaço Acadêmico*, 6, novembro/2001.
- \_\_\_\_\_. “A invasão anglo-americana e o nazi-fascismo: algumas semelhanças”. *Espaço Acadêmico*, 23, abril/2003.
- \_\_\_\_\_. “A Onda e o irracionalismo dos grupos – Comentário sobre o filme A Onda”. *Espaço Acadêmico*, 65, outubro/2006.
- \_\_\_\_\_. “As ‘Chávez’ do protofascismo”. *Espaço Acadêmico*, 79, dezembro/2007.
- \_\_\_\_\_. “Existe ‘fascismo de esquerda?’” *Espaço Acadêmico*, 113: 69-81, fevereiro/2013.
- Linz, Juan. “Regimes autoritários” In Pinheiro, Paulo Sérgio. *O Estado Autoritário e os movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- Lustosa, Oscar de Figueiredo. “A igreja e o Integralismo no Brasil— 1932-1939, notas e indicações”. *Revista de História*, 54: 108-126, 1976.
- Maio, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky. O pensamento antisemita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- \_\_\_\_\_. “Marcas de uma trajetória: a militância anti-semita de Gustavo Barroso.” In Novinsky, Anita; Kuperman, Diane. *Ibéria judaica: Roteiros da Memória*. Rio de Janeiro: Expressão Editorial; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 527-539.
- Malatian, Teresa. *Os Cruzados do Império*. São Paulo: Editora Contexto; Brasília: CNPq, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Império e Missão – Um novo monarquismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2002.
- Martino Filho, Ferdinando. *Pela Revolução Integralista*. São Paulo: Editorial Paulista, 1935.

- Meihy, José Carlos Sebe Bom. O Brasil no contexto da Guerra Civil Espanhola. *O Olho da História – Revista de História Contemporânea*, 2: 117-124, 1996.
- Menezes, Eduardo Diatahy B. de. *Gustavo Barroso: um cearense “ariano”*. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 2006.
- Montenegro, João Alfredo de Souza. *O Integralismo no Ceará: variações ideológicas*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Estado, 1986.
- Mourão Filho, Olímpio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- Nolte, Ernest. *Der europäische Bürgerkrieg 1917-1945: Nationalsozialismus und Bolschewismus*. Berlin: Propyläen Verlag, 1987.
- Oliveira, Lúcia Lippi. “Introdução.” In Oliveira, Lúcia Lippi et alii. Estado Novo: *Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 14-30.
- Oliveira, Rodrigo dos Santos. “Perante o Tribunal da História: o anti-comunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937).” Dissertação de Mestrado (História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Imprensa Integralista: imprensa militante*. 388f. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.
- Pansardi, Marcus Vinícius. Republicanos e Operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1889-1903). Dissertação de Mestrado (Ciência Política), Unicamp, 1993.
- Paranhos, Adalberto. *O Roubo da Fala – Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- Pardo Sanz, Rosa. *! Con Franco hacia El Imperio! La política exterior española en América Latina 1939-1945*. Madrid: UNED, 1995.
- \_\_\_\_\_. Hispanoamérica en la política nacionalista, 1936-1939. *Espacio, Tiempo y Forma, Historia Contemporánea*. 5: 211-238, 1992.
- Parente, Josênio. *Anauê: os Camisas verdes no poder*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1986.
- Paschoaletto, Murilo Antônio. “O Integralismo e o mundo: uma análise da percepção internacional do Integralismo a partir do jornal “A Offensiva” (1934-1937).” Dissertação de Mestrado (História), Universidade Estadual de Maringá, 2012.

- Passarinho, Jarbas. *Um Híbrido Fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.
- Paxton, Robert. *A Anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- Perez Montfort, Ricardo. *Hispanismo y Falange. Los sueños imperiales de la derecha española y México*. México (DF): Fondo de Cultura Económica, 1992.
- Pinto, Antônio Costa. *Os Camisas Azuis – Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- Pondè, Luís Felipe. *Guia politicamente incorreto da Filosofia*. São Paulo: Leya, 2012.
- Possas, Lídia Maria Vianna. *O trágico três de outubro: estudo histórico de um evento*. Bauru: Editora do Sagrado Coração, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Mulheres, Trens e Trilhos. Modernidade no sertão paulista*. Bauru: Editora do Sagrado Coração, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-38)”. In GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004, p. 257-277.
- \_\_\_\_\_. “O Integralismo e a mulher.” In Dotta, Renato Alencar et alii. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo Municipal de Rio Claro, 2004a, p. 107-125.
- Power, Timothy. *The political right in postauthoritarian Brazil. Elites institutions and democratization*. University Park (PA): The Pennsylvania State University Press, 2000.
- Prospero, Michele. *Il Pensiero Politico della Destra*. Roma: Newton Compton, 1996.
- Quijada, Mónica; Tabanera, Nuria; Azcona, José M. “Actitudes ante la Guerra Civil Española en las sociedades receptoras”. In Vives, Pedro, *Historia General de la Emigración española a Iberoamérica*. Madrid: Fundación Centro Español de Estudios de América Latina, vol. 1, p. 461-556, 1992.
- Rago Filho, Antônio. “A crítica romântica à miséria brasileira. O Integralismo de Gustavo Barroso.” Dissertação de Mestrado (História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.
- Reale, Miguel. *ABC do Integralismo*. São Paulo: Panorama, 1935.
- \_\_\_\_\_. *O Capitalismo internacional: Introdução à economia nova*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935a.



- \_\_\_\_\_. *Memórias 1 – Destinos Cruzados*. São Paulo: Editora Saraiva, 1986.
- Régis, João Rameres. “Galinhas verdes: memórias e História da Ação Integralista Brasileira – Limoeiro/Ceará (1934-1937).” Dissertação de Mestrado (História), Universidade Federal do Ceará, 2002.
- Rein, Raanan “Francoist Spain and Latin America, 1936-1953”. In Larsen, Stein Ugelvik. *Fascism outside Europe. The European impulse against domestic conditions in the diffusion of global fascism*. New York: Columbia University Press, 2001, p. 116-152.
- Revelli, Marco. *Le Due Destre*. Milano: Bollati Boringhieri, 1996.
- Ribeiro, Ivair Augusto. “O Integralismo no sertão de São Paulo: um ‘fascio de intelectuais’.” Dissertação de Mestrado (História), Universidade Estadual Paulista, 2004.
- Ribeiro, Renato Janine, “Memórias de si, ou....” *Estudos Históricos*, 21, 1: 5-42, 1998.
- Rose, R.S. Uma das coisas esquecidas – Getúlio Vargas e controle social no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- Salgado Loureiro, Maria Amélia. *Plínio Salgado, Meu Pai*. São Paulo: Edições GRD, 2001.
- Salgado, Plínio. *O Estrangeiro*. São Paulo: Hélios, 1926.
- \_\_\_\_\_. *Palavra nova dos tempos novos*. São Paulo: Revista Panorama, 1936.
- \_\_\_\_\_. *O Integralismo Brasileiro perante a Nação*. Lisboa: Oficina Gráfica Limitada, 1946.
- \_\_\_\_\_. *A mulher do Século XX*. Porto: Tavares Martins, 1946a.
- \_\_\_\_\_. *Perfis Parlamentares – Plínio Salgado*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1982.
- Santambrogio, Ambrogio. *Destra e sinistra – Un’analisi sociologica*. Bari: Laterza, 1998.
- Santos, Theotonio. Socialismo o fascismo. El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1972.
- Schilling, Paulo. O Expansionismo brasileiro A geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamaraty. São Paulo: Global, 1981.
- Schmitter, Philippe. The Portugalization of Brazil? In Stepan, Albert. *Authoritarian Brazil – Origins, policies and future*. New Haven

- and London: Yale University Press, 1973, pp. 179-232.
- Schwartzman, Simon. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: EDUSP, 1984.
- Schweidson, Jacques. *Saga judaica na ilha do Desterro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- Seitenfus, Ricardo Antônio Silva. O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942 (O Processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.
- Silva, Eça Pereira da. História e Memória na revista Araucaria de Chile. In *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*, Vitória, 2008, pp. 6-9.
- Silva, Emília Carnevali da. “O homem no espelho: reflexões sobre a dissidência integralista de Severino Sombra (1931-1937).” Dissertação de Mestrado (História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006
- \_\_\_\_\_. “O homem no espelho: Severino Sombra e a Legião Cearense do Trabalho.” In Silva, Giselda Brito, *Estudos do Integralismo no Brasil*, citado, 141-162.
- Silva, Giselda Brito. *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: Editora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2007, pp. 97-116.
- Silva, Hélio. *1938 – Terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- Simões, Solange. Deus, Pátria e Família. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.
- Sombra, Luiz Henrique; Guerra, Luiz Felipe Hirtz (orgs). *Imagens do Sigma*. Rio de Janeiro: Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, 1988.
- Sorj, Bernardo. “Sociabilidade brasileira e identidade judaica.” In Sorj, Bila. *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 9-31.
- Sternhell, Zeev. La droite revolutionnaire – Les origins françaises du fascisme (1885-1914). Paris: Editions du Seuil, 1978.
- Trifone, Victor; Svarzman, Gustavo. *La repercusión de la guerra civil española en la Argentina (1936-1939)*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1993.
- Trindade, Hélió. Integralismo – o Fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1975.

- \_\_\_\_\_. “La construcción del Estado Nacional en Argentina y Brasil (1810-1990)” in *Revista Mexicana de Sociología*. 47 (1): 137-166, 1986.
- \_\_\_\_\_. “O radicalismo militar em 1964 e a nova tentação fascista.” In Soares, Gláucio Ary Dillon; D’Araújo, Maria Celina. *21 anos de regime militar: Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 123-141.
- \_\_\_\_\_. “Fascismo e neofascismo na América Latina” In Vizontini, Paulo e Millman, Luís. *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, pp. 47-74.
- Vieira, Maria do Pilar de Araújo. Em busca do Sigma – Estudo sobre o pensamento político de Plínio Salgado às vésperas da fundação da AIB. Dissertação de Mestrado em História, São Paulo: PUC/SP, 1978.
- Tucci Carneiro, Maria Luíza. O antissemitismo na Era Vargas – Fantasmas de uma geração (1930-1945). São Paulo: Brasiliense, 1988.
- \_\_\_\_\_. “Resenha de Nem Rotschild nem Trotsky, de Marcos Chor Maio.” *Herança Judaica*, 87 (1993): 43-49.
- Venceslau Júnior, José. *O Integralismo ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1935.
- Victor, Rogério Lustosa. *O Integralismo nas águas do Lete: história, memória e esquecimento*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2005.
- Villa, Marco Antônio. *Ditadura à brasileira: 1964-1985 – A democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: Leya, 2014.
- Williams, Margaret Todaro. “Integralism and the Brazilian Catholic Church.” *Hispanic American Historical Review* 54, 3: 431-452, 1974.

